



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Política

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Gênero e conservadorismo: atitudes políticas no Brasil
(2018-2022)

Larissa Martins Marques

Dissertação de Mestrado em Ciência Política

Brasília/DF

Março/2024



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Política

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Gênero e conservadorismo: atitudes políticas no Brasil
(2018-2022)

Larissa Martins Marques

Dissertação de Mestrado em Ciência Política

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília - PPGCP/IPOL/UnB, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Lucio Remuzat Rennó Junior.

Brasília/DF

Março/2024

Sumário

RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	9
Desenho de pesquisa	14
1 CONSERVADORISMO: HISTÓRICO E CONCEITO	15
1.1 Ideologias políticas à direita	15
1.2 A ascensão da nova direita no Brasil: um novo amálgama de ideologias políticas (1946-2006)	21
1.3 Conservadorismo, a direita cristã e a agenda de gênero	24
2 DIFERENÇAS DE GÊNERO NA OPINIÃO PÚBLICA	34
2.1 Opinião pública, atitudes políticas e gênero	36
2.2 A história das diferenças de gênero	40
2.3 Abordagens teóricas para diferenças de gênero em opiniões e atitudes políticas	42
2.3.1 Feminismo	44
2.3.2 Circunstâncias econômicas	45
2.3.3 Papel Social	46
2.3.4 Valores	48
2.3.4.1 Igualitarismo	49
2.3.4.2 Autoritarismo	52
2.3.5 Partidarismo, situação ocupacional e religião	54
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	56
3.1 Dados	56
3.2 Variáveis e mensurações	58
3.3 Teste de hipóteses	61
3.4 Modelos estatísticos	64
3.5 Tipificação do caso	65
3.6 Limitações metodológicas	66
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	67
4.1 Temas sociais e morais tradicionais	67
4.2 Temas sobre lei e ordem	86
4.3 Temas sobre políticas sociais e posições econômicas	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	110
ANEXOS	121

Lista de Quadros

Quadro 1. Resumo do desenho de pesquisa	14
Quadro 2. Bloco de questões que operacionalizam as dimensões do conservadorismo presente no survey, possibilidades de respostas e os anos em que aparecem.	58
Quadro 3. Resumo descritivo das variáveis independentes	61

Lista de Figuras

Figura 1. Temporalidades dos acontecimentos políticos: avanços, mudanças, tentativas de impedimento e retrocessos de direitos.	31
Gráfico 1. Posicionamentos nas dimensões do conservadorismo e gênero para todos os anos (2018-2022). Respostas a favor, contra e depende	69
Gráfico 2. Diferença de proporção do apoio aos temas sociais e morais (2018-2022)	70
Modelo 1. Modelo logístico para apoio a legalização do aborto (2018 e 2019)	74
Modelo 2. Modelo logístico para o apoio a prisão de mulheres que interrompem a gravidez (2018-2022)	76
Modelo 3. Modelo logístico para apoios sobre discussões sobre desigualdade de gênero nas escolas (2019)	78
Modelo 4. Modelo logístico para apoio ao casamento civil igualitário (2018-2022)	81
Modelo 5. Modelo logístico para apoio a adoção de uma criança por um casal gay (2018-2022)	83
Gráfico 3. Posicionamentos nas dimensões do conservadorismo e gênero para todos os anos (2018-2022). Respostas a favor, contra e depende	87
Gráfico 4. Diferença de proporção do apoio aos temas de lei e ordem (2018-2022)	88
Modelo 6. Modelo logístico para apoio a proibição de venda de armas de fogo (2018-2022)	90
Modelo 7. Modelo logístico para apoio a descriminalização das drogas (2018-2022)	92
Modelo 8. Modelo logístico para apoio a pena de morte (2018-2022)	94
Modelo 9. Modelo logístico para apoio a redução da maioria penal (2018-2022)	96
Modelo 10. Modelo logístico para apoio a militarização das escolas públicas (2021 e 2022)	98
Gráfico 5. Posicionamentos nas dimensões do conservadorismo e gênero para todos os anos (2018-2022). Respostas a favor, contra e depende	99
Gráfico 6. Diferença de proporção do apoio aos temas políticas sociais e posições liberais econômicas (2018-2022)	100
Modelo 11. Modelo logístico para apoio às cotas raciais (2018-2022)	102
Modelo 12. Modelo logístico para apoio ao programa bolsa família(2021 e 2022)	103
Modelo 13. Modelo logístico para apoio às privatizações no setor público (2021 e 2022)	105
Figura 2. Resumo dos efeitos por dimensão.	106

Lista de Anexos

Anexo 1. Operacionalização das variáveis independentes	121
Anexo 2. Quais são os temas que apresentam as maiores diferenças de proporção entre homens e mulheres?	122
Anexo 3. Gráfico biplot de variáveis (MCA)	123
Anexo 4. Modelo logístico aninhados para apoio a legalização do aborto (2018 e 2019)	124
Anexo 5. Modelo logístico aninhados para apoio prisão de mulheres que interrompem a gravidez (2018-2022)	125
Anexo 6. Modelo logístico aninhados para apoio a discussão sobre desigualdade de gênero nas escolas (2021 e 2022)	126
Anexo 7. Modelo logístico aninhados para apoio ao casamento civil igualitário (2018-2022)	127
Anexo 8. Modelo logístico aninhados para apoio a adoção de uma criança por um casal gay (2018-2022)	128
Anexo 9. Modelo logístico aninhados para apoio a proibição de venda de armas de fogo (2018-2022)	129
Anexo 10. Modelo logístico aninhados para apoio a descriminalização das drogas (2018-2022)	130
Anexo 11. Modelo logístico aninhados para apoio a pena de morte (2018-2022)	131
Anexo 12. Modelo logístico aninhados para apoio a redução da maioria penal (2018-2022)	132
Anexo 13. Modelo logístico aninhados para apoio a militarização das escolas públicas (2021 e 2022)	133
Anexo 14. Modelo logístico aninhados para apoio às cotas raciais (2018-2022)	134
Anexo 15. Modelo logístico aninhados para apoio ao programa bolsa família (2021 e 2022)	135
Anexo 16. Modelo logístico aninhados para apoio às privatizações (2021 e 2022)	136
Anexo 17. Probabilidades preditas: legalização do aborto	137
Anexo 18. Probabilidades preditas: casamento civil igualitário	138

RESUMO

Uma crescente tendência de mobilizações e ataques à igualdade de gênero, aos direitos sexuais e seus ativismos gerou tensões em torno de uma agenda anti-gênero defendida por atores conservadores, religiosos, populistas de direita e nacionalistas. Afinal, de que maneira as opiniões políticas de homens e mulheres se materializam no período de alinhamento de uma agenda conservadora no país? Existe diferença de gênero nas dimensões do conservadorismo? Para qual direção aponta essa diferença? De qual maneira as disparidades de gênero se mantêm quando o modelo estatístico abarca outras questões importantes para as dimensões do conservadorismo? O objetivo desta dissertação é investigar (i) se existe disparidade nas atitudes políticas de homens e mulheres e a (ii) proporção das disparidades de gênero nessas atitudes que pode ser explicada por valores igualitários, atitudes autoritárias, religiosidade, situação profissional, status matrimonial, ideologia e partidarismo quando controladas por idade, renda, escolaridade e raça. Nesse passo, o que se procura analisar é a força que o gênero - uma identidade social - tem diante de outros atributos que também atuam como diferenciadores de opinião. Para alcançar os resultados, a pesquisa utilizou testes de diferença de proporção e modelos logísticos para as análises multivariadas. Os dados são do projeto "A cara da democracia". Foram selecionadas perguntas que permitiam operacionalizar o conservadorismo multidimensional brasileiro, para tanto, foram agregadas treze questões do survey em três dimensões: temas sociais e morais tradicionais; visões sobre lei e ordem; e, políticas sociais e posições econômicas. Como principal resultado encontrou-se que as mulheres apresentam maior probabilidade de manifestar atitudes progressistas quando comparadas aos homens. A dimensão do conservadorismo que apresentou as disparidades mais importante entre homens e mulheres foi a relacionada aos temas sociais e morais tradicionais. As divergências estão nas atitudes sobre a legalização do aborto, prisão de mulheres que abortam, discussão de desigualdade de gênero nas escolas, casamento civil de pessoas do mesmo sexo, adoção de uma criança por um casal gay, proibição de venda de armas de fogo, pena de morte, redução da maioridade penal, adoção de cotas raciais, privatizações no setor público. Nestas, a direção das atitudes das mulheres apontam para o progressismo. As semelhanças estão nas atitudes sobre o programa bolsa família, militarização das escolas públicas e na descriminalização das drogas. Com base nesses resultados, entende-se que mulheres parecem manifestar atitudes voltadas ao espectro progressista, ou seja, parecem estar um pouco menos ligadas às temáticas que caracterizam um conservador clássico no país nos últimos anos.

Palavras-chave: Atitudes políticas; Conservadorismo; Gap de gênero; relações de gênero.

ABSTRACT

A growing trend of mobilizations and attacks on gender equality, sexual rights, and their activism has generated tensions surrounding an anti-gender agenda advocated by conservative, religious, right-wing populist, and nationalist actors. Ultimately, how do the political opinions of men and women materialize during a period of alignment with a conservative agenda in the country? Is there a gender difference in the dimensions of conservatism? In which direction does this difference point? How do gender disparities persist when the statistical model encompasses other important factors for the dimensions of conservatism? The aim of this dissertation is to investigate (i) whether there is a disparity in the political attitudes of men and women and (ii) the proportion of gender disparities in these attitudes that can be explained by values, religiosity, professional status, marital status, ideology, and partisanship when controlled for age, income, education, and race. At this step, the analysis seeks to examine the strength that gender - a social identity - has in the face of other attributes that also act as opinion differentiators. To achieve the results, the research used proportion difference tests and logistic models for multivariate analyses. The data are from the "A cara da democracia" project. Questions were selected that allowed operationalizing the multidimensional Brazilian conservatism; for this purpose, thirteen survey questions were aggregated into three dimensions: traditional social and moral issues; views on law and order; and social policies and economic positions. The main finding was that women are more likely to express progressive attitudes compared to men. The dimension of conservatism that presented the most significant disparities between men and women was related to traditional social and moral issues. The divergences are in attitudes towards the legalization of abortion, imprisonment of women who have abortions, discussion of gender inequality in schools, civil marriage of same-sex couples, adoption of a child by a gay couple, prohibition of firearm sales, death penalty, reduction of the age of criminal responsibility, adoption of racial quotas, and privatization in the public sector. In these cases, women's attitudes point towards progressivism. Similarities lie in attitudes towards the Bolsa Família program, militarization of public schools, and drug decriminalization. Based on these results, it is understood that women seem to express attitudes leaning towards the progressive spectrum, meaning they appear to be slightly less attached to themes that characterize a classic conservative in the country in recent years.

Keywords: Political attitudes; Conservatism; Gender gap; Gender relations.

INTRODUÇÃO

"E a Lei Maria da Penha para o homem? E a homofobia é boa para o lado deles, mas e para o nosso lado? Nós somos normais, não temos essas frescuras aí...Se nós falar viado para viado, ele se ofende e vai se defender e nós não pode. Se falar negro para o negro também. Se tocar na mulher ela tem Maria da Penha, e a gente? Não é direitos iguais? A corda sempre arrebenta para os mais fracos e os mais fracos somos nós. Deveriam ter uma lei para proteger a gente também. (Homem, 52 anos, 2019)" (ROCHA, 2020)

"Eu sou antifeminista. As feministas são umas radicais e querem acabar com a família. (Mulher, 32 anos, 2019)" (ROCHA, 2020)

"Hoje em dia, as mulheres estão praticamente integradas à sociedade" (BOLSONARO, 2022. Pronunciamento em comemoração ao dia das mulheres)¹

O gênero é um conceito central na constituição da nova direita em diferentes partes do mundo. Na América Latina, a oposição ao ativismo feminista e LGBTQ+ assim como a conquista de direitos para esses grupos ganha especial atenção dos atores políticos (CORRÊA, 2018). Desde meados dos anos 1990 e início dos anos 2000, o protagonismo de disputas políticas entre movimentos feministas e grupos conservadores e religiosos fomentam discursos e propostas nas casas representativas, matérias midiáticas e mobilizações sociais nas ruas. Enquanto os primeiros atuam para ampliar valores democráticos baseados na pluralidade e na igualdade, os segmentos conservadores reagem com um enquadramento restritivo de direitos sob justificativa de defesa da família e reforçam tendências autoritárias.

Embora as tensões em torno da expansão de direitos sexuais e reprodutivos não sejam uma novidade, o movimento recente guarda algumas particularidades. O caráter inédito da agenda conservadora da nova direita emerge com a (i) conotação fundamentalmente negativa no debate público do termo "gênero" (BIROLI, 2020), mediante a extrapolação da tradicional oposição às questões de gênero para o questionamento da noção de gênero e sua incorporação nas políticas públicas (ROUSSEAU, 2020), (ii) com novos padrões de politização da religião (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020), além da (iii) consolidação de uma linha divisória clara nas identidades partidárias, dos políticos e candidatos (BIROLI; CAMINOTTI, 2020) em decorrência desses conflitos.

O contexto político promissor a partir da redemocratização do país ensejou importantes rearranjos institucionais na medida em que a concepção de direitos sexuais e reprodutivos foi

¹ Declaração disponível [aqui](#).

incorporada à agenda dos direitos humanos, e políticas públicas que vislumbravam igualdade e diversidade sexual ficavam cada vez mais frequente. Foram decretadas decisões judiciais e elaboradas políticas que garantissem o casamento e adoção de crianças por casais do mesmo sexo, foi expandida a concepção de educação sexual orientada por ideais como a de igualdade e diversidade, foram promulgadas leis garantidoras de percentuais mínimos de candidaturas femininas nas eleições proporcionais e de prevenção a violência contra mulheres e pessoas LGBTQ+, assim como feministas ganharam espaço nos aparatos estatais de política feminina, bem como em outras áreas que compõem a burocracia (BIROLI; CAMINOTTI, 2020).

A proposição de políticas públicas baseadas em uma perspectiva de gênero ensejou consequências diversas. A principal delas, de grande poder distintivo da nova direita, foram os ataques discursivos e ações concretas baseadas no que se concebeu como "ideologia de gênero". O termo foi pela primeira vez encontrado em documentos assinados por intelectuais ligados ao Vaticano no início dos anos 1990 e disseminado na América Latina a partir de 1998 (ROUSSEAU, 2020). A "ideologia de gênero", na perspectiva de seus divulgadores, ameaça os moldes tradicionais baseados na ordem hierárquica e na moral religiosa na medida em que os movimentos e intelectuais feministas apontam o "gênero" como caracterizador das relações entre os sexos. Nessa concepção, consideram que as diferenças que delimitam o feminino e o masculino são principalmente construções sociais e, essas relações são produtos de decisões de perpetuar a reprodução de violências (SCOTT, 1986). Assim, as ofensivas aos avanços conquistados pelos movimentos feministas e LGBTQ+ passam a ser justificadas sob o lema de proteção da família natural e das crianças de uma suposta desordem moral (BIROLI; CAMINOTTI, 2020).

Estrategicamente, atores religiosos e conservadores instauraram o receio ao difundir que a “ideologia de gênero” é um plano com o propósito de pôr fim à família tradicional - autoritária, heterossexual e patriarcal. Essa concepção desempenhou um papel crucial na mobilização de movimentos com o intuito de conferir e fortalecer o poder das famílias perante o Estado e incutir na sociedade uma aversão às agendas que pudessem fomentar diversidade e igualdade. Nesse contexto, emergiu um contramovimento que obstaculiza mulheres e pessoas LGBTQ+ alcançarem seus direitos (BENTANCUR; CARPIUC, 2020) e que empreende esforços para deslegitimar os elementos essenciais da agenda de gênero e suas estratégias (BIROLI; CAMINOTTI, 2020). Assim, a presente reorganização conservadora representa uma expressão de uma politização reativa desencadeada pelo êxito dos movimentos feministas e LGBTQ+. Em resposta, atores religiosos ajustaram suas táticas e argumentos para maximizar sua influência na regulação da sexualidade (VAGGIONE; MACHADO, 2020).

Na medida em que as reações conservadores de gênero justificam suas ações em prol da "família", retrocessos de direitos individuais, censura e violência contra minorias são legitimados (BIROLI, 2020). Em um caminho de retrocesso democrático, representantes eleitos sob essa perspectiva reacionária podem construir governos com base em estratégias de descontinuidade ou revisão de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero, revogam legislações elaboradas por governos anteriores, adotam medidas repressivas contra grupos feministas e LGBTQ+ e defendem a censura através de "vetos à discussão da violência de gênero e das desigualdades nos conteúdos educativos" (BIROLI, 2020, p. 25. Tradução minha).

A eleição de Jair Bolsonaro no ano de 2018 no Brasil não escapou desses preceitos. Um líder da direita com apelo populista (BERTHOLINI, 2022) que encampou um discurso conservador de base moral religiosa e de visões pró-mercado neoliberal, utilizou das destacadas pautas anti-gênero e anti diversidade sexual para compor uma parte significativa de seu apoio eleitoral. Uma característica marcante desse personagem político é o seu maior apoio entre os homens do que entre as mulheres. Essa assimetria de votos entre os eleitores e eleitoras é uma particularidade das eleições de 2018. Segundo Nicolau (2020), desde 1989 não era possível enxergar um efeito de gênero na predileção a um candidato à presidência, mesmo quando havia mulheres na disputa.

Durante toda a atuação como parlamentar, Bolsonaro foi representante das causas militares e defensor de pautas como a flexibilização da posse e porte de armas, defesa de políticas públicas de lei e ordem punitivas que estimulam a violência estatal e uma forte crítica aos direitos humanos (NICOLAU, 2020, p. 48). Ao longo de sua carreira, Bolsonaro se envolveu em circunstâncias polêmicas ao proferir declarações que revelaram seu posicionamento misógino².

Outro ponto emblemático nesta corrida eleitoral foram os movimentos de rua contrários a um candidato e não a seu favor, o que tradicionalmente acontecia. As dificuldades de ganhar apoio do eleitorado feminino fez com que emergisse nas ruas as manifestações conhecidas como "Ele Não" liderado por grupos majoritariamente femininos que se organizaram pelas redes sociais para declarar publicamente a rejeição ao candidato em vários municípios do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo. O movimento tinha como principal bandeira a oposição à candidatura de Bolsonaro e sua persona política, percebida pelas manifestantes como hostil às mulheres e antidemocrática.

² Qualificou como uma "fraquejada" o fato de sua quinta filha ser uma mulher. No ano de 2003 em uma briga com a Deputada Maria do Rosário (PT-RS), Bolsonaro disse que não a estupraria pois ela mereceria, feito que ele veio a repetir em 2014. Em 2013, o parlamentar foi o único contrário à Emenda Constitucional N° 72 que ampliou direitos às trabalhadoras domésticas, grupo majoritariamente feminino.

Após eleito, Bolsonaro orquestrou um governo embasado, entre outras agendas, em uma clara ofensiva antifeminista e anti-LGBTQ+. Ao compor seu centro de governo, o ex-Presidente anunciou para o comando do Ministério da "Família, Mulher e Direitos Humanos", Damara Alves, uma advogada e pastora evangélica, que em um de seus primeiros atos assinou portaria instituindo o Programa de inovação institucional "Juntos pela Vida" que tinha como missão proteger a vida, fortalecer a família e defender os direitos humanos para todos³. Ao longo de sua atuação como ministra, Damara se envolveu em polêmicas quando atuou nos bastidores para tentar impedir um aborto legal em uma menina de dez anos ao pressionar os responsáveis pelo procedimento⁴.

Além disso, o governo promoveu um conjunto de medidas administrativas que podem estar relacionadas à redução da proteção das mulheres, inclusive aquelas que têm resguardado por lei o direito de abortar. O governo não aderiu ao compromisso da ONU para a promoção da saúde feminina onde estavam em discussão direitos reprodutivos e sexuais⁵. O Ministério da Saúde lançou portaria que mudou as regras de procedimento em caso de abortos previstos em lei. De acordo com este novo ordenamento, médicos seriam obrigados a informar a polícia em casos de abortos por motivos de estupro e eram orientados pela portaria a guardar todo o material genético possível para testes futuros de compatibilidade com o agressor⁶.

Outro ponto importante que caracteriza o fenômeno Bolsonaro é a sua base eleitoral. Ao mapear o apoio eleitoral de Bolsonaro, estudos empíricos constataram que o Bolsonarismo é um fenômeno masculino. Em 2018, Bolsonaro teve maior apoio entre os eleitores ao apresentar mais de dez pontos percentuais de diferença em relação ao voto feminino (NICOLAU, 2020). Em 2022, a eleição traduziu as opiniões e avaliações retrospectivas dos eleitores ao mandato do ex-presidente que atravessou uma crise sanitária causada pelo vírus do COVID-19. Assim como foi em 2018, a eleição de 2022 ratifica o padrão masculino de apoio a Bolsonaro. Neste ano, foi possível constatar que as preferências masculinas foram consistentes e se mantiveram ao longo do tempo. O perfil demográfico e socioeconômico desses eleitores são de homens, brancos, ricos e evangélicos (RENNÓ, 2022).

Diante de um cenário onde o gênero é um ponto nodal nas disputas políticas (ROUSSEAU, 2020) e uma questão presente nas últimas três eleições do país, fica a inquietação de como as mulheres se conectam com o fenômeno conservador recente. Existe diferença entre homens e mulheres? Em quais dimensões do conservadorismo essas diferenças se manifestam? Como as

³ Portaria nº 2.467. Acesse a portaria [aqui](#).

⁴ Acesse a matéria [aqui](#).

⁵ Acesse a matéria [aqui](#).

⁶ Acesse a matéria [aqui](#).

demais identidades se relacionam com o gap de gênero nas atitudes conservadoras? Essas são algumas das questões que guiam o presente estudo.

Esta dissertação tem o objetivo de analisar as diferenças de gênero no conservadorismo multidimensional brasileiro. Para esclarecer as origens dessas lacunas, se busca examinar (i) se existe disparidade nas atitudes conservadoras de homens e mulheres e a (ii) proporção das disparidades de gênero nessas atitudes que pode ser explicada por valores igualitários, atitudes autoritárias, religiosidade, ocupação, status matrimonial, ideologia e partidarismo quando controladas por idade, renda, escolaridade e raça. De modo específico, busca-se testar se as diferenças de gênero observadas se mantêm mesmo em um cenário onde outros fatores importantes para o fenômeno são observados. Assim, o presente trabalho trata das tendências do comportamento social brasileiro e procura analisar a força que o gênero - uma identidade social - tem diante de outros atributos que também atuam como diferenciadores de opinião.

Para tanto, algumas questões são colocadas: existe diferença de gênero nas dimensões do conservadorismo? Para qual direção aponta essa diferença? De qual maneira as disparidades de gênero se mantêm quando o modelo teórico abarca outras questões importantes para as dimensões do conservadorismo? Essas são algumas questões que o presente trabalho procura responder.

Os capítulos desta dissertação estão organizados da seguinte maneira. Além desta introdução, no primeiro capítulo foi abordado o conceito de conservadorismo, foi descrita as diferentes fases do liberalismo: como se estruturou como um movimento intelectual e político a partir da década de 1950 e os caminhos percorridos até o auge do liberal-conservadorismo em 2018. Foi exposto o debate da literatura em torno dos termos dos liberalismos mais à direita como o libertarianismo e o ultra-liberalismo. Ainda neste capítulo, foi abordado de modo mais específico como a ascensão da agenda de gênero na esfera pública durante os governos petistas levaram a uma coalizão de atores conservadores que com uso de novas estratégias atuaram para impedir ou dificultar o avanço de direitos sexuais e reprodutivos.

O segundo capítulo apresentou como se organizam os trabalhos de opinião pública, de predominância internacional norte-americana, que investigam a relação entre a estruturação de atitudes políticas e gênero. Apresentou os principais achados do campo do comportamento político e psicologia social ao destacar as semelhanças e diferenças entre homens e mulheres em um conjunto de temas políticos que permeiam esferas morais, de políticas sociais e visões sobre a ação do Estado sobre a ordem e segurança pública. Destacou como as opiniões de homens e mulheres se assemelham e divergem sobre esses temas ao longo do tempo, com o intuito de apresentar as flutuações dessas opiniões diretamente relacionadas ao cenário político e social vigente. Teve, por

fim, o objetivo de explorar os caminhos explicativos para o gap de gênero ao enfatizar teorias que atribuem aos valores um papel central para as disparidades nas opiniões.

No terceiro capítulo são apresentados os passos e decisões metodológicas trilhadas para se alcançar os resultados do trabalho. No quarto capítulo, estão descritos e discutidos os resultados. Por fim, na última seção, as considerações finais.

Desenho de pesquisa

De modo resumido, o desenho de pesquisa está compreendido pelo quadro abaixo.

Quadro 1. Resumo do desenho de pesquisa

Tema	As diferenças de gênero nas atitudes e comportamento político
Objeto	Atitudes políticas
Problema de pesquisa	Ofensiva conservadora contrária ao gênero, sua incorporação na formulação de políticas estatais e a expansão dos direitos de mulheres e grupos LGBTQ+
Objetivo	Investigar (i) se existe disparidade nas atitudes políticas de homens e mulheres e a (ii) proporção das disparidades de gênero que pode ser explicada por valores igualitários, atitudes autoritárias religiosidade, ocupação, status matrimonial, ideologia e partidarismo quando controladas por idade, renda, escolaridade e raça.
Perguntas de Pesquisa	Existe diferença de gênero em atitudes políticas? Para qual direção aponta essa diferença? De qual maneira as disparidades de gênero se mantêm quando o modelo teórico abarca outras questões importantes para as dimensões do conservadorismo?
Recorte Bibliográfico	Conservadorismo; extrema direita; nova direita; gap de gênero e teoria política feminista
Metodologia	Testes de proporção e modelos de regressão logística. Fonte de dados: Projeto A cara da democracia
Recorte temporal	2018 - 2022
Recorte Espacial	Brasil

1 CONSERVADORISMO: HISTÓRICO E CONCEITO

1.1 Ideologias políticas à direita

Os posicionamentos à direita ou à esquerda são relacionais ao contexto político, histórico e provêm de uma categoria utilizada pela Ciência política para aludir aos grupos com posturas ideológicas. A origem dos termos datam por volta de 1789 quando, influenciados por ideais iluministas, as classes burguesas reuniram-se em assembleias para reelaborarem a constituição francesa, local onde os representantes posicionavam-se à direita ou à esquerda para indicar suas opiniões. A direita sentavam aqueles em defesa da aristocracia tradicional e monárquica, enquanto os situados à esquerda manifestavam alinhamento democrático, racionalismo e ansiavam por reformas políticas que gerassem melhorias sociais e econômicas (FERNANDES, 1995; SCHEEFFER, 2007).

Ainda que sejam categorias muita das vezes classificadas em lados opostos de um contínuo, estas possuem um ponto de ligação ao serem caracterizadas, por algumas correntes do pensamento político, como ideologias políticas. Michael Freedon (2003), a partir de uma análise multidisciplinar para qualificar ideologia, destaca que ideologias políticas são um conjunto de ideias, crenças, opiniões e valores que: exibem um recorrente padrão; são retidos por um grupo significativo; compete em prover e controlar planos para políticas públicas; manifestam o objetivo de justificar, contestar ou mudar os compromissos e processos políticos e sociais de uma comunidade política (FREEDEN, 2003, p. 32). De acordo com essa perspectiva, então, as ideologias políticas mapeiam e dão sentido ao mundo político e social; providenciam interpretações, em concorrência, sobre o que os fatos podem significar. Em sua dimensão prática, segundo o autor, as ideologias permeiam os conflitos na esfera pública em prol de influenciar legisladores, programas de governo, delineamento de políticas econômicas e a opinião pública.

O processo de formação dessas ideologias funciona como a reunião em distintas maneiras de conceitos políticos como liberdade, autoridade, igualdade, direitos e democracia. Cada uma atribui diferentes configurações substantivas e nível de importância aos conceitos políticos para compor um núcleo conceitual próprio. Assim, as ideologias são combinações complexas que atribuem significados a uma gama de conceitos políticos mutuamente definidos (FREEDEN, 2003, p. 52).

No transcorrer histórico, as ideologias políticas são formuladas e reformuladas em detrimento de conflitos políticos e sociais. Nessa dinâmica, novas ideias são geradas, e quando

compartilhadas por uma quantidade importante de pessoas, podem criar novas combinações responsáveis por atribuir novos sentidos às disputas materiais ou do ordenamento público em curso. Esses arranjos ao longo do século XX estabeleceram o que Freedon qualifica como macro-ideologias:

"ideologias predominantes que abrangem, redes de ideias inclusivas que oferecem soluções, deliberadamente ou por padrão, a todas as questões políticas importantes que confrontam uma sociedade. Essas macro-ideologias buscaram aclamação e domínio social e político em níveis nacionais e internacionais. Ao reconhecer tal centralidade, submete-se ao poder de tradição e convenção como classificadores de ideologia, não esquecendo, porém, que outras classificações podem ser retrospectivamente possíveis. Liberalismo, conservadorismo, socialismo, fascismo, comunismo e outras grandes famílias, atuam virtualmente como atores políticos por si sós." (FREEDEN, 2003, p. 78. Tradução minha)

As macro-ideologias são essas redes que conseguiram estabelecer tradições amplamente consolidadas do pensamento, não se reduzem aos aspectos institucionais como partidos políticos ou aos movimentos sociais e disputam espaço com outras ideologias políticas descritas por Freedon como ideologias modulares ou segmentares. A estrutura modular das ideologias permite, justamente por serem menos desenvolvidas teoricamente, uma composição com as macro-ideologias que atuam como anfitriãs e, assim, formam-se outras maneiras de interpretar os fatos. As ideologias segmentares são assim qualificadas pois são de mais curto alcance quanto a intenção de atribuir respostas aos problemas em relação às macro-ideologias e possuem uma configuração restrita ao não se conectarem a questões e contextos sociais amplos. Por ser formada por segmentos, permite que suas unidades modulares sejam organizadas de diferentes caminhos junto às macro-ideologias. Assim, distintas combinações dos módulos (conceitos) criam uma série inteira de outras ideologias mesmo quando usadas as mesmas unidades modulares. Entre os exemplos desses módulos ideológicos, segundo Freedon, estão o neoliberalismo, libertarianismo ou as 'terceiras vias' que são as demais combinações de outras tradições com alguns aspectos do princípio liberal.

Esse é o movimento que permite à opinião pública as mais diferentes maneiras de traduzir o mundo político e social e, aos representantes e formuladores de políticas, um guia multifacetado para a elaboração de programas de governo e políticas públicas. No histórico político, este foi o cenário de muitas democracias ocidentais: um contexto permeado por rearranjos dos conceitos políticos e surgimento de novas interpretações dos acontecimentos compartilhados por grupos sociais. Neste percurso, estão em disputa ideologias como

liberalismo econômico ou político, neoliberalismo, libertarianismo, conservadorismo. Mas afinal, qual a diferença entre as diferentes tradições?

A difusão do ideal liberal econômico, o *laissez-faire* de Adam Smith, emerge como um movimento de intelectuais a partir do século XIX, sobretudo em meados de 1850, encontrou algumas importantes críticas de outros autores também liberais até entrar em derrocada com a crise de 1929. A bandeira central era a defesa enfática do livre comércio sem nenhuma intervenção do Estado. Anos mais tarde, com o ímpeto de remodelar as ideias do *laissez-faire*, um grupo de intelectuais organizaram um evento em Paris onde em meio aos debates formaram-se duas correntes do pensamento, o neoliberalismo e o ordoliberalismo alemão (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 33). Para os ordoliberais, o mercado é um espaço imperfeito e o Estado deve agir para corrigir as eventuais falhas. Já o neoliberalismo considera que o Estado deve intervir apenas na criação de legislações capazes de garantir o bom funcionamento do mercado. Para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo é a corrente que concebe o Estado apenas como um promotor do livre mercado.

Em meio aos participantes estavam teóricos como Friedrich von Hayek e Ludwig von Mises que mais tarde viriam a ser grandes responsáveis por influenciar parte significativa dos discursos e opinião pública pós redemocratização do Brasil (ROCHA, 2019). O pilar basilar da crítica desses autores são as políticas de cunho coletivistas que seriam capazes de levar ao totalitarismo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 71). Hayek encampou a tradição neoliberal enquanto Mises permaneceu com ideias liberais, fato importante para a corrente do libertarianismo.

O renascimento de ideias que preconizam a defesa radical do livre mercado o direito à liberdade como princípio central gerou uma ideologia conhecida como libertarianismo. Ao romper com o liberalismo, o libertarianismo tem como seu núcleo central uma liberdade ilimitada aos indivíduos de não serem coagidos uns pelos outros (ROCHA, 2019) e "uma relutância em contemplar a ação estatal como uma possível cura para males sociais" (FREEDEN, 2003, p. 95. Tradução minha). Sob essa perspectiva de estado libertário, não é uma função do estado propiciar educação ou saúde pública, por exemplo, devendo agir apenas como um vigia. No que concerne aos seres humanos, nessa tradição a liberdade dos indivíduos é defendida moralmente e não apenas economicamente. Existem outras variações mais radicais do libertarianismo, as ideologias políticas libertárias⁷ que são o objetivismo, o minarquismo e anarcocapitalismo, estas menos conhecidas entre o público em comparação com o neoliberalismo. Na política contemporânea, a ressignificação entre liberalismo e

⁷ Também conhecidas pelos termos "ultraliberais" ou "ultraliberalismo".

libertarianismo baseado nas ideias de Ludwig von Mises é um importante ponto para a análise do fenômeno político que emergiu no Brasil pós 1988 (ROCHA, 2019).

As ideias neoliberais ou mesmo a ressignificação das ideologias modulares que tenham o livre mercado como núcleo central para ditar as ações, ressurgiram sob um manto conservador. O que se viu emergir é um amálgama de conservadorismo e princípios liberais empacotados e difundidos como nova ideologia que foi capaz de se transformar em programa político em 2018. Neste ano, a vitória eleitoral de um candidato que encampou um conjunto extremado de ideias das diversas direitas brasileiras (RENNÓ, 2022) com uma agenda de valores mais tradicionais. Como descreveu Freeden, esse amálgama não carrega uma conotação paradoxal. A composição de ideologias ou conceitos políticos não são perfeitamente dispostas em uma escala gradual e não são auto excludentes, assim novas lentes interpretativas são criadas a partir da junção de conceitos políticos⁸.

O conservadorismo é um conceito comumente relacionado a processos e períodos históricos específicos. A frequência de aparição desse termo aumentou no debate público e acadêmico tanto na esfera nacional quanto internacional quando foi amplamente veiculado pela mídia tradicional televisiva, impressa e nas redes sociais. Nem sempre esse termo foi utilizado para qualificar um mesmo fenômeno ou ideia. Ocasionalmente era diretamente ligado ao fascismo no âmbito da política ou com o fundamentalismo, quando pertinente à religião (ALMEIDA, 2019).

Em trabalho publicado em 1957, Huntington apresenta as três teorias do conservadorismo em busca de clarear qual a melhor para traduzir o conceito. Segundo o autor, existem três concepções conflitantes que refletem a natureza do conservadorismo como uma ideologia: a teoria aristocrática, a teoria autônoma, a definição situacional. Para a corrente aristocrática o conservadorismo é uma reação da classe e uma situação histórica e sociológica particular. A teoria autônoma não conecta o conservadorismo a uma classe em particular e permite a aparição em qualquer momento histórico, nessa concepção o conservadorismo é entendido como um sistema autônomo de ideias que defendam a religião, a propriedade privada e as tradições. A definição situacional compreende o conservadorismo como um fenômeno que surge em momentos específicos e quando existem duas forças de enfrentamento entre uma oposição e outra de conservação das instituições vigentes (HUNTINGTON, 1957).

⁸ Na próxima seção apresento as disputas presentes no processo de transformação do liberalismo no Brasil que resultou no que será chamado nesta dissertação de liberal-conservadorismo.

O representante da tese aristocrática é Karl Mannheim (WOLFF, 2017). Para o autor, mesmo que o conservadorismo moderno tenha alguns traços do tradicionalismo - ímpeto dos seres humanos de resistir às mudanças - ele é uma oposição a tal. Nessa visão, o conservadorismo é uma ideologia com continuidade histórica e social consciente e reflexiva, um "contramovimento em oposição consciente ao movimento 'progressista' altamente organizado, coerente e sistemático" (WOLFF, 2017, p.285, Tradução minha). Embora adote conceituação próxima das demais tradições, Mannheim posiciona sua definição restrita a uma classe social feudal agrária, fato que limita sua teoria a aplicação em outros contextos (HUNTINGTON, 1957).

A definição autônoma, representada por Russel Kirk não contempla a necessidade de um grupo em particular, assim, qualquer classe pode ser atraída pelo conservadorismo, pois nessa dimensão, a ideologia é uma questão de interesse individual em aderir às ideias e não depende de suas afiliações sociais. Além disso, concebe a possibilidade de aparição do conservadorismo em qualquer estágio da história. Os pilares do conservadorismo usados para justificar a estabilidade da ordem vigente são baseados na defesa da regulação da sociedade por uma entidade divina; na necessidade de uma ordem social baseadas em classes; a concepção de propriedade e liberdade são necessariamente ligadas; às mudanças concebidas em modo lento; tradições bem fundamentadas controlam o impulso anárquico dos homens (LACERDA, 2019). Entretanto, para Huntington, a teoria autônoma ainda falha em explicar o conservadorismo, pois para funcionar a ideologia teria que manifestar um amplo ideal substancial, fato que não se sucede, por isso os princípios universalmente aplicáveis da teoria autônoma seria algo improvável ao conservadorismo.

A tradição situacional argumenta que o conservadorismo se desenvolve em qualquer situação histórica quando há um desafio claro e presente nas instituições vigentes. O conservadorismo é

"uma ideologia que surge a partir de um tipo distinto, mas recorrente de situação histórica em que um desafio fundamental é o dirigido às instituições estabelecidas e em que os apoiadores dessas instituições empregam a ideologia conservadora em sua defesa. Assim, o conservadorismo é um sistema de ideias empregado para justificar qualquer ordem social estabelecida, não importa onde ou quando ela exista, contra qualquer desafio fundamental a sua natureza ou ser, não importa de que quadrante. A essência do conservadorismo é a afirmação apaixonada aos valores das instituições vigentes. Isso não quer dizer que o conservadorismo se opõe a todas as mudanças. De fato, para preservar os elementos fundamentais de uma sociedade, pode ser necessário aquiescer mudanças em questões secundárias. Nenhuma pessoa pode abraçar o ideólogo conservador, no entanto, a menos que

ele seja fundamentalmente feliz com a ordem estabelecida e comprometida com a defesa contra qualquer mudança séria." (HUNTINGTON, 1957, p. 455. Tradução minha)

Isso permite dizer que o conservadorismo não rejeita completamente toda e qualquer mudança. Mudanças laterais são vistas pela tradição até como necessárias para manter a característica e os elementos basilares de uma sociedade.

A teoria situacional é a admitida por Huntington e a que será adotada nesta dissertação. Nessa perspectiva o conservadorismo é posicional e emerge em momentos históricos precisos. Assim, a ideologia é concebida como um produto de intensos conflitos sociais e ideológicos. Surge quando forças que apresentam claros desafios materiais e ideais ao *status quo* e a ordem estabelecida se articulam. O conservadorismo é uma resistência articulada, sistemática e teórica à mudança em um contexto específico (HUNTINGTON, 1957, p. 461).

As reflexões mais recentes propostas pela literatura especializada permitem caracterizar a ascensão e a estrutura de um movimento contemporâneo conservador de cunho ideológico à direita (MUDDE, 2004). Existe um relativo consenso em progresso sobre as questões mais relevantes para moldar comportamentos de eleitores conservadores (ALMEIDA, 2017; RENNÓ, 2020). Os autores tendem a concordar que os principais temas que permeiam o cenário político atual são aqueles relacionados a lei e ordem, questões ligadas a uma tradicionalidade moral e ao papel do Estado.

Há um intenso debate sobre o conjunto de políticas e ações que visam fortalecer a segurança pública, combater a criminalidade e promover o cumprimento das leis. Questões relacionadas à lei e a ordem são centrais no movimento conservador. Há uma tendência de uma parte do eleitorado de argumentar que a crise econômica e o aumento da violência são justificadas devido ao movimento intensificado nos últimos anos de imigração (EATWELL; GOODWIN, 2020). Assim, o eleitor conservador adere a posições contrárias à abertura de fronteiras para a imigração e a globalização. Percebe que para solucionar os problemas já gerados, o governo deve fortalecer suas instituições punitivas como a adoção de leis mais severas e a militarização da vida social.

Na América Latina em especial, há um descontentamento com as políticas públicas desenvolvidas por governos alinhados ao espectro progressista. As tensões em torno do combate à desigualdade social na região dividem as posições em dois pólos: de um lado aqueles que acreditam em governos responsáveis por amenizar as desigualdades e, de outro, aqueles que pensam ser a desigualdade situações naturais e fora do escopo do estado (LUNA;

KALTWASSER, 2014). Assim, questões relacionadas às políticas sociais também são importantes para a composição do fenômeno conservador.

Um outro aspecto importante para compor o movimento conservador é a sua dimensão ligada a uma moralidade tradicional. Como será discutido mais profundamente na seção a seguir, o conservadorismo também se consolidou como uma reação aos avanços ou pequenas sinalizações de mudanças por parte das instituições nas agendas de direitos humanos, gênero, proteção ambiental (INGLEHART; NORRIS, 2016).

O movimento conservador se consolida com uma agenda multidimensional. O caso do Brasil não escapa à norma dos países vizinhos. As pautas centrais do conservadorismo brasileiro podem ser resumidas em um amálgama entre os "princípios de autoridade militar e religiosa, associados ao estímulo à livre competição e ao enriquecimento individual; aos valores morais rígidos em um mundo de inseguranças; a família como um projeto de boa sociedade" (LACERDA, 2019, p. 204). Além disso, o movimento compreende elementos como: visões duras sobre como devem se consolidar as punições para o crime e a violência; certo menosprezo pelos direitos humanos; uma forte reação à mudança de valores, marcada pela intolerância aos direitos LGBTQ+, às agendas feministas e às interpretações da família tradicional; opiniões sobre o não papel estatal para diminuir desigualdades, e um consequente ressentimento daqueles que apoiam tais opiniões – isto é, principalmente partidos de esquerda (RENNÓ, 2020, p. 4).

Por ser um fenômeno multifacetado, a presente dissertação trata de dimensões do conservadorismo. Nos resultados, analisa os componentes ligados à lei e a ordem, ao moralismo tradicional, ao papel do estado como promotor de políticas para a redução da desigualdade social e as visões dos brasileiros sobre privatizações no setor público.

Após esta apresentação das ideologias políticas que permearam o debate público dos últimos trinta anos no país, o foco desta dissertação, entretanto, é em um fenômeno político cuja trajetória remonta quase quinze anos: a ascensão do liberal-conservadorismo.

1.2 A ascensão da nova direita no Brasil: um novo amálgama de ideologias políticas (1946-2006)

O objetivo dessa seção é descrever como os liberais se posicionaram na disputa política brasileira ao longo do século XX como uma organização de empresários ao mesmo tempo que emerge um movimento intelectual e político.

A ascensão de uma nova direita brasileira é resultado de um movimento intelectual e político que se desenrolou no país a cerca de quinze anos. O movimento intelectual precede o movimento político. O primeiro se imputa a mobilização de acadêmicos defensores do liberalismo econômico, enquanto que o segundo é a coalizão entre contrapúblicos digitais que não se sentiam representados pelo partido dos trabalhadores, e não viam na oposição política semelhança ideológica representativa (ROCHA, 2019). Além disso, esse fenômeno político ocorre em paralelo a intensificação de um conservadorismo moral fortemente ligado aos valores tradicionais cristãos.

Se para muitos atualmente soa natural a associação entre conservadorismo e neoliberalismo, é preciso lembrar que o caminho que levou a um neoliberalismo conservador ou neoconservadorismo com seu auge em 2018 foi permeado por conflitos. Para traçar um histórico das novidades políticas à direita no Brasil, ou seja, da nova direita, nesta subseção apresenta-se em predominância alguns dos resultados do estudo da pesquisadora Camila Rocha (2019). De modo resumido, a pesquisadora a partir de uma reconstrução histórica para mapear quais atores e dinâmicas políticas deram origem e passaram a ser constituintes e constituídos da emergência de uma nova direita, apresenta três momentos principais. O primeiro é a formação do ideal liberal no Brasil na década de 1940, seguido da estruturação dos contra-públicos na metade dos anos 2000 até as eleições gerais em 2018.

O novo amálgama de ideologias políticas caracterizador da nova direita é um fenômeno resultado de uma reorganização política, social, de ideias e valores que acontece no Brasil há quase quinze anos. A formação e promoção de ideias neoliberais - uma forma renovada de liberalismo econômico - por intelectuais, militantes, empresários e políticos teve um impacto significativo nas ações das direitas em vários países, inclusive no Brasil. No país, as ideias que fomentavam o enaltecimento do mercado se difundiu em meio a uma intensa campanha contra a esquerda capaz de unir atores conservadores e defensores do capitalismo de livre-mercado em torno de uma agenda anticomunista que, entre outros fatores, culminou no golpe civil-militar em 1964. (ROCHA, 2019. pg.42). Em primeiro momento, as obras traduzidas para o português de filósofos como Mises, Hayek e Friedman, passam a circular inicialmente entre uma elite intelectual, de empresários, governantes e militares interessados em conter o avanço de ideias comunistas.

Após a redemocratização do país, em 1988, se estabelece de fato um amálgama liberal-conservador fruto da interação entre o liberalismo econômico, o conservadorismo e política. Elites empresariais ao falharem em exercer a influência que almejam em Brasília, e, portanto, não mais satisfeitos com a reorganização administrativa pós constituição, passam a se

preocupar com a difusão do modelo pró-mercado na opinião pública. Assim, a divulgação do ideário para o público mais amplo passa a acontecer, de fato, após a década de 1970 por meio dos "formadores de opinião" (ROCHA, 2019. pg. 69). Estas, eram pessoas estrategicamente capazes de pulverizar as ideias em cursos, fóruns, eventos, premiações e publicações de revistas para certos indivíduos que passaram a ser o alvo das elites empresariais (ROCHA, 2019. pg. 89).

A circulação das ideias pró-mercado em várias arenas foi capaz de desenvolver uma grande rede de think tanks a direita que chega a seu auge de atuação em meados da década de 1990. Essas organizações eram responsáveis por captar e ampliar ainda mais seus meios de atuação e difusão por todo o país. Para isso, baseados em recursos empresariais promoviam tradução de livros com pensamento filosófico neoliberais, atuavam na editoração de policy e position papers sobre temas diversos como educação e previdência social e inauguram espaços físicos em regiões estratégicas do país (ROCHA, 2019. pg. 90).

No início dos anos 2000, em contrapartida, empresários nacionais e estrangeiros que colaboraram financeiramente com esse movimento certos de que o ideal liberal já havia penetrado a racionalidade governamental brasileira, diminuem as quantias investidas e assim estagna a divulgação do movimento pró-mercado. Em meados dos anos 2000, em meio a retração de investimentos financeiros majoritariamente estrangeiros e frente às mudanças sociais promovidas pela esquerda, se iniciam discussões centradas nas bases morais do livre-mercado ao adotarem um viés culturalista e conservador baseado no enaltecimento de um discurso centrado em uma ética religiosa. Assim, se fortalece a concepção de combate ao avanço da esquerda e das políticas públicas e ações promovidas nos governos dos partidos dos trabalhadores (ROCHA, 2019. pg. 105-110).

Por volta de 2006 a 2010, já dissipados nas redes sociais, principalmente, em comunidades do Orkut, os ideais liberais-conservadores passam a ser pulverizados em meio a ideias libertárias. Imbuídos de um sentimento em comum, a não representação pelos partidos de direita do status quo político, internautas conectados nas comunidades online se fundiam com outras estruturas organizativas. Nesse período, os ideais liberais-conservadores em conjunto com sentimentos de inconformidade com a corrupção na política compartilhados por esses grupos levaram a novas formas de intervenção na esfera pública para além da internet. Foi a partir das "manifestações de junho de 2013 que discursos que mobilizam os temas de anticorrupção e do antipetismo, que já circulavam nos contra-públicos digitais desde o escândalo do mensalão, passaram a se tornar centrais no processo de formação da novas direitas" (ROCHA, 2019. pg. 161)

O cenário em que se fortalece a nova direita no Brasil é permeado por crises econômicas e políticas e um forte sentimento anticorrupção onde 21% da população percebia ser a corrupção um dos problemas mais importantes do país. Assim, a chegada da nova direita ao poder, em 2018, emerge deste processo e descolada da tradicional direita brasileira e fortalecida em suas bandeiras: contrária a uma suposta hegemonia cultural da esquerda, visa romper com o pacto democrático de 1988 e se organiza em defesa de um radicalismo de mercado e conservadorismo programático (ROCHA, 2019. pg. 20).

1.3 Conservadorismo, a direita cristã e a agenda de gênero

A noção de gênero emerge de um ambiente acadêmico em diálogo com movimentos sociais ao questionar as hierarquias e relações de poder entre homens e mulheres. Por volta dos anos 1970 e 1980, a produção teórica feminista desponta ao registrar as bases das desigualdades e das violências e ao questionar as estruturas patriarcais-heteronormativas (VAGGIONE et al, p. 16). O termo gênero passa a ser empregado por intelectuais feministas como uma categoria capaz de questionar o fundamento binário e natural das distinções e dos papéis sociais (BUTLER, 1999). Nesse sentido, o sexo, como classificação generificada, não seria uma concepção prévia anterior a cultura, mas sim uma definição essencialmente social (SCOTT, 1986).

A necessidade de intervenção pública mobilizada por movimentos sociais feministas fez com que a noção de gênero passasse a ser debatida na esfera pública em uma perspectiva transnacional. Debates que envolviam questões de gênero foram promovidos pelas ativistas em ciclos de Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre estes eventos, os que mais refletiram avanços na agenda foram a IV Conferência Mundial das Mulheres, acontecida em Pequim no ano de 1995 e as Conferências de População e Desenvolvimento do Cairo em 1994 (CORRÊA, 2018). A partir desse momento há uma reconfiguração do sistema internacional de direitos humanos e uma ressignificação da concepção do que é cidadania (VAGGIONE et al, 2020). Nessa noção, uma das agendas dos direitos humanos passa a ser a promoção da igualdade entre homens e mulheres, dos direitos reprodutivos e sexuais e da presença feminina em espaços representativos.

Ao mesmo tempo que, de um lado, pressões feministas estavam em curso, do outro, reações de repúdio à noção de gênero eram também manifestadas na arena das Nações Unidas. Corrêa (2018) expõe a trajetória dos ataques à agenda de gênero no plano dos Comitês

Preparatórios das convenções de Pequim e do Cairo como sinais incipientes da reação. Observa que as menções ao gênero em documentos finais gerou paralisação nas negociações devido aos intermináveis embates permeados por discursos agressivos de líderes de diferentes países que exigiam o uso de colchetes quando mencionada a palavra gênero. Além disso, a autora apresenta um especial destaque para a atuação da Igreja Católica que em todas as Conferências agiu para conter o avanço das questões como os direitos sexuais e reprodutivos, sobretudo as pautas que englobam o aborto e as diferentes maneiras de se conceber o núcleo familiar. Apesar das tensões em torno do gênero, definições como a recomendação de políticas públicas sob uma perspectiva generificada, a validação do conceito de direitos reprodutivos, o reconhecimento do aborto como problema de saúde pública e de múltiplas formas de famílias, sucederam como resultado finais dessas Conferências.

A atuação reativa da Igreja Católica não se restringiu aos Comitês Preparatórios e às Conferências da ONU. No final dos anos 1990, a instituição apoderou-se do termo "ideologia de gênero" como estratégia discursiva nas disputas em torno da própria categoria gênero e em combate aos direitos sexuais e reprodutivos em discussão. Os primeiros documentos eclesiais apontam para uma necessidade de posicionamento político da igreja (VAGGIONE et al, 2020). Os textos publicados sob o papado de João Paulo II como o "Pontifício consílio per la familia" publicado em 2003 e a "Carta aos bispos da Igreja católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo, de 2004, são a expressão da noção de complementaridade defendida pela igreja ao abordar as questões de gênero, sexualidade, bioética (VAGGIONE et al, 2020; LACERDA, 2019). Em especial, a carta versava sobre as naturezas distintas de homens e mulheres que deveriam operar em conjunto para evitar conflitos em detrimento de uma concepção crítica das hierarquias (VAGGIONE et al, 2020).

Uma das principais elaboradoras do conceito de "ideologia de gênero", Dale O'Leary, católica vinculada a Opus Dei, atuou em concordância com as diretrizes da Igreja Católica. A jornalista, já em 1995 forneceu insumos para a argumentação religiosa contra a noção de gênero durante a conferência de Pequim. Para ela, o conceito de gênero discutido durante a conferência seria uma forma de mudar a natureza, assim como seria pensada por feministas radicais que não representavam a maioria das mulheres (O'LEARY, 1997). As ideias da autora, bem como os escritos católicos mencionados, serviram de bases teóricas para todo o movimento anti-gênero que veio a permear as ruas e os parlamentos no final do século XXI (VAGGIONE et al, 2020).

Enquanto no cenário internacional os direitos sexuais e reprodutivos estavam no centro das diretrizes e conferências da ONU, os países da América Latina, por volta dos anos 1980,

atravessam a terceira onda de democratização. O período foi favorável para permeabilidade das demandas dos movimentos feministas e LGBTQ+ nas políticas públicas (FRIEDMAN; TABBUSH, 2018) na medida em que as lutas para o fim dos regimes autoritário englobavam, também, a integração dos direitos femininos e LGBTQ+ no Estado. Com isso, uma vez que aumentavam os números de democracias, expandia-se o comprometimento de atores nacionais com políticas de promoção da igualdade de gênero e diversidade sexual, identificadas como constiuidores de valores democráticos (BIROLI, 2020).

As oportunidades de integração entre Estado e movimentos feministas cresceram com a expansão de governos de centro-esquerda eleitos na região durante os anos 2000. A chamada "onda rosa" foi o momento em que uma grande parte dos países latinos americanos foram governados por executivos que se denominavam ideologicamente de esquerda ou centro-esquerda. Embora se saiba que governos de centro-esquerda não necessariamente garantam a expansão de direitos das mulheres e da população LGBTQ+ (HTUN; WELDON, 2010), o fenômeno foi importante para transformações da vida cotidiana das mulheres e da população LGBTQI+ ao passo que instituíram políticas públicas abrangentes em áreas como: o bem estar social, a violência contra as mulheres e pessoas LGBTQ+, o reconhecimento de identidades e do casamento igualitário, representação política e autonomia corporal (FRIEDMAN; TABBUSH, 2018).

Os anos de 1990 em diante foi um marco para os países latino-americanos que viveram uma onda de legislação de direitos para as mulheres (BENTANCUR, 2019). Como resultado da nacionalização da promoção da igualdade entre homens e mulheres, egajada pela conferência de Pequim, as mudanças permearam arenas instiucionais e individuais, tais como as medidas para aumentar o números de mulheres em cargos de representação, assim como a expansão de direitos ligados a decisões individuais como o aborto e o casamento civil igualitário. Foram notórias, por mais que ainda problemáticas, as mudanças relacionadas ao perfil identitário das casas representativas dos países da região. As leis de cotas que estabeleciam um número mínimo de mulheres candidatas nas eleições nacionais foram adotadas em mais de dez países durante a década de 1990 ⁹ e atualmente abrange quase a totalidade dos países da região com exceção de Cuba e Haiti que não aderem oficialmente a política. Já leis que descriminalizariam o aborto e a legalização da união civil de pessoas do mesmo sexo não receberam a mesma centralidade nas agendas dos governos (FRIEDMAN; TABBUSH, 2018), entretanto, alguns

⁹ Argentina (1991), México (1996), Paraguai (1996), Bolívia (1997), Brasil (1997), Costa Rica (1997), Equador (1997), Panamá (1997), Perú (1997), República Dominicana (1997), Venezuela (1998), Colômbia (1999) e Honduras (2000) (ARCHENTI; TULA, 2007).

avanços foram ainda assim implementados na arena dos direitos reprodutivos e sexuais. O reconhecimento do casamento igualitário foi admitido em alguns países por casas legislativas (Cuba, 2022; Chile, 2021; Uruguai, 2013; Argentina, 2009) ou por cortes constitucionais (Equador, 2019; Colômbia, 2016; Brasil, 2011). A descriminalização do aborto também foi uma ação em países como o Uruguai (2012), Argentina (2020), Chile (2021), Colômbia (2022) e México (2023).

No Brasil, em especial, o período em que houve espaço no governo para a participação de movimentos e coalizões feministas foi aquele liderado por governos do Partido dos Trabalhadores (PT) iniciado em 2003. Durante os quatorze anos das administrações petistas foram implementados mecanismos nacionais e subnacionais de participação como as conferências, instrumentos que se tornaram um espaço central de interlocução entre a sociedade civil e os governos PT para a promoção do debate e deliberação de propostas para a formulação de políticas (FARIA; SILVA; LINS, 2012). Entre esses eventos estão as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM) acontecidas nos anos 2004, 2007, 2011 e 2016. Essas conferências representam um dos espaços de permeabilidade dos movimentos sociais feministas no Estado e tinham como objetivos principais propor diretrizes para a fundamentação dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres em torno da promoção da igualdade, autonomia econômica, social, cultural e política, do fortalecimento das políticas para mulheres e da democratização da participação feminina nas diversas esferas institucionais. As principais propostas que resultaram eram sobre temáticas como a violência feminina, fundos financeiros garantidores do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e financiamento partidário de campanhas femininas.

Embora se saiba que, historicamente, há tensões em torno da expansão dos direitos das mulheres, em especial, quando a temática é o aborto e a constituição de uma moral sexual de caráter secular, as iniciativas dos governos Lula e Dilma parecem ter contribuído com expressividade para uma "reação coletiva dos segmentos tradicionalistas" (MACHADO, 2012, p. 28). As mudanças encampadas pelo Poder Executivo que mais foram alvos dos ataques conservadores são aquelas relacionadas a flexibilização da legislação do aborto, da diversidade sexual e da noção de gênero.

No final de 2004, o então Ministro da Saúde Humberto Costa publica a norma técnica "Atenção Humanizada ao Abortamento", onde ficavam garantidos os atendimentos de abortamentos não criminalizados sem a necessidade de um boletim de ocorrência, a obrigatoriedade do Estado em manter um profissional apto para fazer o procedimento e o sigilo

médico em caso de abortamento espontâneo ou provocado¹⁰. Em 2005, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres instalou uma Comissão Tripartite de Revisão da Legislação Punitiva sobre o Aborto que englobava atores do executivo, legislativo e sociedade civil. A comissão objetiva discutir as melhores estratégias para que se pudesse voltar a tramitar na Câmara um projeto de lei¹¹ que almejava a descriminalização do aborto, empreitada que não obteve êxito pois o projeto foi considerado inconstitucional por uma maioria de 61 a 4 votos (LACERDA, 2019, p. 65). Em 2007, o segundo ministro de Lula declarou publicamente a necessidade da descriminalização do aborto como uma questão de saúde pública. Na fala, José Gomes Temporão argumentou que a discussão possui um viés "machista" e que mais mulheres precisam ser ouvidas¹².

Os fatos até aqui elencados mostram que por mais que avanços na legislação ou a conquista da legalização do aborto não tenha, de fato, se concretizado, o debate liderado por uma perspectiva de gênero em torno dos direitos reprodutivos das mulheres estava esfervecente na esfera pública.

Houve também tramitações relacionadas à diversidade sexual, área que afeta diretamente a população LGBTQ+. Em 2004 o Ministério da saúde publicou o "Brasil sem Homofobia: programa de combate a violência e a discriminação contra GLTB e promoção a cidadania homossexual" que visava "promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais." (FIGUEIREDO; SILVA; SANTOS, 2004, p. 11). Em 2008, foi publicada uma portaria que instituiu, no âmbito do SUS o Processo Transexualizador¹³. No final de 2009, o então Presidente Lula, por meio da Secretaria de Direitos Humanos lançou o terceiro Programa de Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)¹⁴, o primeiro a ter caráter de política de Estado. Entre outros objetivos estratégicos, o Programa firmou compromisso com a garantia dos direitos das mulheres para o estabelecimento das condições necessárias para sua plena cidadania, a garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o fortalecimento dos instrumentos de prevenção à violência. Este último almejava "elaborar

¹⁰ Projeto de Decreto Legislativo 42/2007 susta a aplicação de Norma Técnica expedida pelo Ministério da Saúde.

¹¹ PL 1135/1991.

¹² Acesso a reportagem [aqui](#).

¹³ Portaria GM/MS nº 1.707 de 18/082008. Foi revogada pela PRT GM/MS nº 2803 em 2013.

¹⁴ O programa é resultado das 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos e de propostas aprovadas nas mais de 50 conferências nacionais temáticas promovidas desde 2003. O documento apresenta seis eixos orientadores 1) Interação democrática entre Estado e sociedade civil, 2) Desenvolvimento e Direitos Humanos, 3) Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades, 4) Segurança Pública, 5) Acesso à Justiça e Combate à Violência, Educação e Cultura em Direitos Humanos, 6) Direito à Memória e à Verdade.

diretrizes para as políticas de prevenção à violência com o objetivo de assegurar o reconhecimento das diferenças geracionais, de gênero, étnico-racial e de orientação sexual" (PNDH-3, 2010, p. 115). No final de 2010, Lula assinou decreto 7.388¹⁵ que criou o Conselho Nacional de Combate a Discriminação, onde o combate a discriminação era foco para a promoção e defesa dos direitos de LGBT. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal julga a constitucionalidade da união estável entre pessoas do mesmo sexo.

No Brasil, as políticas que previam a educação sexual e orientações de gênero nos planos educacionais também foram componente importante para a consolidação da reação conservadora (VAGGIONE et al, 2020). As diretrizes do Brasil sem Homofobia (2004) e o programa do Escola sem Homofobia (2011) foram ações do Executivo que levaram a importantes manifestações parlamentares na Câmara dos Deputados. As investidas de "promoção do respeito à diversidade sexual no sistema público inauguram uma nova fase da reação conservadora, agora voltada contra o gênero" (LACERDA, 2019, p. 71). Congressistas católicos e evangélicos, sob a liderança da frente parlamentar evangélica, decidiram radicalizar contra o governo a partir do apoio e articulação para convocação do então ministro da casa civil, Antonio Palocci, se o governo mantivesse a divulgação de materiais didáticos anti-homofobia¹⁶.

Em 2013, ainda em relação ao tema educação/gênero os deputados passaram a se pronunciar a respeito do Plano Nacional de Educação (PNE) que vigoraria para o decênio 2011-2020. O projeto trazia no corpo do texto condutas para superar as desigualdades educacionais com ênfase na "promoção da igualdade racial, de gênero e de orientação sexual"¹⁷. Foi em torno dos debates dos objetivos do PNE que se firmou a concepção de "ideologia de gênero" entre os congressistas que acabaram conseguindo retirar as menções ao gênero do Plano (LACERDA, 2019).

A reação conservadora age em nome de uma bandeira principal: a defesa da família. A coalizão de grupos conservadores contra o gênero articula a defesa da família e proteção das crianças em aspectos discursos nos plenários da câmara, projetos de leis, ou mesmo para mobilizar e ativar ideologicamente a sociedade. Na reação contra o gênero, elites modernas e globalizadas ameaçam o senso natural da organização social baseada em hierarquias (BIROLI, 2020). Os grupos que engajam a bandeira da "ideologia de gênero" negam qualquer arranjo

¹⁵ Revogado pelo Decreto nº 9.883 em 2019.

¹⁶ Rádio Agência Câmara. Acesse [aqui](#).

¹⁷ PL 8035/2010. A passagem do trecho foi aprovada no Senado após a seguinte mudança: "art. 2. São diretrizes do plano nacional de educação: iii – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação".

diferente daquele da família tradicional que concebiam relações entre pessoas do mesmo sexo, que disvirtuem as mulheres de seus papéis como mães e cuidadoras, que tensionem as hierarquias sociais ou mesmo que demandem o progresso de pautas reprodutivas (MACHADO et al, 2020).

Na Câmara dos deputados, em 2013, a noção de "ideologia de gênero" é resgatada e consagrada definitivamente na agenda legislativa (LACERDA, 2019). O uso estratégico pelos parlamentares desse termo é uma maneira de incidir em processos políticos (VAGGIONE et al, 2020) e é baseado na mesma noção articulada em documentos e por representantes da Igreja Católica. Nos discursos, a "ideologia de gênero" seria responsável por acabar com o tradicional papel de um homem e uma mulher constituidores de uma família e os impediria de educar seus filhos sob essa mesma racionalidade. Logo, o combate a essa ideologia se justifica em "defesa da família tradicional; defesa da vida (contra o aborto); defesa dos papéis tradicionais de homens e mulheres; combate as identidades de gênero e as orientações sexuais que não sejam cis ou hetero; defesa dos valores religiosos cristãos" (LACERDA, 2019, p. 73).

A reação a noção de gênero nesse ambiente foi quantificada por Lacerda (2019) que identificou que em meados de 2008 aumentou o número de iniciativas (discursos e proposições na Câmara dos deputados) contra o aborto e, em 2011, contra a agenda LGBT. O grande salto aconteceu em 2014, quando o número de iniciativas contra o gênero duplicou ao passar de menos de 10 em 2013 para aproximadamente 70 em 2015. Os protagonistas dessa reação são em sua maioria homens, apenas 4% das deputadas atuam como autoras principais. Além disso, as atividades das parlamentares são mais evidentes contra o aborto (7%) do que contra os direitos LGBT (2%) (LACERDA, 2019, p. 80). Além disso, a autora mostra que mais de 60% dos autores dessas iniciativas pró-família são de deputados evangélicos (tradicionais, pentecostais e neopentecostais), já os católicos compõem 20% do total.

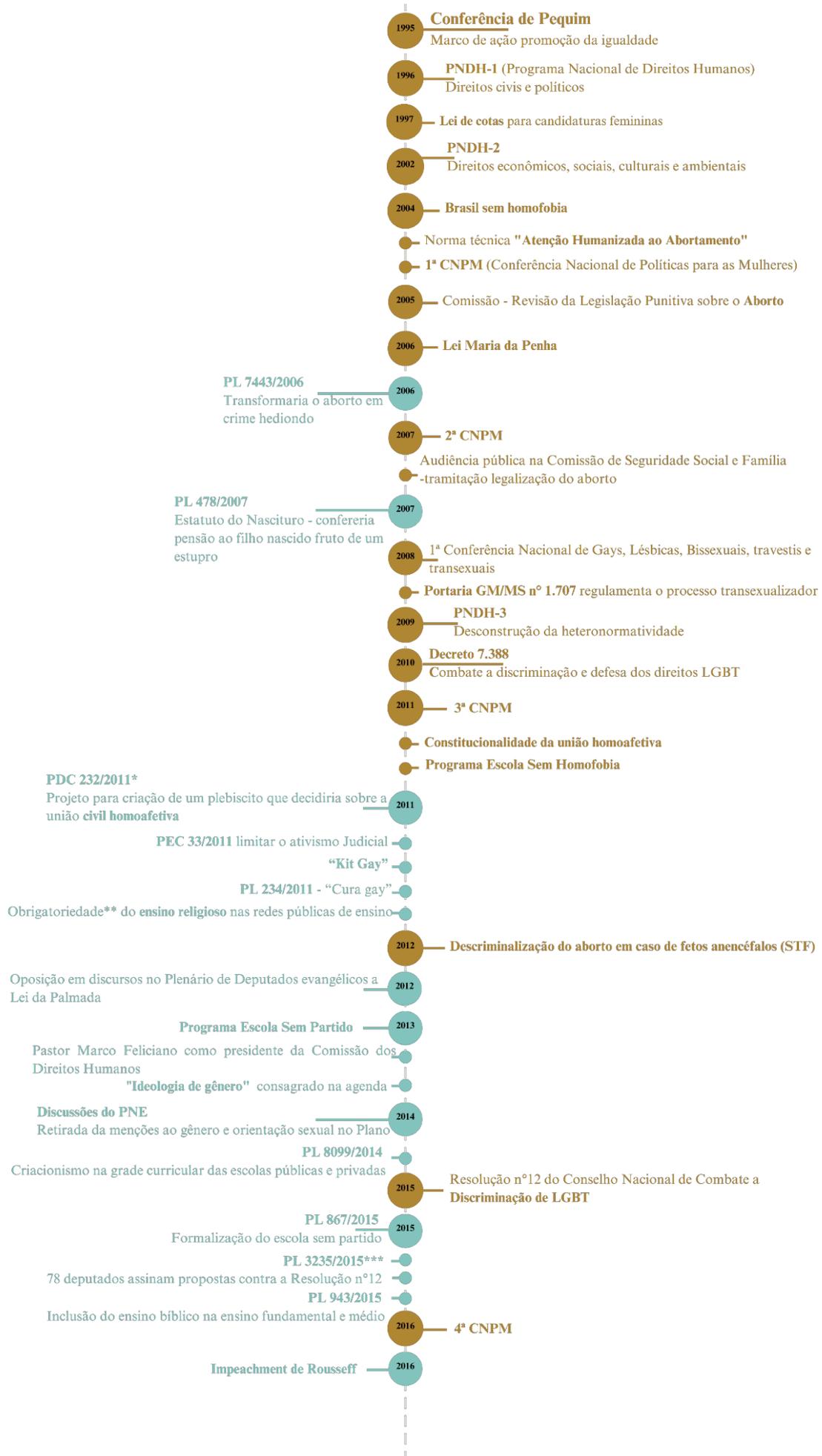
Não foi somente em âmbitos institucionais que se viu emergir a dinâmica conservadora recente, a comoção do combate a "ideologia de gênero" encorajou a eclosão de uma frente nacional pela família (BIROLI; CAMINOTTI, 2020). Desde 2014, milhares de cidadãos se organizam em manifestações de ruas como as "Marchas pela família" que surgiram com o propósito de exaltar a moral cristã e em reflexos das articulações em torno da noção de "ideologia de gênero".

Além desse movimento, o "pânico moral" em torno do gênero e da sexualidade em conjunto com a crise econômica e política que o Brasil atravessou em 2013, ensejou importantes espaços para outras manifestações de rua e de direita, como o Movimento do Brasil Livre (MBL). Além das bandeiras anti-corrupção esse movimento foi importante para difundir o medo entre seus apoiadores de que as modificações e ganhos nas agendas pró-LGBTQ+ "eram

promotores de homossexualidade nas escolas ensinando crianças como se transformarem em gays” (PAYNE; DE SOUZA SANTOS, 2020, p. 35). Payne e de Souza Santos, 2020 argumentam que os movimentos de 2013 capitaneados pelo MBL se fazem especialmente importantes pois foram os responsáveis por unificar, no imaginário público, as agendas anticorrupção, pró-neoliberalismo, antia-gênero/LGBTQ+/trans em uma única bandeira, a dos partidos políticos conservadores e grupos religiosos.

Esse é o contexto em que ocorre a “politização reativa” do gênero (VAGGIONE, 2016) no Brasil. A reação viasava iniciativas do Executivo Federal na forma de programas e portarias, leis, decisões judiciais e políticas públicas que garantissem mudanças e expansão de direitos tais como o casamento igualitário, adoção por casais do mesmo sexo e educação sexual inclusiva orientada pelos valores da equidade e da diversidade. Os estudos apresentados até aqui ressaltam que a aliança de atores conservadores em antagonismo ao gênero e ao ativismo feminista e LGBTQ+ começam a aparecer no início de 2005, se fortalecem a partir da segunda década dos anos 2000 com o aumento do apoio popular e se consolidam institucionalmente em 2016 com o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, momento em que se materializa a nova direita no país (BIROLI; CAMINOTTI, 2020; LACERDA, 2019; ROCHA, 2019). A figura 1 permite a visualização, de 1995 a 2016, da dinâmica descrita quando apresenta, em contraste, o desenho entre a onda de inclusão e emancipação de grupos historicamente desprovidos de cidadania plena e o delineamento da onda reativa a esse processo.

Figura 1. Temporalidades dos acontecimentos políticos: avanços, mudanças, tentativas de impedimento e retrocessos de direitos.



Fonte: Todas as informações que compõem a linha do tempo foram retiradas da bibliografia desenvolvida nesta seção, com especial ênfase nos resultados de Lacerda, 2019 (páginas 61-98).

Nota: O critério de delimitação temporal inicia-se em 1995, ano da Conferência de Pequim, um marco para os direitos femininos e termina em 2016, ano em que se consolida institucionalmente um feito da nova direita no Brasil (ROCHA, 2019). Os critérios de seleção dos marcos que compõem a temporalidade estão de acordo com os principais apontamentos levantados pela bibliografia para consolidar os avanços e retrocessos em termos de direitos.

* Após decisão unânime pelo Supremo Tribunal Federal sobre a legalidade da união de pessoas do mesmo sexo, começa a circular no Congresso a necessidade de um plebiscito nacional onde seriam os eleitores os responsáveis por reger a decisão da união. Mais informações [aqui](#).

** Atualmente é facultativo.

*** Proposta para criminalizar em atos de governo e em materiais didáticos-pedagógicos o uso de termos como orientação sexual e identidade de gênero.

Sinteticamente, pode-se dizer que na medida em que atores do Poder Executivo e Judiciário se mostravam propícios a assumir e promover, de fato, uma agenda de gênero com a descriminalização do aborto e com a promoção da educação sexual nas escolas, reações de atores conservadores foram despertadas que, com uma pauta em comum, a defesa da família natural, organizaram-se em uma coalizão conjuntural heterogênea embasada em novas estratégias para dificultar ou impedir avanços na direção proposta pelos movimentos sociais.

O controle da sexualidade e a tentativa de bloqueio da reorganização das relações entre homens e mulheres é uma dinâmica permeada de tensões entre atores conservadores e ativistas feministas. Ainda assim, “a noção de gênero e a participação ativa dos movimentos feministas nas disputas pela normatização de direitos nos anos 1990 constituem uma inflexão que instauraria novas temporalidades políticas” (VAGGIONE et al, 2020, p. 19).

O caráter inédito deste fenômeno reativo é a multiplicidade de atores com expressivo viés religioso que se reorganizaram em uma conjuntura específica com novas estratégias para interferir nos processos políticos que estavam aderindo novos contornos. A forte regulação da moralidade sexual, importante para construção de clivagens ideológicas, fez com que atores católicos, evangélicos, populistas de direita e outsiders se unissem em torno de uma rejeição em comum: o aborto e a homossexualidade, pautas estas que permitiram “homogeneizar atores e argumentos neoconservadores diferentes entre si” (VAGGIONE et al, 2020, p. 27).

2 DIFERENÇAS DE GÊNERO NA OPINIÃO PÚBLICA

Os conflitos presentes na história política do país percorridas no capítulo anterior, evidenciam a emergência de se entender as diferenças de gênero na opinião pública em um período em que o ativismo de coletivos feministas ganharam espaço nas arenas institucionais, assim como a reação a esse espaço se fez presente nas discussões públicas. Talvez este momento de questionamento do *status quo* seja o período oportuno para o estudo das diferentes opiniões de homens e mulheres. A primeira citação exibida na introdução e a discussão do primeiro capítulo mostram a reação negativa à visibilidade dada às questões de gênero, sexualidade e a participação das mulheres e outros grupos minoritários em esferas que tradicionalmente não os cabiam. Assim, nesse período de ebulição das disputas em torno da agenda de gênero, é interessante investigar se há indícios de um fenômeno mais amplo onde a opinião das mulheres brasileiras, em geral, se diferenciam dos homens. É pertinente também investigar as razões dessas diferenças de gênero nos temas políticos. Embora a formação de atitudes seja um abrangente e multifacetado processo, há indicações de que o gênero influencia categoricamente essas atitudes (LIZOTTE, 2020; SAPIRO; SHAMES, 2010).

Um corpo substantivo de pesquisas acadêmicas que lançam luz sobre as diferenças de gênero nas questões políticas permitem acessar o que se é conhecido sobre esse fenômeno. A ciência política norte americana compila uma quantidade expressiva desses estudos. De modo geral, essas pesquisas buscam compreender os motivos que levam as mulheres a votarem mais em candidatos democratas do que os homens (HUDDY; CASSESE; LIZOTTE, 2008; MANZA; BROOKS, 1998); investigam e descrevem as diferenças entre homens e mulheres nas taxas de identificação partidária (KAUFMANN; PETROCIK, 1999; LIZOTTE, 2017a) e nos diferentes níveis de interesse, conhecimento e ambição política (FOX; LAWLESS, 2012, 2014); em questões que permeiam a moral tradicional (EAGLY; DIEKMAN, 2004), sobre os percentuais de concordância com políticas de promoção de equidade social (HUTCHINGS et al., 2004; NORRANDER, 2008), sobre o uso da força estatal, lei e ordem (NORRANDER, 2008) e em opiniões sobre políticas ambientais (BORD; O'CONNOR, 1997; DIETZ; KALOF; STERN, 2002).

As pesquisas recentes que abordam as diferenças de gênero na opinião pública evidenciam que as mulheres, em média, apresentam posições mais progressistas do que os homens em um conjunto de políticas públicas (NORRANDER, 2008). Mulheres norte americanas tendem a ser mais favoráveis ao controle de armas, as direitos reprodutivos, a

gastos governamentais e políticas de igualdade de direitos, assim como são mais desfavoráveis a pena de morte do que os homens. De acordo com os dados do *American National Election Study* de 2020, as mulheres são cerca de doze pontos percentuais mais favoráveis do governo tornar mais difícil a compra de armas e cerca de cinco pontos percentuais menos favoráveis a pena de morte para pessoas comprovadamente assassinas. Além disso, mulheres são mais favoráveis à expansão de direitos para pessoas LGBTQ, a expansão do gasto governamental para os pobres e mais desfavoráveis ao uso da força (NORRANDER, 2008; SAPIRO, 2002). Estas disparidades serão discutidas em maior profundidade nas próximas seções.

A opinião pública, de modo geral, pode ter consequências políticas. Algumas pesquisas demonstram que as diferenças de gênero nas atitudes políticas contribuem para as diferentes preferências de voto (ARZHEIMER, 2016; IMMERZEEL; COFFÉ; VAN DER LIPPE, 2015; MANZA; BROOKS, 1998) ou buscam analisar quais problemas e atitudes políticas são mais importantes para afetar o tamanho do gap em uma eleição. Como exemplo, um estudo realizado em 2004 mapeou que o apoio na expansão dos gastos governamentais com pessoas de classes mais baixas foi mais importante para o voto das mulheres do que dos homens (CLARK; CLARK, 2009). Isso pode se traduzir na ideia de que em uma eleição específica quando se há diferença nas preferências pode se esperar uma vantagem eleitoral para um candidato entre as mulheres.

Além disso, essas diferenças em opiniões públicas refletem nas escolhas de governos sobre políticas públicas que por sua vez, muitas das vezes, são tomadas com base nos gostos e preferência dos eleitores. Assim, preferências sobre alocação de gastos públicos, ações estatais e regulações estão estreitamente ligadas aos formuladores de políticas públicas e governos eleitos que representam as pessoas e moldam suas ações com base nessas percepções. As origens e as diferenças de gênero na opinião pública, portanto, merecem atenção acadêmica.

De modo geral, a dissertação demonstra em quais atitudes políticas mulheres e homens se diferenciam, apresenta a magnitude dessa diferença e investiga qual o papel de valores igualitários, traços de personalidade autoritários e um conjunto de controles importantes para o fenômeno para influenciar a opinião pública. Em seu núcleo, as atitudes políticas investigadas são aquelas em ebulição no debate público recente: os temas relacionados ao conservadorismo.

Este capítulo aborda os caminhos teóricos e empíricos que discutem a relação do gênero na opinião pública. Em sua finalidade, tem o objetivo de desenvolver um quadro analítico capaz de examinar os fatores que levam as eleitoras e os eleitores a manifestarem certas posições acerca de atitudes políticas e políticas públicas. A abordagem analítica busca estabelecer um diálogo entre as possíveis razões que conduzem a certas posições em três

grandes temáticas principais: (i) atitudes em relação a grupos historicamente desfavorecidos, manifestadas nas opiniões acerca da legalização do aborto, na prisão de mulheres que interrompem uma gravidez, casamento civil igualitário e na possibilidade de adoção por um casal gay; (ii) visões sobre como o Estado deve proceder com a segurança pública e militarização dos espaços, expressas em atitudes sobre a venda de armas de fogo, a descriminalização das drogas, a pena de morte, redução da maioria penal e a militarização das escolas públicas; e, (iii) opiniões sobre equidade social e privatizações, refletidas em pontos de vista sobre cotas raciais, o programa Bolsa Família e privatizações no setor público.

A organização do capítulo se encontra da seguinte forma: em primeiro momento é indicado em mais detalhes o debate internacional sobre as diferenças de gênero, assim como é apresentado as principais correntes teóricas que buscam elucidar as possíveis razões de mulheres e homens manifestarem diferenças em atitudes e opiniões políticas. Em segundo momento, discute-se a teoria dos valores com o objetivo de verificar se, mesmo após a inclusão de valores políticos, variável fundamental quando se considera a formação de opiniões, atitudes e comportamento político, as diferenças de gênero ainda persistem. A análise se segue em torno do autoritarismo e do valor do igualitarismo. Por fim, discute-se de modo detalhado as possíveis motivações do gap de gênero em cada dimensão do conservadorismo.

A concepção de que homens e mulheres podem reagir de modo distinto a políticas eleitorais e políticas públicas não é algo que sempre existiu. É comum encontrar nas pesquisas de opinião pública uma preocupação predominante sobre questões distintas provindas de classe social, religião, raça e idade. Atualmente, tem-se uma ideia de que homens e mulheres se diferenciam algumas, mas não em todas, questões políticas (NORRANDER; WILCOX, 2002). A diferença tradicionalmente mais investigada pelos pesquisadores é a disparidade no voto, mesmo que se constate de pequena magnitude. Em alguns casos, homens e mulheres se posicionam na mesma direção de uma atitude política, entretanto, as diferenças entre eles passam a ocorrer quando algumas mulheres ocupam posições mais progressistas enquanto os homens se posicionam no lado mais conservador (NORRANDER, 2008). A próxima subseção será responsável por descrever essas tendências gerais apresentadas em pesquisas anteriores, assim como a evolução ao longo do tempo.

2.1 Opinião pública, atitudes políticas e gênero

Antes de prosseguir, alguns esclarecimentos são importantes. O termo "diferença de gênero" ou "gap de gênero" é adotado ao longo desta dissertação pois é a terminologia mais frequente para se referir às diferentes preferências de voto, de identificação partidária e opiniões sobre políticas públicas entre mulheres e homens. Além disso, compreende-se que o gap de gênero diz respeito a um fenômeno multidimensional que diferencia homens e mulheres em qualquer aspecto político. Porém, a preocupação desta dissertação é restrita às comparações relacionadas às atitudes políticas.

Um desafio claro para os trabalhos acadêmicos ao analisar gênero na opinião pública é compreender as disparidades de gênero sem recorrer à essencialização das diferenças entre homens e mulheres. Sempre que possível, o recorte bibliográfico desta dissertação contorna essas questões. A presente abordagem teórica não é essencialista na medida em que as disparidades não são resultados de diferenças seminais entre homens e mulheres e não são concebidas como resultados de características ou impulsos internos. Embora as diferenças sejam consideráveis, não são o suficiente para indicar que todas as mulheres se diferenciam dos homens. O que se almeja no presente trabalho é se afastar da tradicional e simplista concepção "homem-mulher" ao explorar empírica e teoricamente as relações de gênero a partir dos "caminhos, das experiências e dos mecanismos através dos quais operam a constituição do gênero." (BURNS, 2005).

Além disso, concebe-se aqui que as experiências vividas por mulheres variam claramente e são afetadas pelas expectativas sociais estereotipadas e pelas práticas de se atribuir gênero (KESSLER; MCKENNA, 1978). Logo, ao se referir a gênero, concebe-se a noção mais ampla de homens e mulheres e presume-se que os efeitos políticos são resultados de fatores sociológicos e psicológicos de ser um homem e uma mulher em um contexto social.

A referência dicotômica de gênero representa a forma de mensuração presente no survey onde se contabiliza o sexo biológico dos entrevistados (masculino e feminino). Por mais que possa ser uma relativa perda de nuance nos dados, Bittner e Goodyear-Grant (2017) identificaram que o sexo biológico é um substituto justo para a maior parte da amostra, com exceção de um quarto dela. Embora o survey mensure o sexo em termos de "masculino" e "feminino", neste presente trabalho se evita tais nomenclaturas como uma alternativa para se afastar de determinismos biológicos implícitos no uso de termos tais como "sexo" ou "diferença sexual". Compreender os processos sociais por meio de uma demarcação biológica é não conceber os nexos entre os corpos e os processos sociais.

Na ciência política comportamentalista, um conceito central em muitas das pesquisas é o termo "atitude". Existem inúmeras definições de atitude em disputa e que buscam enfatizar as

diferentes características desse fenômeno. Allport (1935) apresenta as transformações históricas do conceito, perpassa por muitas diferentes definições para, por fim, postular a ideia de que uma atitude “é um estado neural e mental de prontidão, organizados através da experiência, que exerce influência direta ou dinâmica sobre as respostas dos indivíduos para a resposta do indivíduo a todos os objetos e situações com os quais está relacionado.” (p. 810. Tradução minha). Anos mais tarde, concepções de que atitudes são predisposições “aprendidas para responder consistentemente favorável ou desfavorável um dado objeto (EISHBEIN; A., 1975, p. 6 Tradução minha)” e “uma tendência psicológica que se expressa pela avaliação de uma determinada entidade com algum grau de favor ou desacordo” (EAGLY; CHAIKEN, 1993, p. 1 Tradução minha) sugerem um certo consenso entre os autores de que atitudes carregam, pelo menos, três noções principais: são aprendidas, predispõe uma ação e estas ações são consistentemente favoráveis ou desfavoráveis a objetos e situações (EISHBEIN; A., 1975).

Atitudes são conceitos latentes e, portanto, não acessíveis diretamente. Conhecer as opiniões individuais é uma interessante saída para se aproximar de suas atitudes, visto que opiniões são como expressões verbais de uma atitude (ERIKSON; TEDIN, 2015). Existem outras maneiras de se expressar as atitudes, certamente, como por exemplo participar de manifestações, marchas e, até, votar. Nesta dissertação, o foco principal será nas preferências da população adulta a respeito de questões relevantes para o governo e ciência política, ou seja, na opinião pública.

Pesquisadores que estudam a opinião pública almejam trilhar diferentes caminhos de investigação que levam a um leque diverso de perguntas de pesquisa. A área de análise mais explorada é aquela que investiga o impacto das opiniões na decisão do voto e na participação eleitoral. Nessa corrente, teóricos e empiristas buscam entender a influência de atitudes políticas sobre partidos políticos, candidatos e na decisão do voto (KAUFMANN; PETROCİK, 1999).

Uma segunda tradição analítica busca examinar como ocorre a formação e organização da opinião pública. Durante os anos 1950, os trabalhos focaram em entender como os indivíduos poderiam manter consistência interna em suas opiniões. Porém, foram encontradas poucas evidências a corroborar com essas consistências internas. Converse (1964) concluiu em extenso estudo que as atitudes dos norte-americanos não eram estruturadas como teoricamente se esperava, ou seja, a partir de raciocínios dedutivos (ideologicamente orientado, por exemplo) ou por alinhamento às opiniões de elites ou grupos sociais. Os resultados exibiram pouca conexão entre a opinião do eleitorado em geral com o mundo político ou o linguajar ideológico.

Esses achados contribuíram para o início de um amplo debate sobre a sofisticação política do eleitorado que perdura até os dias atuais.

Um terceiro conjunto de questões explora de onde vem e quais são os aspectos responsáveis por estruturar e influenciar atitudes e, conseqüentemente, a opinião pública. Uma maneira de analisar as origens das atitudes é observar se e como as diferenças atitudinais variam de acordo com características sócio-demográficas. As diferenças atitudinais e comportamentais entre homens e mulheres, conceituadas em estudos norte-americanos por *gender gap*, tradicionalmente são questões de interesse em uma corrente de trabalhos acadêmicos (CONOVER, 1981; NORRANDER, 1997, 1999; SAPIRO; SHAMES, 2010). Os estudos não apenas investigam as diferenças atitudinais entre homens e mulheres como também evidenciam as conseqüências políticas resultados dessas disparidades (ABENDSCHON; STEINMETZ, 2014; HUDDY; CASSESE; LIZOTTE, 2008; LIZOTTE, 2020; MANZA; BROOKS, 1998). Nesses estudos, ao adotar como enquadramento teórico básico uma base de gênero para a opinião pública, os pesquisadores concebem que as diferenças entre homens e mulheres surgem de distintas circunstâncias sociais, mesmo quando comparados indivíduos de origens familiares semelhantes. As discussões centram-se em investigar como o gênero influencia as atitudes ao considerar as identidades de gênero, como o feminismo e estereótipos de gênero, e as posições ocupadas por homens e mulheres na estrutura social como variáveis independentes como fontes de compreensão sobre atitudes e comportamentos políticos. É a este último grupo de pesquisas que o presente trabalho se filia.

Uma atividade essencial para compreender as bases de gênero da opinião pública é questionar a razão pela qual o gênero estaria associado à opinião pública. Existem diversos fatores que podem modificar a forma como as pessoas pensam sobre política e, conseqüentemente, como embasam suas atitudes e manifestam opiniões. Sapiro e Shames (2010) argumentam que um desses fatores pode ser o gênero, e a relação deste com a opinião pode se dar a partir de três diferentes aspectos: nas opiniões e no comportamento de modo agregado, nos papéis e identidades de gênero, e nos entendimentos de gênero sobre questões políticas.

O primeiro caminho e, talvez mais evidente, para se pensar a relação entre gênero e a opinião pública refere-se às diferenças agregadas entre as atitudes políticas, crenças e percepções de homens e mulheres. Uma segunda maneira possível para evidenciar essa relação é considerar o impacto que podem ter as identidades, circunstâncias e os papéis tradicionalmente associados a mulheres e homens sobre a formação das atitudes políticas. As autoras ressaltam, por fim, que a base de gênero da opinião pública envolve reconhecer que

questões políticas e de políticas públicas podem ser inerentemente relacionadas ao gênero ou ter efeitos de gênero. Destacam a importância de considerar como as questões políticas e de políticas públicas são construídas em termos de gênero e como essa construção afeta a percepção pública.

A próxima seção será responsável por se aprofundar nesses aspectos. Além disso, os caminhos teóricos presentes nesta dissertação abarcam trabalhos que consideram uma base generificada da opinião pública, ou seja, aqueles capazes de ressaltar reflexões que levam em consideração qual é o aspecto da opinião que está sob discussão e as circunstâncias sob as quais mulheres e homens estão inseridos para pensar sobre política.

2.2 A história das diferenças de gênero

A análise das disparidades de gênero no eleitorado nem sempre foi objeto central em grandes estudos no campo da opinião pública durante as décadas de 1940 a 1960. A visão convencional que se compartilhava em torno do voto das mulheres, logo após a expansão do sufrágio feminino, era de que as mulheres se comportariam eleitoralmente como seus maridos ou pais, fato que dispensaria investigação específica para este grupo (CAMPBELL et al., 1960).

Nesse período, os trabalhos que se atentaram a discutir padrões de comportamento feminino sugeriram que as mulheres eram mais conservadoras do que os homens. Duverger (1955) apontou que países como Alemanha, Noruega e França, mulheres e homens apresentavam padrões de votação semelhantes, porém nos pontos que existem divergências, as mulheres tendiam a apoiar com mais intensidade partidos de direita. Assim como outros trabalhos corroboraram com as hipóteses teóricas ao encontrarem que as diferenças de gênero no voto existiam, eram pequenas e que as mulheres tendiam a apoiar partidos de centro-direita em países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos (LIPSET, 1960). Almond e Verba resumem em 1963 o tom do debate em torno do conservadorismo feminino. Os autores argumentam que

"Onde quer que as consequências do sufrágio feminino tenham sido estudadas, pareceria que as mulheres diferiam dos homens no seu comportamento político apenas por serem um pouco mais frequentemente apáticas, paroquiais, conservadoras e sensíveis à personalidade, aos aspectos emocionais e estéticos da vida política e das campanhas eleitorais. [...] Nossos dados, em geral, confirmam os

achados reportados na literatura." (ALMOND; VERBA, 1963, p. 325. Tradução minha)

Os menores vínculos partidários entre as mulheres e voto conservador reportados nestes trabalhos seminais eram relacionados às menores chances de mulheres pertencerem à força de trabalho remunerado e filiações sindicais, majoritariamente associadas a partidos de esquerda, e na maior religiosidade feminina.

Entre esses primeiros trabalhos, o gênero não era entendido como uma clivagem eleitoral primordial como a classe, religião ou região. Foi a partir dos achados sobre as clivagens sociais europeias de Lipset e Rokkan (1967) que as diferenças de gênero passaram a ser concebidas como um dos fatores importantes para uma base eleitoral da política partidária.

Na década de 1980, no entanto, a concepção geral do "conservadorismo feminino" estabelecido e estável foi colocado sob dúvida a partir de achados empíricos que apontavam para um possível enfraquecimento dessas ligações à direita. As mudanças de comportamento eleitoral feminino foram mapeadas, em primeiro momento, na Grã-Bretanha, Alemanha, Holanda (MAYER; SMITH, 1985) e Nova Zelândia. No contexto estadunidense, as pesquisas de intenção de voto consistentemente apresentavam menor probabilidade de votar no Ronald Reagan durante as eleições gerais de 1980 e 1984 por parte das mulheres (GILENS, 1988). Essas literaturas passaram a sugerir que a antiga tese do conservadorismo feminino já não parecia se reproduzir no cenário social e, em vez disso, nesse período as escolhas eleitorais pareciam ser sensíveis ao cenário político. Algumas democracias apresentavam um eleitorado feminino mais à direita, em outras mais à esquerda, ou mesmo, cenários sem diferenças significativas (NORRIS, 1988).

O contexto de disputas empíricas sobre o desalinhamento ou realinhamento feminino era majoritariamente baseado em pesquisas restritas às escolhas do voto, fato que não asseguraria afirmações sobre certas atitudes femininas apenas com base em seu voto. Mulheres e homens podem votar pelos mesmos partidos e candidatos, porém, com diferentes razões. Ao ampliar as investigações sobre as atitudes femininas no contexto europeu, Norris (1988) sugere que

"não houve disparidade eleitoral nos países europeus nos últimos anos; em geral, mulheres e homens são muito semelhantes nas suas escolhas eleitorais e posições ideológicas. Existe, no entanto, uma potencial disparidade de gênero, uma vez que mulheres e homens discordam significativamente sobre uma série de questões. Estas diferenças políticas ainda não se traduziram em diferenças de voto, mas poderiam, dadas certas circunstâncias" (NORRIS, 1988, p. 226 Tradução minha).

Trabalhos mais recentes que apresentavam padrões de autopoicionamento ideológico, ao invés de voto, evidenciaram também padrões inconsistentes nas diferenças de gênero a depender do país. Mulheres da Europa ocidental ora se posicionavam mais à direita do que os homens, ora mais à esquerda quando a mensuração era sobre atitudes políticas e preferências de políticas públicas (JELEN; THOMAS; WILCOX, 1994). Entretanto, ao estudar os valores e transformações culturais de sociedades pós industriais, Inglehart e Norris (2000) apresentam que, em meados da década de 1990, padrões de conservadorismo feminino ainda podem ser encontrados em sociedades em desenvolvimento onde as mulheres continuam a tomar posições mais à direita do que os homens, porém em muitas democracias estabelecidas mulheres já não são mais conservadoras do que os homens e, por vezes, se posicionam mais à esquerda do que os homens. Os autores apontam fatores como diferentes valores e, especialmente, atitudes em relação ao pós-materialismo e ao movimento das mulheres como importantes para diferenciar homens e mulheres.

Os padrões de alinhamento e desalinhamento ideológico entre homens e mulheres ao longo tempo mesmo que apresentados como inconsistentes e variáveis de acordo com a realidade de cada país e conjuntura política, evidenciaram que o gênero pode ser um fator politicamente significativo em muitas disputas, representando mudanças de longo prazo nas bases partidárias com potenciais consequências políticas (INGLEHART; NORRIS, 2000).

O que o discutido até aqui tentou ressaltar resumidamente é que o gênero tem um importante papel em moldar as opiniões públicas (LIZOTTE, 2020; SAPIRO; SHAMES, 2010). Os estudos apresentados evidenciam décadas de interesse acadêmico em entender os motivos da base de gênero da opinião pública, onde o gênero parece ser cada vez mais importante em diferenciar essas opiniões. O que esses estudos parecem ressaltar, embora uns de maneira mais ou menos expressiva, é que essas diferenças não fazem com que homens e mulheres se posicionem em campos distintos, e mais importante ainda: a tentativa de elucidar explicações para essas diferenças devem levar em consideração que as disparidades de gênero no campo variam de tamanho de acordo com o assunto, período histórico e país. Por este motivo, os resultados da presente dissertação foram construídos de acordo com as especificidades de cada dimensão atitudinal e, com isso, os modelos podem variar em suas estruturas de composição.

2.3 Abordagens teóricas para diferenças de gênero em opiniões e atitudes políticas

Esta seção tem o objetivo de apresentar a estrutura teórica responsável para o próximo capítulo empírico. São apresentados três amplos caminhos explicativos para as diferenças de gênero na opinião pública que não são necessariamente mutuamente exclusivos. As três abordagens exercem diferentes consequências para o desenvolvimento das disparidades de gênero e são tratadas de modo separado para enfatizar as suas consequências políticas. As teorias mais recorrentes são relacionadas a identidade feministas, independência econômica, dificuldades econômicas, a teoria do papel social e dos valores políticos. São discutidas as bases argumentativas para cada abordagem e suas evidências empíricas¹⁸. Além disso, é definido o que são valores políticos e como pode ser articulado teoricamente como uma explicação para as diferenças de gênero na opinião pública. Dentre os valores comumente teorizados, este escopo bibliográfico limita-se a valores universalistas.

Ao se estudar disparidades comportamentais e atitudinais, em qualquer que seja a área do conhecimento, surge um conjunto de trabalhos interessados em examinar as origens dessas diferenças. Na verdade, dentre muitos aspectos, um dos caminhos mais interessantes ao se estudar o gap de gênero são suas origens, ao passo que identificar as respostas significa ter a chave analítica das próximas dinâmicas atitudinais e comportamentais, mesmo que possivelmente de curto prazo. Daí, surgem diversas questões: as disparidades são estáveis? Consistentes ao longo do tempo? Em quais países? As respostas dependem se as diferentes posições surgem de fatores estruturais inerentes a construção do gênero, se dependem de diferentes modos que homens e mulheres atravessam o contexto político, de fatores conjunturais ou mais efêmeros de sociedades e sistemas políticos específicos, ou uma mistura de todos (HUDDY; CASSESE; LIZOTTE, 2008).

Pesquisas sobre as diferenças de gênero na ciência política evidenciam duas abordagens capazes de relacionar como o gênero está conectado ao comportamento eleitoral: as diferenças posicionais e estruturais de gênero (Para uma revisão completa SAPIRO; JOHNSTON CONOVER, 1997). A primeira, acontece quando homens e mulheres manifestam diferentes atitudes sobre o mesmo objeto ou dispõem de distintas crenças políticas ou valores que os levam a diferentes decisões eleitorais (SAPIRO; JOHNSTON CONOVER, 1997). Pesquisas nesse campo buscam por variáveis que explicam as disparidades.

Alternativamente, as diferenças estruturais existem quando homens e mulheres se baseiam em diferentes premissas para estruturar suas avaliações ou em distintos aspectos do ambiente eleitoral. Um exemplo desse processo seria quando mulheres se fundamentam em

¹⁸ Os achados evidenciados aqui são majoritariamente de estudos de opinião pública em países da Europa ocidental e Estados Unidos, demais países são incluídos quando possível.

avaliações econômicas sociais, enquanto homens em avaliações econômicas pessoais quando votam. Logo, as diferenças estruturais admitem que homens e mulheres votem de modo semelhante, porém por diferentes razões.

Para estudos de comportamento eleitoral, um outro fator também se faz importante. O exame da grande variabilidade eleitoral de gênero de uma eleição para a outra e em diferentes países, sugere fortemente que as diferenças não ocorrem devido a apenas fatores constantes na estrutura das atitudes de homens e mulheres como os ressaltados acima. Essas disparidades se relacionam e são impulsionadas, pelo menos em parte, pelo contexto regional (SAPIRO; JOHNSTON CONOVER, 1997), porém não se limitam a elas. Gaps de gênero aparecem e desaparecem de acordo com os contextos eleitorais e das publicidades das campanhas.

Muitas especulações existem sobre as diferenças de gênero (NORRANDER, 2008 apresenta uma boa parte delas). Neste capítulo são apresentadas as explicações que recebem maior destaque pela literatura. As pesquisas relacionadas ao voto e partidarismo são elencadas ao longo do texto e podem ter suas premissas aplicadas aos contextos de atitudes políticas. Abaixo apresenta-se as discussões sobre consciência feminista, circunstâncias econômicas e teorias dos papéis sociais como caminhos explicativos.

2.3.1 Feminismo

Teorias de interesse de grupo ou de consciência de grupo são alternativas explicativas para as diferenças políticas de gênero. Nesta perspectiva, as diferenças entre homens e mulheres surgiriam de valores relativos às posições desses dois grupos na sociedade. Uma abordagem mais ampla trata a consciência de grupo um fenômeno a ser manifestado a partir de três crenças: um sentido de identificação subjetiva com o grupo; a crença de que o grupo dos outros está relativamente desfavorecido e a percepção de que o sistema é responsável pelas disparidades do grupo (MILLER et al., 1981).

A explicação com base na abordagem da "consciência ou identidade feminista" pode variar de acordo com o tipo de feminismo. Tipicamente, uma definição usual para a ideia de identidade feminista aponta que os tipos de feminismos incluem como núcleo componente a crença de igualdade de gênero; a ideia de que as desigualdades entre homens e mulheres não são produtos naturais ou resultados de poderes supremos e que, na verdade, decorrem de construções sociais; compartilham o reconhecimento das experiências das mulheres, fato que impulsiona desejos por mudanças estruturais (COTT, 1987; SCOTT, 1986). Essa linha de pensamento argumenta que indivíduos imbuídos de consciência feminista podem adotar

perspectivas distintas daqueles que não passaram pelo mesmo processo. Portanto, esse engajamento pode influenciar os padrões de atitudes e preferências políticas (CONOVER, 1988).

Alguns trabalhos apresentam evidências que conseguem relacionar identidades feministas e disparidades de gênero na opinião pública. Opiniões sobre gasto com defesa, cuidados infantis, assistência social, ampliação do apoio para os desempregados, políticas que promovam igualdade racial, assim como visões sobre o meio ambiente apresentam importantes diferenças de gênero quando a indivíduos apresentam identidade feminista (CONOVER, 1988) (CONOVER, 1988). Encontram também correlações entre apoio ao movimento feminista e atitudes contrárias a guerra (CONOVER; SAPIRO, 1993).

Em contrapartida, Cook e Wilcox (1991) alegam que consciencia feminista não necessariamente exerce influencia direta nas atitudes políticas. Os autores discutem que consciencia feminista pode ter correlação com atitudes e comportamentos pois essa identidade impulsiona valores como o igualitarismo assim como esta correlacionada com a diminuição de valores tradicionais e com o individualismo.

2.3.2 Circunstâncias econômicas

Dois caminhos explicativos existem na teoria das circunstâncias econômicas femininas que podem contribuir para as disparidades de gênero. O primeiro deles, a teoria da independência econômica, ganhou espaço entre os trabalhos de diferenças de gênero a partir da década 1980 como constituidora das explicações do gap de gênero no voto. As justificativas para o desalinhamento de voto neste período coincidiram com o aumento de mulheres no mercado de trabalho remunerado e com o crescimento das taxas de divórcio. Neste cenário, a abordagem sugere que o processo de emancipação feminina pode estar relacionado com o desenvolvimento de opiniões e voto baseadas em seus próprios interesses, ao invés dos interesses do marido.

Um outro ponto indica que no casos das mulheres norte-americanas, estudos a época sugeriram que as mulheres tinham mais chances do que os homens de trabalhar em setores públicos como escolas e hospitais e isso aumentaria as chances do apoio feminino ao partido Democratas e na expansão de gastos governamentais que beneficiasse o setor (CAROLL, 1988; HUDDY; CASSESE; LIZOTTE, 2008). Porém, não há um consenso claro sobre o papel desse primeiro aspecto na decisão do voto feminino. Alguns trabalhos indicam a relação nas eleições

presidenciais, como o caso da pesquisa de Manza e Brooks (1998), outros, em contrapartida, quando encontram a associação, ela não está clara (HUDDY; CASSESE; LIZOTTE, 2008). Segundo Huddy, Cassese e Lizotte (2008), mulheres empregadas no setor formal da economia, são mais propensas a apoiar gastos governamentais com bem-estar social, porém, homens quando também ocupam esses espaços parecem ser ainda mais favoráveis, o que fornece efeitos mistos sobre as correlações. No mesmo trabalho, os autores também encontraram que ser uma mulher no mercado de trabalho remunerado com rendas altas não é um preditor importante para voto ou partidarismo.

O segundo caminho explicativo da tese das circunstâncias econômicas foca nas desigualdades econômicas entre mulheres e homens. De modo geral, essa abordagem sugere que as diferentes opiniões, em particular, as preferências a respeito de políticas públicas, acontecem devido a maior marginalização econômica entre as mulheres. Os menores rendimentos médios entre mulheres é uma realidade presente em países como os Estados Unidos e também no Brasil, onde atinge patamares de 25% de diferença nos salários de homens e mulheres. Pinheiro et al et al. (2016). Além disso, as mulheres, em especial as negras, tendem a compor a maior parte do trabalho precarizado (PINHEIRO SIMÕES et al., 2016). Logo, as diferentes opiniões, atitudes sobre políticas públicas e voto podem estar relacionados às circunstâncias econômicas visto que resultados de políticas públicas podem incidir de diferentes maneiras na vida de homens e mulheres de acordo com seus graus de necessidade.

Entretanto, as evidências para essa justificativa também são mistas. Pesquisadores encontraram um pequeno efeito do status socioeconômico (FITE; GENEST; WILCOX, 1990) ou mesmo não encontraram correlação consistente (HUDDY; CASSESE; LIZOTTE, 2008).

2.3.3 Papel Social

A premissa básica dessa abordagem é compreender que as diferenças e semelhanças nas opiniões de homens e mulheres podem ser resultado das posições que ocupam na estrutura social (EAGLY; DIEKMAN, 2006). Para isso, levanta questões sobre os processos pelos quais os indivíduos percebem os papéis sociais, derivam e aplicam na interação social cotidiana (EAGLY,; WOOD; DIEKMAN, 2000). Um aspecto chave na teoria do papel social é a concepção de que a divisão social do trabalho produz papéis de gênero. Em virtude de pertencerem a categorias de homens e mulheres, indivíduos se deparam com expectativas generalizadas sobre o que é esperado para o grupo. Há o entendimento de que devido a divisão generificada do trabalho, homens e mulheres tendem a exercer diferentes papéis profissionais e

familiares. Assim, esses papéis levam a processos psicológicos e sociais que podem resultar em semelhanças e diferenças de gênero nas atitudes políticas.

Papéis de gênero levam a expectativas e normas relacionadas às concepções sociais do que é ser homem e mulher. Espera-se que as mulheres carreguem características centrais do que é o ser feminino para funções relacionadas ao trabalho e a família. Assim, o papel de gênero pode levar as mulheres, especialmente, a apreciar a expansão de políticas públicas educacionais para as crianças ou um maior apoio a expansão de gastos governamentais com educação poder ser observado entre mulheres com e sem filhos (ou entre professoras e não professoras) (EAGLY; DIEKMAN, 2006). A teoria também abarca possibilidades de variações entre homens e mulheres, pois os indivíduos divergem na forma como se definem em relação aos papéis de gênero. Pessoas que adotam identidades de gênero tradicionais de maneira mais marcante, tendem a se comportar de modo mais coeso com papéis de gênero (WOOD; EAGLY, 2009).

Como mencionado acima, a divisão social do trabalho, ou seja, como as tarefas e responsabilidades são distribuídas na sociedade entre homens e mulheres, resulta em papéis de gênero diferentes. Embora a divisão desses papéis tenha se diluído quando comparado os anos mais recentes com as décadas passadas, as mulheres ainda assim dispõem das maiores chances de assumirem responsabilidades do cuidado enquanto os homens continuam ocupando os espaços de provisão financeira do lar (BIANCHI; ROBINSON; MILKIE, 2007). Além disso, mesmo que mulheres tenham entrado no trabalho formal remunerado em grandes proporções a partir da década de 1950, elas passaram, majoritariamente, a ocupar funções e cargos ligados ao cuidado como professoras e enfermeiras (CEJKA; EAGLY, 1999). Quando mulheres e homens passam a ocupar posições profissionais parecidas, é esperado que passem a endossar atitudes políticas mais semelhantes. Como por exemplo, o apoio para a expansão de gastos governamentais com educação pode passar a ser semelhante entre professores e professoras, pois ambos teriam os mesmos interesses (EAGLY; DIEKMAN, 2006).

Em uma síntese, Eagly e Diekman (2006) argumentam que quando homens e mulheres desempenham papéis distintos na sociedade, isso leva à observação de comportamentos específicos associados a esses papéis. A partir dessa observação, as pessoas inferem que homens e mulheres possuem traços distintos. Os traços associados aos papéis específicos podem ser considerados inerentes aos homens ou mulheres, essencializando essas características a cada gênero. Essas expectativas podem provocar comportamentos que estão alinhados com os estereótipos de gênero, ou seja, aquilo que se espera de homens ou mulheres com base nesses papéis. A ocupação de diferentes papéis sociais leva a uma socialização

diferenciada por gênero, ponto que influencia as escolhas individuais de atividades. E assim, essas experiências diferenciadas podem contribuir para experiências diferentes entre homens e mulheres. Todos esses processos, sejam eles interpessoais (relacionamentos entre pessoas) ou intrapessoais (processos individuais), podem influenciar as atitudes políticas de homens e mulheres de maneiras distintas.

As teorias anteriormente apresentadas enfrentam limitações em seu alcance explicativo. Essas teorias não têm o potencial de serem aplicadas as múltiplas áreas temáticas. Para que funcionem como suporte explicativo, deve-se levar em consideração a natureza específica da atitude política em análise. Ou seja, é preciso que se tenha uma conexão argumentativa entre o fenômeno a ser explicado e a teoria a ser testada. Em contrapartida, Lizotte (2020) argumenta que nem todas possíveis explicações para o gap de gênero na opinião pública são passíveis dessa limitação. A tese dos valores que será discutida na seção que segue, por exemplo, providencia uma outra possibilidade analítica e tem o potencial de ser aplicada a maioria das dimensões do conservadorismo investigadas nesta dissertação.

Além disso, a inclusão dessa alternativa explicativa está também relacionada às informações presentes nos bancos de dados que geraram os resultados deste trabalho. A disponibilidade dos dados no Brasil, para o recorte temporal proposto, não permite testar todas as abordagens elencadas acima, por este motivo, os modelos estatísticos não incluem a operacionalização de todas as teses discutidas.

2.3.4 Valores

A última explicação, os valores, oferece uma abordagem abrangente para a compreensão de diferenças de gênero em atitudes políticas. Os valores internalizados pelos eleitores podem ser utilizados como caminhos analíticos para se compreender um amplo arranjo de comportamentos e atitudes (LIZOTTE, 2020). Indivíduos se baseiam em seus valores, assim como em outros fatores, para interpretar o ambiente social. Os valores funcionam como resultados de avaliações sobre comportamentos desejáveis; são considerados um nível mais abstrato do que as atitudes, o que permite que sejam aplicados para se compreender a consolidação de diferentes atitudes políticas (FELDMAN, 2003); são as visões de indivíduos sobre como a sociedade ou as pessoas deveriam agir. Por exemplo, indivíduos com valores igualitários tendem a considerar que um papel importante das pessoas é ajudar outras, ou que a sociedade deve prover garantias para todos serem tratados igualmente. Na

ciência política, trabalhos já evidenciaram que valores pró-sociais como o igualitarismo influencia as opiniões sobre políticas públicas, ideologia, identificação partidária e voto (CIUK; LUPTON; THORNTON, 2018; FELDMAN, 1988; SCHWARTZ; CAPRARA; VECCHIONE, 2010).

Uma pesquisa sobre os tipos de valores que são conceitualmente relacionados com as motivações básicas dos seres humanos, resultou em uma categorização de dez tipos de valores (SCHWARTZ, 1992). Os dez tipos de valores são poder, hedonismo, conquista, autodireção, estimulação, benevolência, universalismo, conformidade, tradição e segurança. O foco desta dissertação será no valor universalismo, mais especificamente, na concepção de igualitarismo, uma vez que indivíduos que endossam o universalismo apresentam um compromisso em garantir o tratamento igual para todos (BARDI; SCHWARTZ, 2003).

2.3.4.1 Igualitarismo

Pesquisas estabelecem diferenças de gênero em valores. Do ponto de vista do interesse desta dissertação, a relevância sobre as diferenças de gênero em valores pró-sociais como universalismo, igualitarismo, humanitarismo e benevolência. Os valores pró-sociais são responsáveis por medir princípios individuais em ajudar o próximo, o trato igualitário, de promoção de oportunidades iguais, cuidado com os outros e a garantia de justiça social. O igualitarismo, mais especificamente, é a mensuração do suporte aos direitos iguais e da igualdade de oportunidades (LIZOTTE, 2020).

Trabalhos preocupados em investigar o que importa para a formação dos valores indicam que há uma diferença de gênero em valores pró-sociais, como o igualitarismo. Estudos mostram que mulheres são mais favoráveis à igualdade social do que os homens (FELDMAN; STEENBERGEN, 2001; SAPIRO; JOHNSTON CONOVER, 1997). Além disso, há diferenças de gênero também em valores como o universalismo e benevolência (SCHWARTZ; RUBEL, 2005), mulheres parecem estar mais vinculadas a esses valores. Os autores discutem os possíveis motivos dessas disparidades, as diferenças na socialização e nas expectativas sociais em relação às meninas e meninos. Das mulheres é esperado que sejam mais cuidadosas e preocupadas com o bem-estar dos outros, sendo mais prestativas e alturísticas.

Além das disparidades de gêneros nos valores, há achados que sinalizam que os valores explicam, pelo menos em parte, as diferenças nas preferências entre homens e mulheres nas políticas públicas e atitudes políticas. Valores pró-sociais são responsáveis por diminuir as diferenças sobre políticas de bem-estar social, atitudes de igualdade racial e de controle de

armas. O igualitarismo parece funcionar como um mediador do gap de gênero e apoio a programas de bem-estar social (HOWELL; DAY, 2000), assim como é um preditor do apoio à Lei de cuidados acessíveis. O igualitarismo também é responsável por explicar atitudes em relação ao porte de armas e parece diminuir o efeito do gênero quando esse valor é adicionado ao modelo estatístico (HOWELL; DAY, 2000). Lizotte (2020), encontra que muitas disparidades de gênero são resultado do maior apoio das mulheres aos valores pró-sociais (universalismo e benevolência). A autora analisa a relação entre valores e opiniões sobre lei e ordem, promoção de políticas de proteção do meio ambiente, aumento do suporte a grupos historicamente desfavorecidos e expansão de gastos governamentais para o bem-estar da população. Em todas essas dimensões, valores pró-sociais ajudam a elucidar porque as diferenças de gênero ocorrem: o maior apoio das mulheres ao igualitarismo leva a um aumento no suporte de todas as atitudes analisadas, incluindo a expansão de direitos para pessoas LGBTQ e mulheres.

A tese dos valores é um dos caminhos investigativos para as diferenças de gênero nas atitudes políticas. Apesar disso, não se espera aqui que este caminho seja o único de relevância para se compreender as disparidades. A explicação baseada nos valores não é mutuamente exclusiva ou incompatível com outros abordagens, especialmente, as argumentações baseadas no papel social e identidade feminista. Estudos anteriores acerca da identidade feminista sustentaram que as adeptas do feminismo apresentam variações em suas direções de valores, o que resultou em disparidades nas preferências políticas (CONOVER, 1988). Como foi exposto ao longo dessa seção, é possível por causa de papéis de gênero, que mulheres socializadas para se preocuparem com o bem-estar dos outros e da família e, por este motivo, apresentem divergências em suas opiniões. Infelizmente esse aspecto teórico é difícil de se acessar a partir de dados observacionais.

Além dessa perspectiva de opinião pública e atitudes políticas que versam sobre os valores e, especificamente, as diferenças no igualitarismo, a teoria feminista e de movimentos sociais também oferece importantes contribuições para se pensar a aproximação das mulheres a valores universalistas e de benevolência. Dois pontos principais são interessantes nessa relação entre gênero e valores: o local dado às mulheres como minorias políticas e o papel que protagonizaram em meio às lutas sociais por ampliação de direitos e a busca de igualdade de oportunidades.

O apelo pela igualdade é um ponto central nos movimentos de mulheres, que data desde as mobilizações sociais pró-sufrágio feminino (LIZOTTE, 2020), até os fundamentos da redemocratização brasileira quando as mulheres demandaram aos constituintes maior igualdade

de direitos políticos e sociais. A extensão do voto para as mulheres no Brasil foi um direito conquistado em meio a uma trajetória repleta de assimetrias. Apenas após a mobilização das sufragistas em busca da cidadania plena, as mulheres alcançaram o direito, cento e oito anos após a concessão aos homens. O aspecto de intervenções femininas em busca de garantias também se fez presente na redemocratização do país por meio do envio da “Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes” em 1987. O documento, elaborado com a contribuição de mais de mil mulheres, reivindicava a construção de um Estado nacional capaz de eliminar, sobretudo, as desigualdades entre homens e mulheres (PITANGUY, 2018). Apesar dos avanços do texto constitucional, a igualdade de tratamento ainda é um ideal distante para as mulheres que continuam a vivenciar salários desiguais (FERNANDEZ, 2019), um ponto dentre o conjunto de fatores que ratifica as assimetrias nas rotinas das mulheres.

O apoio às garantias que colocam em pé de igualdade homens e mulheres é um ideal que comumente permeia as trajetórias dos ativismos feministas, principalmente, a partir dos anos 1980, quando a promoção da noção de gênero ganha dimensões significativas nos movimentos que passam a abarcar uma vertente interseccional com a união das diferentes agendas de gênero, classe e raça. Historicamente, a opinião de mulheres sobre a expansão de direitos igualitários para esses grupos excluídos divergem das opiniões masculinas (LIZOTTE, 2020). A trajetória de demandas e pressões para o alcance dos direitos femininos pode estar relacionado com o maior apoio entre as mulheres ao tratamento igualitário de outros grupos excluídos politicamente (CONOVER, 1988), como mulheres, negros e a comunidade LGBTQ+.

A corrente bibliográfica que analisa as diferenças de gênero em matéria de igualdade de direitos é extensamente desenvolvida no contexto político e social norte-americano. De modo geral, os estudos que relacionam direitos LGBTQ+ e suas concepções entre homens e mulheres mostram que são as mulheres as mais favoráveis do que os homens à expansão de direitos dos homossexuais (LIZOTTE, 2020); são mais prováveis de manifestar sentimentos positivos e tolerância aos gays e lésbicas (LAMAR; KITE, 1998); apresentam opiniões mais positivas sobre a homossexualidade (BREWER, 2003; HAIDER-MARKEL; JOSLYN, 2008); são mais favoráveis do que os homens aos direitos de adoção, ao casamento igualitário e a promoção de leis de proteção no ambiente de trabalho desse grupo (BREWER, 2003; HAIDER-MARKEL; JOSLYN, 2008; OLSON; CADGE; HARRISON, 2006).

2.3.4.2 Autoritarismo

O objetivo desta dissertação é investigar as diferenças de gênero em um conjunto amplo de atitudes e preferências políticas. Como dito anteriormente, para lidar com essa diversidade de questões políticas, é analisado como um valor, o igualitarismo, pode ajudar a compreender as diferenças de gênero. Entretanto, quando o foco do estudo são as opiniões sobre lei e ordem (*use of force*, na literatura norte-americana), como: a proibição de venda de armas de fogo, descriminalização das drogas, pena de morte, redução da maioria penal e militarização das escolas públicas, as evidências empíricas mostram claramente uma relação significativa entre autoritarismo e as diferenças de gênero nesse grande bloco teórico, o que torna indispensável para a investigação do fenômeno que se considere os indivíduos autoritários (LIZOTTE, 2019).

O autoritarismo em si não é alocado pela psicologia social como um dos dez tipos de valores de Schwartz (1992) comentado anteriormente, mas sim, é entendido majoritariamente como uma orientação política (no nível individual) ou uma característica de sistemas políticos (nível agregado/nacional). Ainda assim, pode-se perceber uma interseção entre esta orientação política com o valor de segurança que significa dispor internalizadas preocupações com a harmonia e estabilidade da sociedade, das relações e de si mesmo. Por isso, o autoritarismo além de ser incluído nos modelos estatísticos para se analisar visões díspares sobre a lei e a ordem, será discutido nesta seção.

Nas últimas décadas, sociólogos e psicólogos sociais desenvolveram uma expressiva compreensão do autoritarismo em função de características como a personalidade, atitudes e do comportamento (LEVINSON et al.,1950). Diferentes medidas de autoritarismo vêm sendo aplicadas como uma maneira de analisar um conjunto vasto de problemas sociais. Desde então, o autoritarismo se consolidou como um robusto constructo explicativo de comportamentos e atitudes (LIZOTTE, 2019; PETERSON; DOTY; WINTER, 1993; SOLT, 2012).

Adorno *et al.*,1955 inaugurou a corrente analítica em torno do autoritarismo em resposta à ascensão do fascismo. Pesquisas que focam no fenômeno produzem interessantes reflexões teóricas acerca de temas como preconceitos, em nível individual, sentimentos de hostilidades intragrupo assim como polarização política (LUTTIG, 2017).

Uma parte da teoria ressalta que o sentimento de ameaça é uma característica central que antecede o autoritarismo. Ser autoritário é um traço de personalidade, ou seja, uma disposição duradoura de motivações, processos cognitivos e crenças que perduram ao longo do tempo (ADORNO *et al.*,1955). No nível individual, pesquisadores descobriram que lares familiares hostis e experiências pessoais com fracasso estavam associadas ao aumento de

valores autoritários (SALES; FRIEND, 1973; ADORNO *et al.*, 1955). Além disso, Adorno e coautores identificaram que o medo e a agressividade em grupos autoritários eram resultados de uma educação punitiva, o que motivou o desenvolvimento do desejo de controlar o ambiente e a necessidade de previsibilidade. No nível nacional, Sales e Friend (1973) mostram que durante períodos de recessão econômica, contextos de polarização política e ameaça social, os indicadores de autoritarismo tendem a aumentar (como por exemplo a expansão do número de igrejas com traços autoritários). Já em medições de bonança econômica e estabilidade política, o indicador apresentou relativa estabilidade.

Indivíduos com tendências autoritárias, boa parte das vezes, realizam leituras sobre o mundo e organizam suas ideias em termos de hierarquias de poder, especialmente entre indivíduos que pertencem a um mesmo grupo, e indivíduos identificados como pertencentes a outros grupos sociais. Entre os semelhantes, ou seja, pessoas que pertencem a um mesmo grupo, o sentimento vigente é a autoridade tradicional, enquanto que os grupos externos são identificados como ameaçadores dessa autoridade e são vistos com preconceito e preocupação pelos indivíduos de grupos autoritários (DUNCAN; PETERSON; WINTER, 1997).

A tese que esse conjunto de investigações parece revelar sobre o autoritarismo é que, em nível individual, pessoas com valores autoritários vão manifestar evidente preocupação com grupos que não são aqueles que elas pertencem. Essa sensibilidade à ameaça entre os grupos autoritários parece afetar suas opiniões e preferências políticas. Pesquisas recentes mostraram que o autoritarismo impacta atitudes conservadoras, como adoção por casais do mesmo sexo, casamento gay e aborto pois desvios de organização tradicional familiar são ameaças para os autoritários (JOHNSTON; WRONSKI, 2015; LUTTIG, 2017). Mais expressivo ainda, são as evidências empíricas que mostram que os autoritários são mais favoráveis a pena de morte e apoiam ações punitivistas do Estado (CIZMAR *et al.*, 2014; DUCKITT *et al.*, 2010).

De uma perspectiva teórica, não há um consenso na literatura sobre mulheres e homens manifestarem diferenças em concepções autoritárias (ALTEMEYER, 1998; ADORNO *et al.*, 1950). Entretanto, a relação entre gênero, autoritarismo e atitudes políticas - principalmente aquelas relacionadas à organização social da lei e a ordem - é testada sob a concepção de que o gênero atua como um moderador entre autoritarismo e atitudes sobre o controle de armas. Ou seja, a experiência de vida de homens e mulheres interage com tendências autoritárias levando a diferentes perspectivas (LIZOTTE, 2019).

O objetivo de inserir uma variável que permite operacionalizar indivíduos autoritários é mensurar se, uma dimensão importante para prever atitudes políticas, pode diminuir o efeito do gênero nas dimensões do conservadorismo. Pretende-se assim entender se o gap de gênero

continua a existir mesmo com a inclusão de um atributo importante teoricamente. Esse processo não quer dizer que gênero não importa como preditor, mas pode ajudar a revelar como o gênero importa. Além disso, a maioria dos trabalhos observa o autoritarismo como preditor de preconceitos e intolerância, nesta dissertação, a intenção é analisar se o autoritarismo importa para diferenciar as visões de lei e ordem de homens e mulheres.

Ainda existe na literatura o estudo de algumas características individuais e preferências que podem afetar comportamentos e atitudes políticas. É o caso de fatores como o estado civil, a ocupação, a ideologia, religião (discutido mais detalhadamente no primeiro capítulo), simpatia a um partido político, raça, renda, idade e escolaridade. Todos esses atributos são considerados para gerar os resultados desta dissertação.

2.3.5 Partidarismo, situação ocupacional e religião

Além dessas variáveis, é imprescindível que, pela natureza das diferenças de opiniões entre homens e mulheres, se analise o fenômeno levando em consideração outras questões intimamente relacionadas à formação de atitudes políticas e ao gênero. Alguns pesquisadores argumentam que as diferenças de gênero podem acontecer, além dos outros motivos já discutidos, por diferentes posições em outras temáticas ou atitudes (RUDDICK, 1980). É o caso, especialmente, de partidarismo, religião e status ocupacional.

O partidarismo é um caminho importante pelo qual as pessoas estruturam suas opiniões e atitudes (BARTELS, 2002). Existem lacunas bem documentadas a respeito de simpatia partidária e gênero (BOX-STEFFENSMEIER; DE BOEF; LIN, 2004; KAUFMANN; PETROCIK, 1999; LIZOTTE, 2017b). Mulheres tradicionalmente manifestam menor simpatia por um partido político, esta é uma das maiores diferenças de gênero encontrada pela literatura (KANTHAK; NORRANDER, 2002; NORRANDER, 1999). Alguns pesquisadores apontam que as diferenças entre homens e mulheres na opinião pública podem ser entendidas por meio do gap de simpatia partidária entre os dois grupos. O que esse argumento busca explorar é que, na verdade, as dessemelhanças encontradas nos modelos estatísticos acontecem não principalmente pelo gênero do entrevistado, mas sim como resultado das disparidades em outras atitudes, como por exemplo o partidarismo. Por este motivo, o partidarismo entra como variável controle nos modelos desta dissertação.

Uma outra dimensão que pode estar relacionada com as disparidades de gênero é o status ocupacional. De certo modo, essa hipótese decorre da teoria dos papéis sociais na medida em que almeja captar os diferentes cenários em que mulheres e homens pensam sobre política.

Alguns trabalhos buscam entender se as donas de casa e as mulheres ocupadas no mercado formal têm as mesmas atitudes em relação a políticas, ou mesmo, realizam essa comparação com outros homens (SAPIRO; SHAMES, 2010). A mensuração entre o aspecto de ser dona de casa em oposição às demais ocupações, é uma maneira de adicionar ao modelo um papel social. Essa operacionalização tem o objetivo, então, de verificar qual a função do papel social para a opinião pública.

A dimensão religiosa assume relevância destacada, ao vincular-se não apenas com o fenômeno recente do conservadorismo, mas também ao apresentar uma relação intrínseca com a variável de gênero na opinião pública. Existe uma boa documentação bibliográfica que relata diferenças entre mulheres e homens em atitudes, onde as mulheres ocupam um local de maior religiosidade e fé. São as mulheres as mais comprometidas e que manifestam maior respeito às instituições religiosas (TOLLESON RINEHART; PERKINS, 1989), são as que estão mais próximas ao fundamentalismo religioso (WALTER; DAVIE, 1998) e são as que relatam orar e ler a bíblia com maior frequência. Essas diferenças podem resultar em implicações políticas ao afetar, ocasionalmente, a opinião pública principalmente sobre temas morais (LIZOTTE, 2015). A inclusão desta dimensão visa controlar o efeito dessa disparidade nas variáveis dependentes, reconhecendo a importância da religião como fator influente nas atitudes e comportamentos políticos, especialmente quando associada à variável de gênero.

Por fim, compreende-se que “as diferenças de gênero variam não apenas ao longo do tempo, mas também dentro de subpopulações, definidas, por exemplo, por classe, raça, idade, religião ou orientação sexual. Nem homens nem mulheres são grupos monolíticos.” (SAPIRO; SHAMES, 2010, p. 14. Tradução minha).

Ao levar em consideração todos esses fatores, existe diferença de gênero nas atitudes relacionadas às temáticas do conservadorismo multidimensional brasileiro? Espera-se que as mulheres se diferenciem dos homens em:

1. O gênero (ser mulher) exerce um efeito positivo em posições favoráveis a legalização do aborto e aos direitos de grupos LGBTQ+;
2. O gênero (ser mulher) exerce um efeito negativo em posições favoráveis a proibição de venda de armas de fogo, descriminalização das drogas e a pena de morte;
3. O gênero (ser mulher) exerce um efeito positivo em posições favoráveis às cotas raciais e ao programa Bolsa Família.

Além disso, testa-se a relação de valores igualitários e posições favoráveis a um conjunto de temas políticos. Assim, hipotetiza-se que:

4. Valores igualitários exercem um efeito positivo nas atitudes progressistas, o que diminui o gap entre homens e mulheres.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O desenho de pesquisa do presente trabalho concebe como sua variável chave o gênero e, por isso, direciona o esforço da análise para uma variável independente. O gênero será considerado o principal preditor para um conjunto de atitudes políticas.

Para o alcance dos resultados desta dissertação são utilizadas duas técnicas estatísticas distintas e que se adequam às características dos dados. Para mensurar se há diferença entre mulheres e homens no que tange o apoio às dimensões do conservadorismo, utilizou-se testes de diferença de proporção. Para as análises multivariadas foi adotado modelos de regressão logística.

3.1 Dados

Para testar a hipótese de que os eleitores e eleitoras diferenciam-se em suas atitudes políticas, utilizam-se bases de dados com o objetivo de mapear como esses posicionamentos políticos se manifestam ao longo dos anos. Os critérios para escolha da fonte de recurso empírico foram pautados em dois aspectos principais: i) a opção por um banco de dados que apresenta um conjunto de questões consideradas relevantes pela literatura para operacionalizar o conceito de conservadorismo; ii) o período de sondagem coincidir com períodos de recrudescimento de dinâmicas conservadoras.

A fonte secundária dos dados é um estudo com desenho de survey de Opinião Pública coletado a nível nacional que utiliza métodos de entrevistas presenciais e divulgam amostras representativas da sociedade brasileira, realizado com entrevistados em idade de votar. A cara da democracia (CD) é uma pesquisa vinculada ao Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação (IDDC) e possui o objetivo de examinar a participação, representação,

opinião, valores sociais e políticos dos eleitores brasileiros¹⁹. Até o presente momento existem sondagens entre os anos de 2018 a 2022²⁰. As unidades de análises, tanto para a variável dependente quanto para as variáveis independentes, são de nível individual. Por meio desta fonte de informações em dados, buscou-se ponderar o papel do gênero nas atitudes políticas no Brasil.

O trabalho estrutura-se em torno de um conjunto de questões que juntas operacionalizam diferentes dimensões do conservadorismo ao longo de quatro pontos no tempo, todos independentes entre si. Assim, o objeto desta análise são as posições de eleitoras e eleitores acerca de temas relacionados a homossexualidade, visões de políticas direcionadas ao armamento, maioria penal, drogas, pena de morte, aborto, privatizações, transferência de renda e cotas raciais

O quadro abaixo apresenta na íntegra as questões presentes no survey, as possibilidades de respostas que poderiam ser escolhidas durante a entrevista, assim como os anos em que aparecem.

Quadro 2. Bloco de questões que operacionalizam as dimensões do conservadorismo presente no survey, possibilidades de respostas e os anos em que aparecem.

Questões	Resposta	Direcao_esperada	Anos
Temas sociais e morais tradicionais			
Casamento civil de pessoas do mesmo sexo	A favor	Progressismo	2018, 2019, 2021, 2022
Adoção de criança por um casal gay	A favor	Progressismo	2018, 2019, 2021, 2022
Legalização do aborto	A favor	Progressismo	2018, 2019, 2021, 2022
A prisão de mulheres que interrompam a gravidez	A favor	Conservadorismo	2018, 2019, 2021, 2022
Discutir desigualdade de gênero nas escolas	A favor	Progressismo	2019
Temas sobre lei e ordem			
Redução da Maioridade Penal	A favor	Conservadorismo	2018, 2019, 2021, 2022
A proibição de venda de armas de fogo	A favor	Progressismo	2018, 2019, 2021, 2022
A pena de morte	A favor	Conservadorismo	2018, 2019, 2021, 2022
A descriminalização das drogas	A favor	Progressismo	2018, 2019, 2021, 2022
Militarização das escolas públicas	A favor	Conservadorismo	2021, 2022
Temas sobre políticas sociais e posições econômicas			
Adoção de cotas raciais	A favor	Progressismo	2018, 2019, 2021, 2022
Privatizações	A favor	-	2021, 2022
Programa Bolsa Família	A favor	Progressismo	2021, 2022

Note:

Pergunta feita durante a entrevista: 'Agora vou enumerar uma série de temas debatidos na sociedade brasileira. Gostaria de saber se o Sr.(a) é a favor ou contra'

Fonte: A cara da democracia.

¹⁹ Para mais informações técnicas sobre a amostra e acesso aos bancos de dados, acesse [aqui](#).

²⁰ A sondagem realizada no ano de 2020 não contemplou o bloco de questões foco desta dissertação. Por este motivo, esse ano não entrará na presente investigação.

3.2 Variáveis e mensurações

Treze variáveis dependentes são consideradas. Todas seguem o mesmo padrão: entrevistados foram demandados para responderem se seriam favoráveis ou contrários às atitudes políticas. Ainda existia a possibilidade de resposta “depende” que foram dadas de forma espontânea. Todas as variáveis dependentes dicotomizadas em respostas favoráveis (1) ou caso contrário (0). A decisão de tratar cada pergunta do survey de forma separada, ou seja, cada uma como uma variável dependente foi tomada com base na impossibilidade de se construir um indicador de conservadorismo satisfatório em termos estatísticos. Ao executar uma Análise Fatorial, técnica considerada adequada quando se objetiva reduzir informação, os resultados indicam que não há uma dimensão única. O número de fatores extraídos quase se equiparam com a quantidade de dimensões, ou seja, a técnica não é capaz de reduzir, de fato, as informações. Quando, ao permanecer com a técnica e se imputa um número de dimensões, os fatores não apresentam uma dimensão coerente. Não é possível encontrar uma lógica indutiva com os agrupamentos extraídos com o método, os itens carregam aleatoriamente nos fatores (loadings).

O anexo 3 apresenta uma análise de correspondência múltipla (MCA) que pode ilustrar as dificuldades encontradas nas análises fatoriais. O anexo apresenta o gráfico biplot que permite visualizar as relações entre as diferentes variáveis representadas no gráfico. Isso ajuda a identificar padrões de associação ou dissociação entre as categorias de variáveis. O padrão de não correlação entre as variáveis demonstra as incertezas que podem decorrer da agregação desses temas.

Além dessa justificativa estatística, acredita-se que em termos de gap de gênero nas atitudes políticas, uma investigação detalhada em cima de cada pergunta seria a estratégia metodológica ideal, pois, dessa forma, se consegue analisar o efeito do gênero em cada temática de modo aprofundado.

As variáveis dependentes são comparadas com três categorias de variáveis independentes: individuais, valores e controles²¹. A variável mulher recebe 1 para o sexo feminino e 0 para o masculino.

Para propósitos de análise multivariada, os efeitos de um conjunto de variáveis sociodemográficas são considerados. Entre elas estão incluídas raça, renda, escolaridade, idade,

²¹ No anexo 1 é possível encontrar as estratégias metodológicas detalhadas para todas as variáveis independentes que compõem os modelos estatísticos.

religião e religiosidade (frequência a cultos)²². Raça foi dicotomizada entre respondentes autodeclarados brancos (1) e não brancos (0). A renda é considerada variável numérica e varia de 1 a 7, onde 1 são aqueles que ganham até um salário mínimo e 7 mais de 20 salários. A escolaridade também é considerada numérica e varia de 1 a 10, 1 são analfabetos e 10 aqueles que cursaram a pós-graduação ou mais. A idade é numérica e varia de 16 a 87 anos. Religião foi incluída como uma dummy onde 1 são pessoas que se declaram evangélicas e 0, as demais. Por fim, a religiosidade/frequência a cultos mensura a quantidade de vezes que o entrevistado declara frequentar a missa ou culto religioso. Esta variável tem amplitude de 1 a 5 e foi reescalada para o valor 1 mensurar quem nunca vai a missa e o valor 5 quem frequenta cultos mais de uma vez por semana.

Quatro outros controles que podem potencialmente influenciar as atitudes políticas ou atuarem como confundidores da relação entre gênero e a opinião são incluídos na análise. Entre eles estão o status matrimonial, situação profissional, ideologia e partidarismo. O status civil foi dicotomizado para aqueles que são casados (1) e as demais possibilidades (0). A situação profissional é dicotômica e afere se são donas de casa²³ (1) ou as demais possibilidades (0). A ideologia é uma escala de auto-posicionamento que varia de 1 a 10, onde 1 é o máximo a esquerda e 10, o máximo a direita. Para mensurar o partidarismo foi utilizada a pergunta dicotômica do survey onde é possível identificar se o entrevistado simpatiza com algum partido político (1) ou não (0).

Igualitarismo é mensurado de modo dicotômico, onde são considerados igualitários (1) os indivíduos que respondem de maneira espontânea que o problema mais grave que o país enfrenta é a desigualdade social, outros problemas são recodificados como 0.

As várias maneiras de operacionalização do autoritarismo, majoritariamente, buscam mensurar convencionalismo, a submissão autoritária e a agressão autoritária (ALTEMEYER, 1998) ou as melhores qualidades para a educação das crianças: independência ou respeito aos mais velhos, curiosidade ou boas maneiras, consideração ou bom comportamento, e obediência ou autossuficiência (FELDMAN; STENNER, 1997).

Por indisponibilidade de dados, o presente trabalho não operacionaliza o constructo "autoritarismo" tomando por base as escalas propostas por Adorno, Altemeyer ou Feldman. Ainda assim, presume-se que as respostas autoritárias dadas aos itens mensurados nos dados desta dissertação apontem para um desejo de conformidade e aversão ao que pode ameaçar a

²² Essa variável aparece apenas nas sondagens dos anos de 2018 e 2019. Devido a relação de importância entre religiosidade e atitudes sobre o aborto, ela só foi inserida nos modelos de legalização do aborto.

²³ Em todas as sondagens, apenas mulheres se declararam como donas de casa.

ordem social atual. O survey utilizado nesta dissertação é contemplado com um conjunto de questões que evidenciam um autoritarismo baseado nas atitudes em relação ao regime democrático. As perguntas colocadas para o entrevistado durante a sondagem, procuram investigar as opiniões a respeito de um golpe militar em casos de desemprego muito alto, muitos protestos sociais, muito crime, muita corrupção, crise econômica e uma situação de instabilidade política. Avritzer e Rennó (2021) ao estudarem os determinantes das atitudes autoritárias durante o contexto de pandemia no Brasil desenvolvem uma escala de autoritarismo semelhante. Os autores utilizam o indicador em um recorte temporal próximo ao proposto nesta dissertação, onde o país era liderado por um defensor do autoritarismo entre as elites políticas brasileiras, do regime militar no passado e de intervenção militar.

Assim, o autoritarismo foi mensurado a partir da escala de golpe descrita acima (6 itens). Receberam 1 ponto os que achavam justificado golpes ou valor 0, caso contrário. O segundo passo foi dicotomizar essa variável. Espera-se que as respostas indiquem um desejo de desmantelamento das instituições democráticas por parte de organizações militares onde os fundamentos constitutivos são baseados na hierarquia e o respeito às regras tradicionalmente estabelecidas.

Dummies de efeitos fixos para os anos 2018, 2019, 2021 (2022 é a base) são incluídas nas análises, embora não reportadas na visualização gráfica dos modelos.

Quadro 3. Resumo descritivo das variáveis independentes

Variáveis independentes		N	Frequencia (%)	Média	Desvio padrão	Mediana	Mínimo	Máximo	NA	Histograma
Mulher	Sim	4758	52.41	-	-	-	-	-	0	-
	Não	4320	47.58							
Iguatárias(os)	Sim	222	2.5	0.04	0.1557	-	0	1	150	-
	Não	8706	95.90							
Autoritárias(os)	Sim	453	5	0.04	0.2177	-	0	1	0	-
	Não	8625	95							
Casadas(os)	Sim	3457	38.08	0.38	0.4856	-	0	1	8	-
	Não	5613	61.83							
Donas de casa	Sim	737	8.11	0.08	0.2732	-	0	1	7	-
	Não	8334	91.80							
Ideologia		-		5.95	2.9415	5	1	10	2161	
Partidárias(os)	Sim	1585	17.45	0.17	0.3828		0	1	192	-
	Não	7301	80.42							
Evangélicas(os)	Sim	2428	26.74	0.28	0.4505	-	0	1	502	-
	Não	6148	67.72							
Frequência a cultos religiosos		-		2.65	1.6749	3	0	5	4	
Branças(os)	Sim	3003	33.07	0.33	0.4724	-	0	1	144	-
	Não	5931	65.33							
Escolaridade		-		6	2.2706	7	1	10	66	
Renda		-		2.78	1.3316	3	1	7	58	
Idade		-		42.69	15.4848	42	16	87	0	

Fonte: A cara da democracia.

Técnicas aplicadas

3.3 Teste de hipóteses

O avanço para os testes das hipóteses exige, a priori, alguns detalhamentos. O primeiro deles refere-se ao parâmetro populacional de interesse nesta pesquisa. Para o primeiro objetivo do trabalho, o principal interesse é estimar a diferença entre as proporções de apoio às dimensões do conservadorismo entre homens e mulheres. Para considerar essa diferença nas proporções, além da estatística pontual amostral, propõe-se o cálculo de uma faixa de valores plausíveis, os quais apresentam chances relevantes de conter o parâmetro populacional, o intervalo de confiança. Adotam-se intervalos dado que estes ampliam a possibilidade de abarcar o real parâmetro em um nível de 95% de confiança. Assim, o desenho estatístico da

pesquisa se baseará em três pilares principais para testar as hipóteses: as estatísticas pontuais, intervalos de confiança, e por fim, o valor p .

O teste estatístico guia da primeira parte do trabalho é o teste de diferença de proporções. Para o cálculo das diferenças de proporções, foram executados alguns passos metodológicos. O primeiro deles refere-se a exclusão da categoria “depende” da amostra, ação que garantiu a entrada apenas das respostas “a favor” e “contra” na análise. Essa exclusão ocorreu devido ao fato desta categoria ser a menos manifestada entre os entrevistados e, além disso, optou-se por maior nível de precisão. A categoria excluída não fornece exatidão sobre o que o entrevistado gostaria de, de fato, expressar ao optar por esta opção, situação que não ocorre com as demais possibilidades. Ademais, como o interesse é diferença nas proporções de respostas favoráveis às questões, definiu-se a categoria “a favor” como a de sucesso para o desenvolvimento do teste. Por fim, a ordem da subtração para o cálculo da diferença de proporção foi entre o total de mulheres menos o de homens. Um resultado positivo representa uma proporção maior de mulheres que são favoráveis à dimensão em questão. Paralelamente, resultados positivos significam maiores proporções favoráveis masculinas.

Tipicamente, a diferença de proporção é traduzida pela expressão:

$$\hat{p}_m - \hat{p}_f$$

Onde \hat{p}_m representa a proporção amostral de respostas favoráveis às dimensões do conservadorismo masculinas e \hat{p}_f equivale a concordância feminina. Portanto, a estimativa de teste de interesse é a diferença nas proporções da amostra de acordo com os gêneros.

Na estatística frequentista, o uso de estimativas está diretamente relacionado às variações amostrais, ao passo que a depender dos valores presentes nas distribuições amostrais, encontram-se diferentes resultados para as estimativas. Assim, um importante recurso estatístico é aquele que permite levar em consideração o efeito dessas variações na estimativa, no caso da presente pesquisa, nas diferenças entre as proporções de homens e mulheres favoráveis às dimensões de conservadorismo. Para tal, propõe-se o uso de um método computacional baseado em simulação, como a técnica de reamostragem *bootstrap* com substituição.

Do ponto de vista estatístico, bootstrapping é um método de simulação baseado em dados que permite construir uma aproximação a distribuição amostral de tamanho n com apenas uma amostra. Sua teoria tem o objetivo de realizar implementações baseadas em

conceitos estatísticos básicos (TIBSHIRANI; EFRON, 1993). O método de bootstrap permite maior flexibilidade quando comparado aos métodos clássicos baseados em teoria que demandam uma série de suposições analíticas para serem aplicados (JOHNSON, 2001). Além disso, quando comparado a técnica computacional as clássicas em casos que permitem a aplicação dos dois métodos, encontram-se resultados muito semelhantes para ambos. Por estes motivos, empregou-se o uso da referida técnica para a construção dos intervalos de confiança inerentes à primeira parte deste trabalho.

De modo resumido, as distribuições bootstrap são produzidas ao retirar reamostras aleatórias de uma única amostra. Essas reamostragens com substituição induzem uma variação das estimativas amostrais e, ao ampliar a variabilidade nas diferentes reamostragens, aproximam a distribuição a uma curva normal. Assim, a distribuição bootstrap apresenta semelhanças em dispersão e forma a verdadeira distribuição amostral. Com efeito, o erro padrão da distribuição bootstrap se torna uma aproximação do erro padrão da distribuição amostral (ISMAY; KIM, 2019), um ganho considerável para a construção de intervalos de confiança.

Para a construção da distribuição bootstrap, foi definido um total de mil reamostras para cada intervalo de confiança. O número total de replicações não é arbitrário, foi definido com base nos experimentos apresentados na obra Tibshirani e Efron (1993), onde os autores consideram como um valor satisfatório para o alcance da variabilidade das estimativas. Embora os pesquisadores argumentam que muito dificilmente serão necessárias mais de duzentas replicações para estimar um erro padrão, por exemplo (1993, p.52).

Além disso, os intervalos de confiança foram construídos a partir dessa distribuição bootstrap por meio do método percentil. O intervalo percentil bootstrapped utiliza a distribuição empírica das diferenças de proporções como distribuição de referência. Assim, os quantis da distribuição empírica passam a ser estimadores dos quantis da distribuição amostral. O método calcula o último ponto superior do intervalo de confiança no 2,5º percentil assim como define o extremo final superior como o 97,5º percentil (ISMAY; KIM, 2019). Dessa forma, o intervalo resultante abrange 95% dos valores que representam as diferenças de proporção da distribuição.

Assim, foram construídos intervalos de confiança de 95% para estimar a diferença de proporção. Este nível de confiança foi definido por ser frequente decisão metodológica em trabalhos da área de Ciência Política.

3.4 Modelos estatísticos

Na condução da presente pesquisa, a escolha pelo modelo de regressão logística se fundamenta na natureza dicotômica das variáveis dependentes analisadas. Dado que as variáveis em questão assumem valores binários, refletindo uma condição de "favorável" (1) ou "não favorável" (0), a regressão logística surge como uma abordagem estatística apropriada para modelar a relação entre tais variáveis e os preditores selecionados. O uso da regressão logística é particularmente pertinente quando o interesse reside na predição de eventos dicotômicos, como é o caso das atitudes favoráveis ou desfavoráveis em relação a determinados fenômenos. A adoção desse método estatístico proporciona uma modelagem mais precisa e interpretável, considerando a natureza específica das variáveis dependentes envolvidas no presente estudo.

Entretanto, os coeficientes em modelos de regressão logística podem ser desafiadores de compreender. De maneira direta, a interpretação seria a seguinte: uma alteração unitária em X está relacionada a uma modificação de β nas probabilidades logarítmicas de Y e a uma mudança de e^{β} nas odds de Y. Abordar todos os resultados dessa maneira tornaria as análises consideravelmente distantes de uma compreensão rápida. Para mitigar essa questão, os anexos 17 e 18 apresentam as probabilidades preditas dos modelos logísticos.

Devido à diversidade de dimensões analisadas e às discrepâncias nas concepções teóricas subjacentes, às equações dos modelos estatísticos variam conforme a variável dependente em questão. Em decorrência disso, é importante ressaltar que os modelos não serão necessariamente idênticos em seus conjuntos de variáveis independentes, visto que diferentes dimensões e abordagens teóricas podem exigir ajustes específicos na formulação do modelo estatístico.

Nos resultados apresentados no corpo do texto estão disponibilizados os modelos principais. Para esses modelos, cada variável dependente foi regredida quatro vezes, assim, as tabelas dos resultados para cada variável dependente apresentam quatro modelos de regressão logística. Esses modelos diferem na medida em que o primeiro modelo apresenta a variável independente principal (gênero) e as independentes: status matrimonial, ocupação, ideologia, partidarismo, religião, escolaridade, renda, cor, idade, dummies dos anos das sondagens (efeito fixo). Ao segundo modelo é adicionado apenas a variável que mensura o igualitarismo ou o autoritarismo. O terceiro modelo são os resultados apenas para as mulheres e o quarto, apenas para os homens. O que se busca identificar com essa separação é se existe alguma variável independente que é importante apenas para as mulheres ou apenas para os homens. Mais

importante ainda, se almeja investigar como as variáveis que operacionalizam indivíduos igualitários e autoritários variam (se variam) de acordo com o gênero. Caso haja mudança nas variáveis independentes entre os modelos exclusivamente masculinos e femininos, pode significar que mulheres se apoiam em um fator (status matrimonial, por exemplo) enquanto os homens não o fazem, ou mesmo os homens podem se apoiar no status matrimonial enquanto as mulheres não.

Concebe-se importante para a substância da presente pesquisa proposta que se avalie o efeito das variáveis independentes quando adicionadas passo a passo, ou em blocos (método Stepwise Forward). Por isso, nos anexos estão dispostos quatro modelos para cada variável dependente: dos modelos mais enxutos aos mais extensivos. O primeiro modelo apresenta as variáveis demográficas como gênero, renda, status matrimonial, ocupação, escolaridade, cor, renda e idade. O segundo apresenta a inserção da variável autoritarismo ou igualitarismo. O modelo três apresenta a inclusão de partidarismo e ideologia. Ao modelo quatro é adicionado a dimensão religião. A variável dependente sobre a legalização do aborto é uma exceção, e para este tema é realizado um quinto modelo onde é inserida a religiosidade (frequência a cultos religiosos).

3.5 Tipificação do caso

Pretende-se reunir as informações sobre as relações de gênero nas atitudes políticas a partir do caso brasileiro. Como descrito por Gerring (2017), a estratégia de seleção de um caso depende do objetivo do trabalho. O autor argumenta que quando se objetiva causalidade, é necessário especificar se a pesquisa detém função exploratória, estimativa ou de diagnóstico. Como a presente dissertação possui o objetivo de estimar o efeito de um fator na variável a ser explicada ($X \rightarrow Y$), ou seja, estimar uma hipótese (H_x), entende-se que a presente dissertação é um estudo de caso de estimativa. Além disso, a estratégia de seleção do caso brasileiro foi baseada no método da semelhança (most-similar method), presume-se que os resultados do Brasil, quando possíveis de comparação, sejam um caso típico da literatura desenvolvida a partir dos anos 2000.

O Brasil acompanha um cenário internacional de ascensão de líderes com pautas de extrema direita. Entre essas pautas, encontra-se um conjunto de manifestações contrárias aos avanços de medidas consideradas progressistas: o avanço de direitos de minorias políticas como mulheres, negros e a comunidade homossexual. Encontra-se na literatura recente internacional outros estudos, em cenários políticos semelhantes ao Brasil, que com o mesmo

objeto e tema deste projeto buscam verificar como se manifestam as opiniões políticas dos eleitores. Nestas sondagens, busca-se também mensurar se há disparidade de gênero nas atitudes, em que dimensões se manifestam e os fatores explicativos para tais. Assim, busca-se realizar exercício semelhante com o caso brasileiro.

Devido às semelhanças, objetiva-se uma aproximação a um Theory testing ao passo que se irá investigar, no capítulo 2, em que medida o caso brasileiro diverge ou se assemelha aos contextos internacionais de estudos de gender gap, sempre que possível, no que tange às dimensões de conservadorismo. Busca-se vínculo com a literatura internacional a investigação do fenômeno a partir de uma perspectiva da América do Sul, especificamente, o Brasil. A contribuição esperada é a de produzir informações sobre uma possível disparidade entre a opinião política dos eleitores e como estão construídas as camadas do perfil mais conservador feminino a partir de outras variáveis que são encontradas na literatura como passíveis de interferência no fenômeno.

Alem dessas justificativas, como apontado por Koivu e Hinze (2017), existem razões relacionados às limitações lógicas da pesquisa que são suscetíveis de elucidação. Para esta dissertação são duas as justificativas que delimitam a escolha do caso. A primeira delas é relacionada ao banco de dados. O projeto que derivam os dados da pesquisa possui apenas o Brasil como interesse de análise. A segunda refere-se a capacidade comparativa de uma pesquisa quantitativa. Devido às diferenças inerentes ao desenho da amostra e das perguntas do survey, comparar com projetos de opinião pública que cobrem outros países é impossível em termos metodológicos.

3.6 Limitações metodológicas

A presente pesquisa possui limitações metodológicas importantes para serem ressaltadas. Um dos fatores é relativo à própria natureza do método quantitativo. Um agente complicador é o fato de fenômenos sociais carregarem causas em comum fatores não observáveis diretamente. Em uma metodologia onde os conceitos precisam ser transformados em métricas, o viés reducionista das dinâmicas sociais é inescapável, no entanto, a pesquisa não se torna inviabilizada por tal.

A dimensionalidade do conceito de conservadorismo pode mudar de acordo com o espaço e o tempo em que ele está colocado. Assume-se aqui que o conservadorismo é um conceito amplo e multidimensional com características de variação ao longo do espaço e do tempo, entretanto, utiliza-se nesta dissertação uma conceituação teórica de conservadorismo

compatível com as dimensões do conservadorismo emergido no Brasil recente e operacionalizada pelo survey, assim, não torna a pesquisa incompleta.

A construção dos modelos estatísticos podem sofrer também com o viés de variáveis omitidas. Devido aos múltiplos fatores causadores das disparidades de gênero na opinião pública e nas atitudes políticas, podem existir, potencialmente, variáveis não mensuráveis ou não mensuradas que estejam associadas a consolidação dessas atitudes políticas que não são consideradas neste trabalho.

Além disso, não se pode apontar causalidades. O modelo de análise permite apontar para relações probabilísticas entre as variáveis. Ainda assim, a pesquisa conduz contribuições teóricas na medida em que explora relações de correlação entre as variáveis propostas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES ²⁴

Os resultados desta dissertação apresentam uma análise das multifacetadas do conservadorismo no Brasil. A partir deles pode-se investigar como as mulheres e homens pensam sobre cada dimensão. Foram agregadas treze questões do survey em três dimensões. São elas: (i) temas sociais e morais tradicionais; (ii) visões sobre lei e ordem; e, (iii) políticas sociais e posições liberais econômicas. A primeira dimensão engloba questões como a legalização do aborto, prisão de mulheres que abortam, casamento civil de pessoas do mesmo sexo e adoção de uma criança por um casal gay. O segundo bloco apresenta as questões sobre o controle de vendas de armas de fogo, a descriminalização das drogas, a pena de morte, redução da maioridade penal e a militarização das escolas públicas. A última dimensão aborda os temas como a adoção de cotas raciais, o programa bolsa família e privatizações. Os resultados são apresentados e discutidos com base nesta organização.

4.1 Temas sociais e morais tradicionais

A primeira dimensão da análise compreende os temas relativos à moral tradicional. Inseridos nesta dimensão, a literatura geralmente enquadra questões ligadas a valores políticos,

²⁴ Scripts desenvolvidos em linguagem R de programação responsáveis por gerar os resultados podem ser acessados [aqui](#).

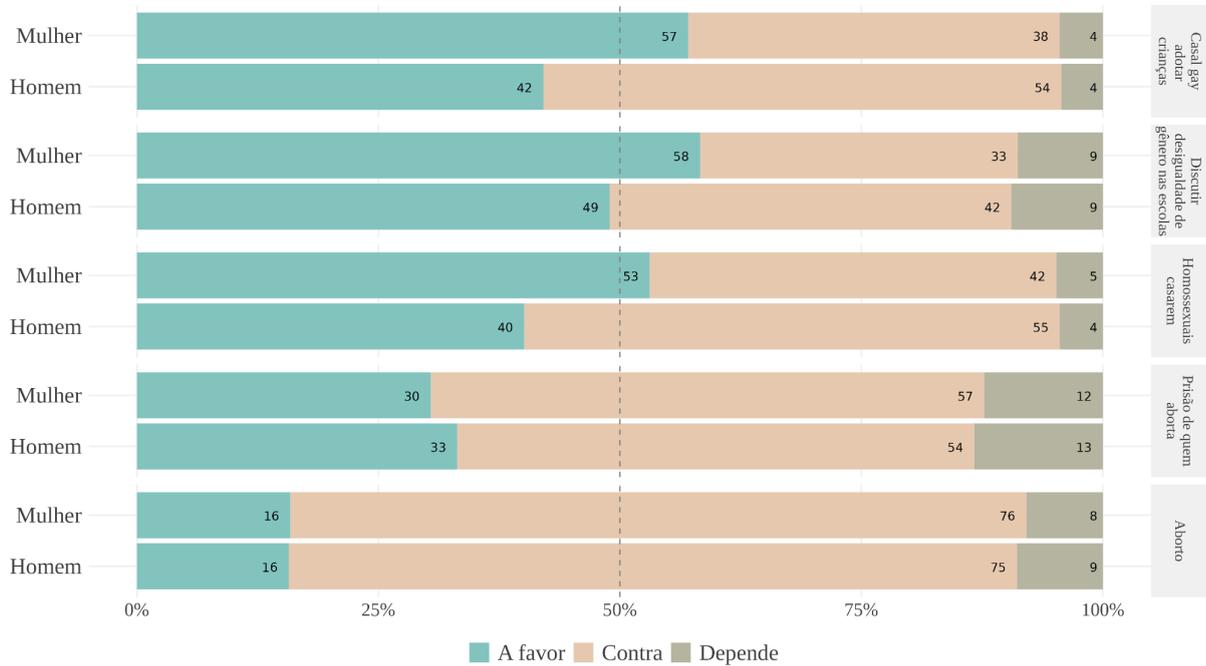
princípios morais ou assuntos de relevância social que escapam do *status quo* e das estruturas tradicionais. Geralmente são abordadas as questões como legalização das drogas, direitos LGBTQ+ e as dimensões relacionadas ao “*women's issues*” que majoritariamente tratam sobre políticas públicas ou assuntos estritamente ligados a esfera feminina ou as diferentes circunstâncias para a legalização do aborto. Entre os resultados desta dissertação encontram-se questões sobre a legalização do aborto, prisão de mulheres que abortam, a discussão da igualdade de gênero nas escolas, o direito de homossexuais casarem (união civil) e adotarem uma criança.

O gráfico abaixo apresenta percentualmente as respostas favoráveis, contrárias e depende para cada situação. Em geral, a dimensão mais apoiada é a discussão sobre igualdade de gênero nas escolas (54%), seguido do direito de casais gays adotarem crianças (50%). A legalização do aborto é o tema que menos é apoiado pela população brasileira (15%)²⁵. Em contrapartida, quando o assunto do abortamento é tratado em termos legais e mensura a visão sobre a penalização que deve incidir sobre as mulheres, o apoio à prisão de mulheres que interrompem a gravidez é de 31%.

Quando desagregado por gênero, a maior diferença entre homens e mulheres diz respeito a opinião de casais poderem adotar crianças, são 15 pontos percentuais (p.p) que separam o grupo. Em seguida, encontra-se a visão sobre o casamento civil de homossexuais com 13 p.p de diferença onde as mulheres são as mais favoráveis (53%). Sobre a discussão de desigualdade de gênero nas escolas, 58% das mulheres são favoráveis comparado com 49% dos homens. A legalização do aborto e prisão de mulheres que abortam não apresentam diferenças importantes.

²⁵ Perguntas que vão em direção a ser contra ou a favor de direitos de minorias políticas têm um potencial de adição de substância ao debate público e acadêmico limitado pois, por essência, as respostas favoráveis devem ser contra-majoritárias. Além disso, pode existir o efeito da deseabilidade social sobre essa pergunta, onde o entrevistado vai ter a tendência de fornecer respostas que são socialmente aceitáveis, assim, as respostas favoráveis a legalização do aborto podem estar subestimadas.

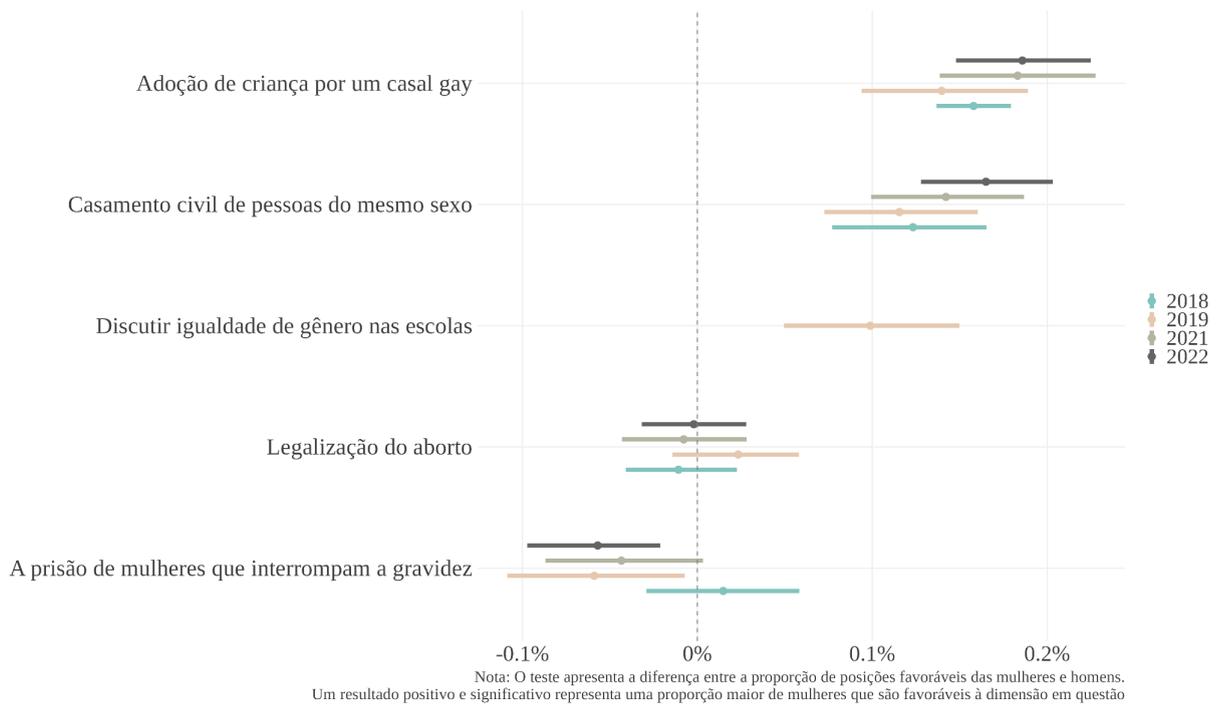
Gráfico 1. Posicionamentos nas dimensões do conservadorismo e gênero para todos os anos (2018-2022). Respostas a favor, contra e depende



Fonte: A cara da democracia.

O teste de diferença de proporção foi o primeiro passo entre os testes estatísticos. A sua interpretação é bem simples: linhas retas à direita e à esquerda dos pontos indicam as margens de erro (calculadas com 95% de confiança), quando estas margens não tocam a linha pontilhada, representam diferenças estatisticamente significantes. Margens ao lado direito do gráfico indicam uma diferença de proporção positiva para as mulheres, ou seja, uma proporção maior de mulheres foram favoráveis à dimensão em questão. O mesmo raciocínio é aplicado para a interpretação do lado oposto.

Com base no gráfico 2, observa-se que são as mulheres as mais favoráveis à expansão de direitos para casais homossexuais, não diferem dos homens quanto a legalização do aborto e são menos favoráveis a prisão de mulheres nos anos de 2019 e 2022. Mulheres também são mais favoráveis à discussão de gênero nas escolas quando comparado com os homens. A temporalidade é um outro dado que este gráfico fornece. Da forma como foi mensurado, não existe oscilação nas diferenças de apoio aos temas sociais do início do governo Bolsonaro, em 2018, ao fim, 2022. Talvez, para o tom dessa análise seja interessante considerar outras unidades de análise e/ou outras variáveis, conjunturais, por exemplo, mas que fogem ao escopo desta dissertação.

Gráfico 2. Diferença de proporção do apoio aos temas sociais e morais (2018-2022)²⁶

Fonte: A cara da democracia.

Nota: Número de casos/2018: Casamento igualitário (2212); Adoção (2228); Prisão de mulheres que interrompem gravidez (1928); Aborto (2159).

Número de casos/2019: Casamento igualitário (1826); Adoção (1824); Prisão de mulheres que interrompem gravidez (1928); Aborto (1810); Discutir desigualdade de gênero nas escolas (1693).

Número de casos/2021: Casamento igualitário (1880); Adoção (1893); Prisão de mulheres que interrompem gravidez (1778); Aborto (1850).

Número de casos/2022: Casamento igualitário (2361); Adoção (2408); Prisão de mulheres que interrompem gravidez (2279); Aborto (2348).

O cenário apresentado até aqui com as análises bivariadas foi permeado de consistentes não diferenças nas visões de homens e mulheres sobre a legalização do aborto. Entretanto, o que os próximos procedimentos mostram é que quando se adicionam outros aspectos teoricamente importantes para o fenômeno, essa perspectiva muda.

O aborto é um dos temas políticos que historicamente causam tensões no Brasil (MACHADO, 2012) e em países como a América do norte (LIZOTTE, 2015). A literatura internacional sobre o aborto carece, em grande parte, de um consenso claro sobre as disparidades de gênero nas atitudes em relação à legalização do aborto. Por décadas, pesquisadores discutem as controvérsias em torno dessa temática.

²⁶ O anexo 2 apresenta um ranking geral com todos os temas trabalhados na dissertação em que as mulheres foram de posições mais favoráveis as menos favoráveis.

As pesquisas de opinião pública, em especial, têm reportado diferentes resultados. Alguns trabalhos encontram maior apoio para o aborto entre as mulheres (KAUFMANN; PETROCIK, 1999), outros argumentam que são os homens os mais prováveis a ser favoráveis (SHAPIRO; MAHAJAN, 1986), e, ainda, há aqueles que não acham diferenças significantes entre homens e mulheres.

As discussões mais recentes passaram a apontar para uma variável que, em tese, poderia ser fundamental para se entender as sinuosidade na relação entre gênero, opinião e aborto. O que começaram a encontrar foi que para além de mensurar o tipo de filiação religiosa, era necessário se pensar na religiosidade. Estudos quando passaram a mensurar a religiosidade (frequência de ida a cultos, fé autodeclarada, crença nos escritos da bíblia) para incluí-las nos modelos estatísticos, encontraram um padrão mais estável com as mulheres apresentando atitudes mais favoráveis a legalização do aborto (JELEN; WILCOX, 2005; LIZOTTE, 2015).

Este é um exemplo do efeito de supressão, onde a variável religiosidade é a responsável por expor as diferenças de gênero. Esse efeito acontece em uma situação em que a inclusão de uma variável no modelo melhora a precisão da previsão para outra variável. Em outras palavras, a nova variável "suprime" ou "expõe" um efeito que não estava claro quando a outra variável estava isolada.

Ao testar a hipótese da religiosidade em um conjunto de cenários onde um aborto poderia ser realizado com dados de 1977 a 1998, Lizotte (2015) descobre uma diferença de gênero consistente, ainda que modesta. São as mulheres as mais propensas a apoiar a legalização do aborto em diversas circunstâncias. Mulheres americanas, quando comparado aos homens, tendem a apoiar com maior intensidade o aborto em casos de defeitos de nascimento, quando as mulheres não podem custear um filho, em caso de estupro, quando a mulher não é casada, se as mulheres não querem um filho e, por fim, por qualquer razão. Entretanto, homens e mulheres não se diferenciam quanto as opiniões favoráveis sobre um aborto em circunstâncias da saúde da mulher. Neste último caso, o apoio é alto tanto para as mulheres quanto para os homens.

No Brasil, os resultados caminham na mesma direção do fenômeno descrito acima. As mulheres, em relação aos homens, passam a ter mais chances de serem favoráveis a legalização do aborto quando é possível isolar o efeito da religiosidade²⁷. Embora a religião (ser

²⁷ Do modo estritamente estatístico, a leitura do modelo seria: um aumento de uma unidade na variável "Mulher" está associado a um aumento de 0.287 no logaritmo das odds de apoiar a legalização do aborto, mantendo todas as outras variáveis constantes. Para simplificar, os resultados serão lidos em termos de razão de chance, ou seja, se β_1 for positivo, isso indica que, em comparação com os homens, as mulheres têm uma probabilidade maior de apoiar a Atitude/Política X. Se for negativo, indica o oposto.

evangélico) seja importante para diminuir as chances de ser favorável a legalização do aborto, sozinha, não é o suficiente para se observar as diferenças de gênero (ver [anexo 4](#)).

A tabela 1 do modelo 1 apresenta uma análise entre gênero e legalização do aborto sem a inclusão da dimensão valorativa, apenas com as variáveis de controle. Neste modelo, gênero não importa. As correlações são relacionadas ao casamento, ideologia, religião, escolaridade e idade. Indivíduos que são casados, mais a direita, evangélicos e mais velhos tem menos chance de serem favoráveis ao aborto. A escolaridade tem um efeito positivo, quanto maior a escolaridade, maiores são as chances de serem favoráveis.

A tabela 2 apresenta as correlações com as dimensões de frequência religiosa e valorativa. Para a construção desse modelo, foi-se adicionado o igualitarismo como alternativa valorativa pois se entende que a legalização do aborto está relacionada a expansão de direitos para grupos minoritários politicamente. Acredita-se que indivíduos igualitários terão chances de serem conectados a essa agenda. Nesse modelo, o gênero ganha significância, ser mulher aumenta a probabilidade ($B= 0.28$) enquanto que, quanto maior a frequência a cultos ($B= -1.95$), menor a chance de ser favorável. Igualitarismo também é importante para a legalização do aborto, indivíduos igualitários apresentam ($B= 0.68$) maior chance de serem favoráveis.

As tabelas 3 e 4 mostram resultados da regressão logística separadamente para mulheres e para os homens para investigar se homens e mulheres se baseiam em diferentes fatores quando pensam sobre a legalização do aborto. Os modelos separados ilustram que o igualitarismo tem efeitos diferentes nas atitudes sobre a legalização do aborto entre homens e mulheres. Entre os homens, o igualitarismo tem um impacto pequeno e não significativo ($B= 0.064$, $p= 0.88$). Para as mulheres, o igualitarismo é importante ($B= 1.27$, $p=.00$) e aumenta as chances de serem favoráveis a legalização do aborto. O gênero parece ser um moderador da relação entre igualitarismo e atitudes sobre a legalização do aborto visto que incide de forma diferente sobre a atitude de homens e mulheres.

Os modelos separados também parecem mostrar um gap geracional. A cada um ano de vida, diminui as chances das mulheres serem favoráveis a legalização do aborto ($B= -0.01$, $p=.00$), ou seja, as gerações mais antigas são as menos favoráveis. Em contrapartida, a idade não é importante para o maior ou menor apoio dos homens ($B= -0.00$, $p=.90$) sobre a legalização do aborto.

Os modelos no [anexo 4](#) mostram que variáveis relacionadas à esfera da religião performam melhor do que medidas sociodemográficas. É possível se enxergar as variáveis sociodemográficas perdendo explicação ao passo que entram nos modelos as dimensões religiosas.

O anexo 17 exibe as probabilidades previstas associadas à legalização do aborto, considerando variáveis como gênero, valores igualitários, religião, ideologia, escolaridade e frequência de participação em cultos religiosos.

Modelo 1. Modelo logístico para apoio a legalização do aborto (2018 e 2019)²⁸

	Dependent variable:			
	Legalização do aborto (1)	(2)	Apenas mulheres (3)	Apenas homens (4)
Mulher	0.071 (0.076)	0.287** (0.115)		
Igualitárias/os		0.689*** (0.257)	1.127*** (0.334)	0.064 (0.437)
Casadas/os	-0.276*** (0.080)	-0.222* (0.116)	-0.317* (0.164)	-0.172 (0.167)
Donas de Casa	-0.015 (0.155)	-0.124 (0.195)	-0.088 (0.201)	
Ideologia	-0.097*** (0.013)	-0.061*** (0.019)	-0.064** (0.027)	-0.060** (0.026)
Partidárias/os	0.138 (0.088)	0.114 (0.130)	-0.008 (0.190)	0.211 (0.178)
Evangélicas/os	-0.704*** (0.093)	-0.557*** (0.150)	-0.597*** (0.205)	-0.501** (0.222)
Frequência cultos religiosos		-0.195*** (0.036)	-0.182*** (0.049)	-0.213*** (0.052)
Branças/os	0.124 (0.076)	-0.011 (0.112)	0.066 (0.156)	-0.108 (0.161)
Escolaridade	0.101*** (0.020)	0.104*** (0.032)	0.077* (0.045)	0.131*** (0.045)
Renda	0.054* (0.030)	0.029 (0.043)	0.057 (0.061)	-0.002 (0.061)
Idade	-0.007** (0.003)	-0.008* (0.004)	-0.015*** (0.006)	-0.001 (0.006)
Constant	-1.512*** (0.203)	-1.285*** (0.303)	-0.647 (0.444)	-1.585*** (0.416)
Observations	6,243	2,889	1,390	1,499
Log Likelihood	-2,561.676	-1,166.147	-579.108	-582.451
Akaike Inf. Crit.	5,147.353	2,360.295	1,184.216	1,188.902
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01 Anos compreendidos: 2018-2019 Ano não é significativo			

²⁸ A discrepância no número total de observações entre os modelos acontece devido a mensuração da variável frequência a cultos ter sido realizada nos anos de 2018 e 2019. A tabela 1 apresenta os resultados calculados para todos os anos. Já as demais tabelas, após a inserção de frequência a cultos, disponibilizam apenas os resultados relativos a 2018 e 2019.

Fonte: A cara da democracia.

É importante ressaltar que as diferenças entre homens e mulheres nas atitudes sobre a legalização do aborto são pequenas. A maioria dos brasileiros, sejam homens ou mulheres, são contrários à legalização, cerca de 75% se posicionam em oposição. Ainda que essas diferenças sejam pequenas, elas ainda apresentam significado na medida em que mulheres constituem mais da metade dos eleitores (52.65% em 2022).

O modelo 2, abaixo, apresenta posições favoráveis sobre a prisão de mulheres que interrompem a gravidez. A partir da leitura da tabela 1, é possível constatar que ser mulher é importante significativamente a um nível de confiança de 10%. Assim, mulheres, em comparação aos homens, têm menos chances de serem favoráveis à prisão de outras mulheres que interrompem a gravidez. Além disso, outras características como ser casado, posições mais à direita ideologicamente e ser evangélico aumentam a probabilidade de ser favorável à prisão de mulheres que interrompem a gravidez. Em contrapartida, à medida que a escolaridade, renda e idade aumentam, menores são as chances de serem a favor. A cor não foi importante para a temática.

Para a construção desse modelo, foi-se mensurado a relação entre gênero, indivíduos autoritários e atitudes sobre a prisão de mulheres. Por mais que a abordagem da prisão de mulheres que fazem um aborto esteja inserida na dimensão dos temas sociais e morais, acredita-se que indivíduos autoritários possam ter uma relação importante com essa questão, visto que se trata de opiniões sobre as ações que devam ser punidas com o remédio constitucional máximo, como a prisão.

Os modelos separados (tabelas 3 e 4) para homens e mulheres mostram que o casamento possui um efeito apenas sobre os homens, onde ser casado aumenta as chances de serem favoráveis à prisão de mulheres que realizam um abortamento. Já para as mulheres, esse fator não importa. O autoritarismo foi importante para explicar essa relação entre as mulheres ($B= 0.54$, $p= .00$) ao mesmo tempo que foi para os homens ($B= 0.32$, $p= .04$). Mulheres e homens autoritários são mais propensos a serem favoráveis à prisão de mulheres que interrompem uma gravidez.

Os modelos do [anexo 5](#) mostram que gênero perde significância apenas quando se controla por ideologia e partidatismo, porém, quando se adiciona mais uma variável na equação, a religião (evangélicos), ser mulher torna a apresentar significância estatística.

Modelo 2. Modelo logístico para o apoio a prisão de mulheres que interrompem a gravidez (2018-2022)

	Dependent variable:			
	Prisão de mulheres que abortam (1)	Apenas mulheres (2)	Apenas mulheres (3)	Apenas homens (4)
Mulher	-0.106* (0.059)	-0.101* (0.059)		
Autoritárias/os		0.415*** (0.120)	0.545*** (0.182)	0.324** (0.161)
Casadas/os	0.158*** (0.059)	0.153** (0.059)	0.076 (0.085)	0.250*** (0.084)
Donas de Casa	0.098 (0.113)	0.097 (0.113)	0.055 (0.118)	
Ideologia	0.055*** (0.010)	0.055*** (0.010)	0.042*** (0.014)	0.066*** (0.013)
Partidárias/os	0.073 (0.069)	0.079 (0.069)	0.084 (0.100)	0.089 (0.096)
Evangélicas/os	0.200*** (0.061)	0.204*** (0.061)	0.238*** (0.085)	0.163* (0.087)
Branças/os	-0.062 (0.061)	-0.061 (0.061)	-0.056 (0.087)	-0.079 (0.085)
Escolaridade	-0.084*** (0.016)	-0.083*** (0.016)	-0.108*** (0.022)	-0.061*** (0.022)
Renda	-0.055** (0.025)	-0.054** (0.025)	-0.023 (0.036)	-0.089*** (0.034)
Idade	-0.012*** (0.002)	-0.012*** (0.002)	-0.010*** (0.003)	-0.014*** (0.003)
Constant	0.096 (0.172)	0.081 (0.172)	0.061 (0.248)	0.066 (0.238)
Observations	6,243	6,243	3,091	3,153
Log Likelihood	-3,845.028	-3,839.242	-1,879.135	-1,953.864
Akaike Inf. Crit.	7,718.056	7,708.483	3,786.269	3,933.728
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01 Anos compreendidos: 2018-2022 Ano significativo: 2018			

Fonte: A cara da democracia.

As opiniões favoráveis à discussão sobre desigualdade de gênero fomentada pelos professores e suas covariáveis estão apresentadas no modelo 3. Essa pergunta foi inserida no survey apenas para o ano de 2019, por este motivo, a quantidade de casos é bem menor do que o padrão encontrado nos outros modelos. A tabela 1 apresenta o modelo com os controles sociodemográficos e ideológicos. Neste modelo, mulheres apresentam maiores chances de

serem favoráveis à discussão. Além disso, características relacionadas ao status matrimonial, ideologia, religião, cor, idade e renda, apresentam uma relação negativa e significativa com a variável dependente. Qual seja, ser casado, se posicionar mais à direita, ser evangélico, branco, mais velho e com maior renda, diminuem as chances de ser favorável ao debate sobre desigualdade de gênero.

O igualitarismo também foi adicionado a esta dimensão. A tabela 2 mostra que o igualitarismo não apresenta relação com a temática em questão.

As tabelas 3 e 4 responsáveis por apresentar os modelos separados por homens e mulheres mostram que a escolaridade desempenha um papel importante para as mulheres: quanto maior a escolaridade, maior é a probabilidade de ser favorável à discussão de desigualdade de gênero nas escolas. O mesmo não acontece para os homens. Além disso, ser casada também é importante apenas para as mulheres, com chances de diminuir o apoio.

Os modelos no anexo 6 mostram que ser mulher é significativa ao nível de 1% em todos os caminhos de se conceber as relações entre as variáveis independentes e a dependente. Mulheres são mais propensas a serem a favor de discussões sobre a desigualdade de gênero nos modelos apenas com os controles sociodemográficos ($B= 0.39$, $p= .00$) e nos modelos que incluem as dimensões religiosas e ideológicas ($B=0.44$, $p= .00$).

Modelo 3. Modelo logístico para apoio a discussões sobre desigualdade de gênero nas escolas (2019)

	Dependent variable:			
	Discutir desigualdade de gênero nas escol. (1)	Apenas mulheres (2)	Apenas mulheres (3)	Apenas homens (4)
Mulher	0.451*** (0.124)	0.449*** (0.124)		
Igualitárias/os		0.261 (0.276)	0.650 (0.429)	-0.086 (0.385)
Casadas/os	-0.253** (0.119)	-0.267** (0.119)	-0.374** (0.169)	-0.206 (0.172)
Donas de Casa	-0.145 (0.193)	-0.147 (0.193)	-0.054 (0.201)	
Ideologia	-0.074*** (0.018)	-0.071*** (0.018)	-0.045* (0.026)	-0.093*** (0.026)
Partidárias/os	0.113 (0.130)	0.115 (0.131)	0.110 (0.189)	0.123 (0.182)
Evangélicas/os	-0.376*** (0.128)	-0.379*** (0.128)	-0.363** (0.176)	-0.385** (0.188)
Branças/os	-0.220* (0.120)	-0.224* (0.120)	-0.229 (0.171)	-0.218 (0.170)
Escolaridade	0.104*** (0.035)	0.101*** (0.035)	0.146*** (0.049)	0.056 (0.050)
Renda	-0.092** (0.046)	-0.091** (0.046)	-0.070 (0.068)	-0.097 (0.064)
Idade	-0.008* (0.004)	-0.008* (0.004)	-0.007 (0.006)	-0.009 (0.006)
Constant	0.678** (0.329)	0.676** (0.330)	0.607 (0.494)	1.112** (0.448)
Observations	1,354	1,350	678	672
Log Likelihood	-890.548	-887.757	-435.812	-448.481
Akaike Inf. Crit.	1,803.096	1,799.514	893.624	916.962
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01 Anos compreendidos: 2019 Os erros padrão são relatados entre parênteses.			

Fonte: A cara da democracia.

Em 2011, a suprema corte brasileira legalizou a união civil de pessoas do mesmo sexo ao entender que não havia inconstitucionalidade neste direito. Entretanto, advogados especialistas relatam morosidade do Estado para legislar e promulgar leis que garantam esses

direitos²⁹. Ainda hoje, a extensão de direitos públicos e privados a homossexuais é um debate público que perpassa as arenas institucionais, sociais, familiares; logo é uma temática de opinião pública.

Existe uma extensa linha de pesquisa que se dedica a estudar as diferenças de gênero sobre o apoio aos direitos de homossexuais. Mulheres são mais favoráveis ao direito de adoção, de participar de serviços militares e do fomento de garantias trabalhistas para os gays (BREWER, 2003; HEREK, 2002). Mulheres são também mais propensas a direitos iguais e casamento civil (OLSON; CADGE; HARRISON, 2006). E têm maior probabilidade de apresentar posições progressistas sobre o papel do Estado para lidar com grupos minoritários como a comunidade LGBTQ+ (NORRANDER, 2008).

Em trabalho recente sobre as disparidades de gênero em um conjunto de atitudes políticas, Lizotte (2020) encontra que a mais robusta e consistente diferença de gênero entre os americanos é na dimensão dos direitos para homens gays e lésbicas. A autora argumenta que valores como o igualitarismo e a benevolência desempenham uma função de mediação parcial sobre os direitos para esse grupo.

A religião parece ter um papel central na estruturação dessas atitudes. Olson, Cadge e Harrison (2006) encontraram que variáveis sobre religião obtiveram melhor poder explicativo do que as demográficas. Não protestantes são mais prováveis de apoiar união de casais do mesmo sexo do que os protestantes. Além disso, indivíduos com atitudes conservadoras sobre moralidade e secularismo eram mais propensos a se operem a essas uniões.

Os dados para o Brasil mostram que as mulheres, quando comparado aos homens, apresentam maior probabilidade de serem favoráveis ao casamento civil de pessoas do mesmo sexo a um nível de 1% de confiança em todos os modelos rodados. A tabela 1 do modelo 4 apresenta os valores de Beta quando controlado por variáveis individuais e ideológicas (partidarismo e ideologia).

A tabela 2 exhibe o mesmo modelo anterior com a inclusão da variável de igualitarismo. O gap de gênero com o igualitarismo incluso continua a ser altamente significativo ($B = 0.62$, $se = 0.059$, $p = .000$). O igualitarismo também é um importante preditor do casamento igualitário ($B = 0.37$, $se = 0.17$, $p = .003$). Em relação às variáveis de controle, as que não possuem significância relacionada com o casamento igualitário são ser dona de casa, branco e renda. Indivíduos que estão mais à direita, são evangélicos e mais velhos, são menos prováveis de serem favoráveis ao casamento de pessoas do mesmo sexo. Ter simpatia a um partido político é um preditor significativo e positivo.

²⁹ Acesse [aqui](#) a matéria.

As tabelas 3 e 4, que apresentam os resultados de modo separado para homens e mulheres, não captaram muitas diferenças. Homens e mulheres se baseiam em características muito semelhantes para manifestarem suas atitudes sobre o casamento igualitário. Ser igualitário não é um preditor importante para os homens, assim como não é para as mulheres. Partidarismo também perde efeito quando é analisado de modo separado. As demais variáveis de controle se comportam de modo muito semelhante aos resultados da tabela anterior.

Os modelos dispostos no anexo 7 apresentam que a renda, significativa a um nível de 10% de confiança, perde significância, quando se adicionam as variáveis de ideologia e partidarismo.

Modelo 4. Modelo logístico para apoio ao casamento civil igualitário (2018-2022)

=====				
Dependent variable:				
	Casamento civil igualitarios		Apenas mulheres	Apenas homens
	(1)	(2)	(3)	(4)

Mulher	0.633*** (0.059)	0.626*** (0.059)		
Igualitarias/os		0.379** (0.179)	0.423 (0.262)	0.344 (0.246)
Casadas/os	-0.374*** (0.060)	-0.370*** (0.060)	-0.367*** (0.084)	-0.383*** (0.087)
Donas de Casa	0.068 (0.114)	0.060 (0.114)	0.059 (0.119)	
Ideologia	-0.081*** (0.010)	-0.080*** (0.010)	-0.081*** (0.014)	-0.080*** (0.014)
Partidárias/os	0.149** (0.070)	0.150** (0.070)	0.163 (0.102)	0.140 (0.098)
Evangélicas/os	-1.095*** (0.065)	-1.099*** (0.066)	-1.194*** (0.089)	-0.990*** (0.098)
Branças/os	0.004 (0.061)	0.005 (0.061)	0.019 (0.087)	-0.011 (0.086)
Escolaridade	0.086*** (0.016)	0.088*** (0.016)	0.056** (0.022)	0.121*** (0.023)
Renda	0.036 (0.025)	0.036 (0.025)	0.058 (0.036)	0.015 (0.035)
Idade	-0.030*** (0.002)	-0.030*** (0.002)	-0.033*** (0.003)	-0.027*** (0.003)
Constant	1.110*** (0.172)	1.067*** (0.174)	2.050*** (0.251)	0.734*** (0.242)

Observations	6,243	6,172	3,048	3,125
Log Likelihood	-3,775.215	-3,730.380	-1,858.389	-1,868.862
Akaike Inf. Crit.	7,578.430	7,490.759	3,744.778	3,763.724
=====				
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01			
	Anos compreendidos: 2018-2022			
	Ano significante: 2018			

Fonte: A cara da democracia.

O gap de gênero para as atitudes sobre a adoção de uma criança por um casal gay é o maior de todos desta dimensão, com uma amplitude de 15 p.p de diferença: 57% das mulheres apoiam esse direito versus 42% dos homens. Nesta atitude, novamente, ser mulher é significativa a um nível de 1% em todos os modelos analisados.

A tabela 2 do modelo 4 demonstra que mesmo após a inclusão do igualitarismo, o gap de gênero parece ainda ter um tamanho considerável ($B = 0.74$, $se = 0.59$, $p = .000$). O igualitarismo é preditor significativo para o direito à adoção ($B = 0.53$, $se = 0.18$, $p = .004$). As variáveis como donas de casa, cor e renda não são preditores significativos. Já as variáveis de controle como ser casado, mais a direita, evangélico e mais velho apresenta relações significativas e negativas com a variável dependente, ou seja, diminuem as chances de respostas a favor. Ter um simpatia a um partido e altas escolaridades aumentam as chances de serem favoráveis a adoção por casais do mesmo sexo.

As tabelas 3 e 4, que apresentam os resultados de modo separado para homens e mulheres, exibem que ser igualitário é importante tanto para os homens ($B = 0.51$, $se = 0.24$, $p = .037$) quanto para as mulheres ($B = 0.56$, $se = 0.27$, $p = .041$). Ser casado, mais à direita, evangélicos e mais velhos, também diminui as chances de serem favoráveis para ambos.

Os modelos do anexo 8 permitem analisar que controlar por ideologia, partidarismo, igualitarismo, religião e todo o conjunto de variáveis demográficas não reduz o gap, pelo contrário, aumenta. No primeiro modelo, com uma menor quantidade de variáveis de controle, ser mulher apresenta $B = 0.57$, $se = 0.48$, $p = .000$, enquanto que o modelo mais completo, como todos as variáveis, apresenta resultados de $B = 0.73$, $se = 0.59$, $p = .000$.

O anexo 18 exhibe as probabilidades preditas associadas ao casamento civil igualitário, considerando variáveis como gênero, valores igualitários, religião, idade, escolaridade e situação matrimonial.

Modelo 5. Modelo logístico para apoio a adoção de uma criança por um casal gay (2018-2022)

=====				
Dependent variable:				
	Adoção de criança	casal gay	Apenas mulheres	Apenas homens
	(1)	(2)	(3)	(4)

Mulher	0.744*** (0.059)	0.740*** (0.059)		
Igualitárias/os		0.532*** (0.183)	0.568** (0.277)	0.515** (0.246)
Casadas/os	-0.325*** (0.059)	-0.325*** (0.059)	-0.355*** (0.084)	-0.289*** (0.085)
Donas de Casa	-0.028 (0.113)	-0.032 (0.113)	-0.008 (0.119)	
Ideologia	-0.075*** (0.010)	-0.074*** (0.010)	-0.080*** (0.014)	-0.068*** (0.014)
Partidárias/os	0.073 (0.070)	0.069 (0.070)	0.109 (0.103)	0.040 (0.097)
Evangélicas/os	-1.051*** (0.064)	-1.052*** (0.064)	-1.120*** (0.087)	-0.980*** (0.095)
Branças/os	0.046 (0.060)	0.047 (0.061)	0.041 (0.087)	0.048 (0.085)
Escolaridade	0.079*** (0.015)	0.079*** (0.016)	0.051** (0.022)	0.105*** (0.022)
Renda	0.024 (0.025)	0.023 (0.025)	0.055 (0.036)	-0.005 (0.034)
Idade	-0.028*** (0.002)	-0.028*** (0.002)	-0.029*** (0.003)	-0.028*** (0.003)
Constant	1.300*** (0.171)	1.287*** (0.173)	2.294*** (0.254)	1.060*** (0.239)

Observations	6,243	6,172	3,048	3,125
Log Likelihood	-3,802.678	-3,758.325	-1,839.988	-1,914.653
Akaike Inf. Crit.	7,633.355	7,546.650	3,707.975	3,855.306
=====				
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01			
	Anos compreendidos: 2018-2022			
	Ano significante: 2018 e 2019			

Fonte: A cara da democracia.

Uma crítica presente sobre estudos de opinião pública e disparidades de gênero diz respeito ao viés analítico responsável por super-explorar formações e mudanças identitárias das mulheres. Uma explicação adequada exige a compreensão de que as diferenças que aparecem entre homens e mulheres como um grupo depende da ideia de que o gênero é relevante tanto para os homens, quanto para as mulheres. Sapiro e Shames (2010) apontam para uma tendência nos estudos de desenvolver explicações que colocam os homens como o "normal" e as mulheres como as "diferenças" que precisam ser esclarecidas. Para a autora, se realmente há uma base explicativa de gênero nas opiniões públicas, ou seja, se a vivência das pessoas como homens e mulheres moldam as preferências, uma explicação apropriada deve incorporar o impacto do gênero para ambos: mulheres e homens. Talvez, este seja um caminho interpretativo dos resultados apresentados acima.

Certamente vários caminhos explicativos podem ajudar a entender as diferenças de gênero sobre o casamento civil de pessoas do mesmo sexo e sobre a adoção de crianças por esse grupo. Compreende-se que as teorias se interseccionam e não são mutuamente excludentes. Os dados mostram que o igualitarismo não foi um fator diferenciador de homens e mulheres. Esse valor foi importante para aumentar tanto as chances dos homens, quanto das mulheres em serem favoráveis a adoção de crianças por casais gays. Igualitarismo quando investigado com as amostras separadas por gênero também não se relaciona com significância estatística para as opiniões favoráveis ao casamento civil. Essas diferenças entre homens e mulheres podem acontecer por causa de fatores que não foi possível operacionalizar.

Existem trabalhos de opinião pública que exploram aspectos da identidade masculina e da identidade feminina em suas hipóteses ou, mesmo, em seus achados. Por exemplo, Kauffman e Petrocik (1999) investigaram o gap de gênero no partidário e descobriram que as diferenças surgiram devido ao afastamento mais rápido dos homens da marca partidária do partido Democratas, em comparação com as mulheres. Elder e Greene (2018) ao buscarem explicações para entender por que as mulheres eram menos favoráveis à legalização das drogas, descobrem que, na verdade, não era uma questão ligada estritamente à esfera feminina. Eram os homens mais favoráveis pois eram eles que tinham tendências a utilizar mais a cannabis do que as mulheres, o que pode ter levado os homens a apoiar mais a legalização da cannabis do que as mulheres.

Além disso, um extenso estudo desenvolvido por Herek (2002) pode ajudar a compreender com mais detalhes as nuances por detrás das atitudes e disparidades em relação a homossexualidade. O autor encontra que atitudes em relação ao homem gay diferem significativamente das atitudes sobre as lésbicas. Os americanos, de modo geral, tendem a

acreditar que homens gays são mentalmente doentes e apresentaram visões mais negativas sobre os homens gays do que sobre as lésbicas. Também foram encontradas discordâncias entre homens e mulheres sobre a temática. Mulheres heterossexuais foram mais favoráveis à proteção do emprego, a expansão dos direitos de adoção para pessoas gays e foram as menos propensas a manter ideias estereotipadas sobre esses casais. Para os homens, em contrapartida, a distinção entre lésbicas e homens gay foi importante. Sentimentos negativos manifestados por homens heterossexuais sobre os homens gays foram a melhor explicação para o gap de gênero: foram os homens heterossexuais que mais manifestam reações repulsivas aos homens gays; os menos propensos a reconhecer relacionamentos de homens gays e adoção de crianças; e os mais prováveis a acreditar que homens gay são mentalmente doentes.

Um outro estudo encontrou que homens tendem, em média, a serem mais propensos a usar concepções preexistentes de papéis de gênero do que as mulheres e são mais resistentes em relação a pessoas que violam as normas tradicionais de gênero (LAMAR; KITE, 1998).

Uma tentativa de extrapolar o que foi possível operacionalizar com os dados disponíveis, e compreender os consistentes gap de gênero sobre os direitos de homossexuais encontrados no Brasil e apontados pela literatura internacional, é caminhar em direção às discussões sobre masculinidade. A ideia de masculinidade hegemônica em Connell (2005) é entendida como um padrão normativo e o modelo de comportamento mais honrado, privilegiado e que possui soberania diante outros comportamentos que são socialmente preteridos. A masculinidade representa um ideal socialmente construído para estruturar como os homens devem pensar, agir e se comportar para serem considerados "verdadeiros homens". Esse modelo é transmitido por meio da interação entre meninos, jovens, homens mais velhos ou pelo contato com outras construções midiáticas, por exemplo, de modelos de homens bem-sucedidos.

Nessa ideia de masculinidade, há uma noção hierárquica de identidades. As práticas de masculinidade são manifestadas no mundo ocidental sob forma de duas bases principais: a misoginia e a homofobia. A desqualificação do feminino compõe o cerne destas práticas (KIMMEL, 1998). Como efeito, espera-se reiteradas estruturas de rejeição a comportamentos socialmente atribuídos às mulheres por parte dos homens constituídos da masculinidade. Connell argumenta que quando homens demonstram interesse sexual por outros homens, sua masculinidade é prontamente invalidada. Nessa caracterização da masculinidade, a homossexualidade é relacionada a feminilidade e, em decorrência da negação dos aspectos constituidores do feminino que mantêm o sistema dominante, passa a ser desqualificada e

preterida. Assim, homens LGBTQ+ são vistos desprovidos de masculinidade, e a eles são relegados espaços de exclusão e rejeição.

4.2 Temas sobre lei e ordem

A temática sobre segurança pública esteve intimamente relacionada ao contexto social no Brasil recente. O país atravessou um importante momento de crise política e econômica, acometendo a confiança da população nos partidos situacionistas e no *status quo* político como um todo. As principais preocupações dos eleitores nesse cenário diziam respeito a corrupção e as estruturas de segurança pública do país. Bolsonaro surge com uma agenda de intervenção baseada na adesão de métodos rigorosos, como a flexibilização e regulamentação do porte de armas para os cidadãos, para combater o crime e a corrupção (RENNÓ, 2020). As posições públicas do líder sobre seu conjunto de medidas intervencionistas fez com que (re)emergisse no debate público pólos de posições favoráveis e contrárias às propostas “linha dura” de combate ao crime.

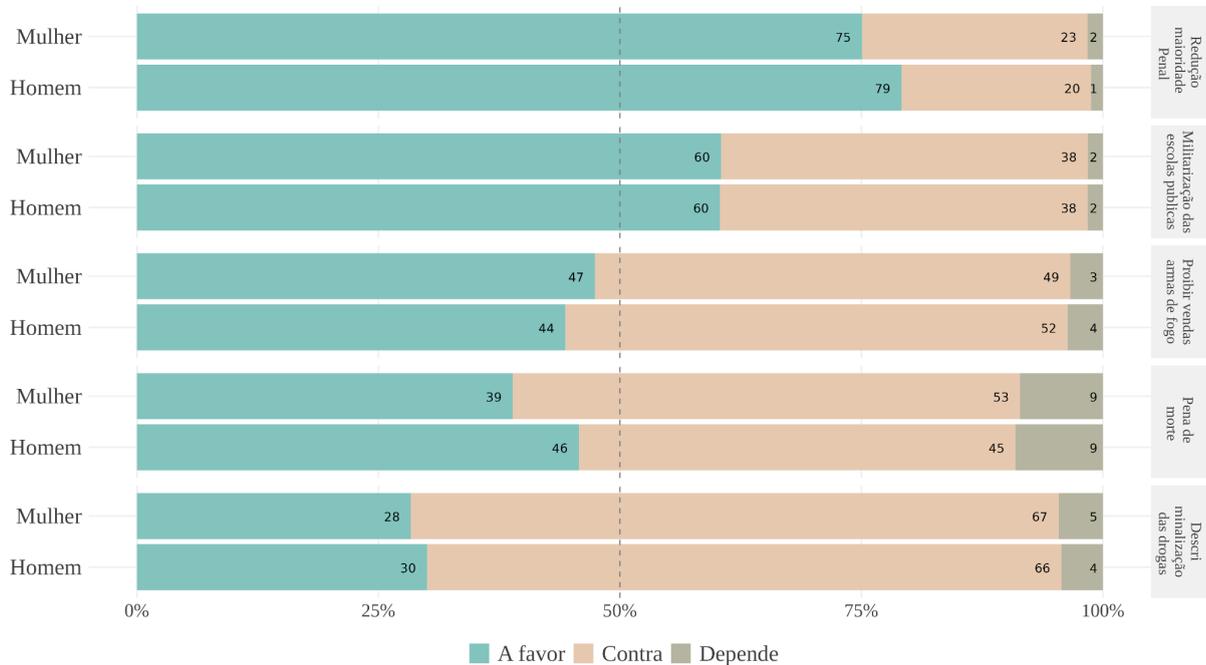
A segunda dimensão dessa análise compreende os temas relativos à regulação da ordem pública. A discussão sobre essa temática geralmente engloba temas sobre a regulação do uso da força por parte do Estado para conter o crime, em ações militares, sobre o controle de armas e a legalização das drogas. Esta seção é responsável por apresentar análises sobre as atitudes dos indivíduos em relação a redução da maioria penal, militarização das escolas públicas, controle de vendas de armas de fogo, pena de morte e descriminalização das drogas.

Nesta dimensão, a relação entre atitudes políticas e gênero será controlada exclusivamente por autoritarismo. Compreende-se uma relação estreita entre visões de ordem pública voltadas para a aplicação rigorosa da lei e o conjunto de atitudes exposto nesta seção.

Em geral, a temática mais apoiada pelos brasileiros é a redução da maioria penal (77%), seguido da militarização das escolas públicas (60%). Em terceiro e quarto lugar esta a restrição da venda de armas de fogo (45%) e a pena de morte (42%). A dimensão que apresenta menos apoio é a legalização das drogas (29%).

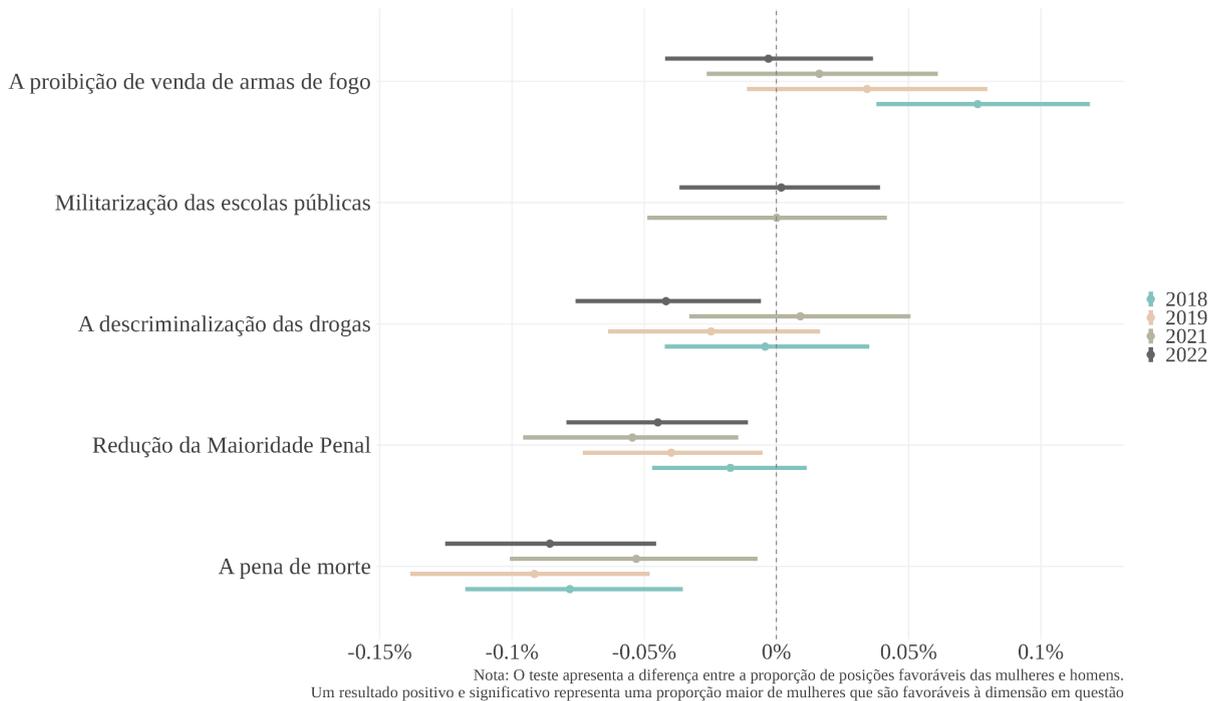
O maior gap de gênero desta dimensão é no apoio a pena de morte (7 p.p), onde 39% das mulheres apoiam contra 46% dos homens. Em seguida, encontram-se as opiniões favoráveis a redução da maioria penal, controle de vendas de armas de fogo e descriminalização das drogas, com um gap de 4 p.p, 3 p.p e 2 p.p, respectivamente. Não há gap nas posições sobre a militarização das escolas públicas.

Gráfico 3. Posicionamentos nas dimensões do conservadorismo e gênero para todos os anos (2018-2022). Respostas a favor, contra e depende



Fonte: A cara da democracia.

Os testes de diferença de proporção apontam que mulheres são mais favoráveis ao controle de vendas de armas de fogo apenas em 2018, os demais anos não apresentam significância estatística. Mulheres, quando comparado aos homens, são proporcionalmente menos favoráveis à redução da maioria penal nos anos de 2019, 2021 e 2022. Também são menos propensas a pena de morte em todos os anos. No tema sobre a descriminalização das drogas, as mulheres são menos favoráveis apenas em 2022. Não há gap nas posições sobre a militarização das escolas públicas nos anos em que o survey compreendeu essa pergunta.

Gráfico 4. Diferença de proporção do apoio aos temas de lei e ordem (2018-2022)

Fonte: A cara da democracia.

Nota: Número de casos/2018: Venda de arma de fogo (2331); Descriminalização drogas (2221); Maioridade Penal (2409); Pena de morte (2121).

Número de casos/2019: Venda de arma de fogo (1886); Descriminalização drogas (1840); Maioridade Penal (1928); Pena de morte (1738).

Número de casos/2021: Venda de arma de fogo (1949); Descriminalização drogas (1894); Maioridade Penal (1951); Pena de morte (1855); Militarização das escolas (1888).

Número de casos/2022: Venda de arma de fogo (2454); Descriminalização drogas (2367); Maioridade Penal (2422); Pena de morte (2378); Militarização das escolas (2384).

O primeiro conjunto de análises multivariadas apresenta as diferenças de gênero sobre as atitudes favoráveis à proibição de venda de armas de fogo. A bibliografia internacional evidencia um consistente gap nessa dimensão. As mulheres demonstram maior propensão a apoiar o controle de armas em questões como o desenvolvimento de legislação para regulamentar o porte e a venda de armas de fogo em comparação com os homens (SHAPIRO; MAHAJAN, 1986). Kleck, Gertz e Bratton (2009) mostram que as mulheres são mais propensas a se preocupar com a violência armada e são mais prováveis de associar o maior acesso às armas com tiroteios em massa. Os pesquisadores também indicam que as mulheres são menos propensas a comprar uma arma de fogo para auto-proteção.

Há uma retórica de gênero em torno da compra e posse de armas que pode influenciar as opiniões sobre a regulação dessas armas de fogo. Uma interessante linha investigativa da

relação entre gênero e o controle de armas encontrou que os homens norte-americanos veem a arma como um importante instrumento para lidar com o medo, com o crime e para reforçar o papel de protetor (CARLSON, 2014). Enquanto as mulheres percebem o aumento do número de armas como um aumento na violência (KLECK; GERTZ; BRATTON, 2009).

O cenário encontrado por meio das análises multivariadas para o Brasil indica que as mulheres, quando comparadas aos homens, são mais prováveis de manifestar posições favoráveis à proibição da venda de armas de fogo. A tabela 1 do modelo 6 apresenta uma análise do gap de gênero ($B = 0.13$, $se = 0.05$, $p = .019$) com os controles incluídos, porém sem o autoritarismo. A tabela 2 mostra que mesmo com a inclusão do autoritarismo, as diferenças continuam ($B = 0.12$, $se = 0.55$, $p = .023$).

O autoritarismo é um importante preditor da proibição da venda de armas de fogo ($B = -0.41$, $se = 0.122$, $p = .001$). Além disso, indivíduos mais à direita e evangélicos são menos favoráveis à proibição. Em contrapartida, indivíduos casados, de mais alta renda e com simpatia a um partido político são mais prováveis de serem favoráveis à proibição.

A tabela 3 e 4 responsáveis por exibir os fatores importantes para homens e mulheres separadamente indicam que embora o autoritarismo tenha um impacto negativo para ambas as atitudes, o nível de significância e os valores betas mudam de acordo com o gênero. Para as mulheres encontram-se resultados ($B = -0.60$, $se = 0.18$, $p = .002$) a um nível de significância é de 1%. Para os homens encontram-se resultados ($B = -0.26$, $se = 0.16$, $p = .09$) a um nível de significância é de 10%. Além disso, ideologia é significativa apenas para os homens ($B = -0.51$, $se = 0.01$, $p = .000$), quanto mais a direita, menos favorável à proibição.

Os modelos separados também parecem mostrar um gap geracional entre as mulheres. A cada um ano de vida, diminui as chances das mulheres serem favoráveis à proibição das vendas de armas de fogo ($B = -0.005$, $se = 0.00$, $p = .04$), ou seja, as gerações mais antigas são as menos favoráveis. Em contrapartida, a idade não é importante para o maior ou menor apoio dos homens ($B = 0.005$, $se = 0.00$, $p = .86$) à proibição.

Os modelos dispostos no [anexo 9](#) mostram que a inclusão do controle de autoritarismo diminui o gap de gênero e fica significativa a um nível de 10% ($B = 0.12$, $se = 0.04$, $p = .00$), porém com a inclusão da variável de filiação religiosa (evangélicos), o gap aumenta ($B = 0.12$, $se = 0.05$, $p = .020$).

Modelo 6. Modelo logístico para apoio a proibição de venda de armas de fogo (2018-2022)

	Dependent variable:			
	Proibição venda de armas (1)	(2)	Apenas mulheres (3)	Apenas homens (4)
Mulher	0.130** (0.055)	0.125** (0.055)		
Autoritárias/os		-0.413*** (0.122)	-0.606*** (0.189)	-0.269* (0.161)
Casadas/os	0.095* (0.056)	0.101* (0.056)	0.052 (0.079)	0.122 (0.080)
Donas de Casa	-0.113 (0.107)	-0.113 (0.107)	-0.087 (0.112)	
Ideologia	-0.035*** (0.009)	-0.034*** (0.009)	-0.016 (0.013)	-0.051*** (0.013)
Partidárias/os	0.124* (0.065)	0.118* (0.065)	0.149 (0.094)	0.086 (0.090)
Evangélicas/os	-0.095 (0.058)	-0.098* (0.058)	-0.067 (0.081)	-0.128 (0.084)
Branças/os	-0.005 (0.056)	-0.006 (0.056)	0.098 (0.080)	-0.107 (0.080)
Escolaridade	0.064*** (0.015)	0.063*** (0.015)	0.073*** (0.021)	0.057*** (0.021)
Renda	0.012 (0.023)	0.011 (0.023)	0.003 (0.033)	0.018 (0.032)
Idade	-0.002 (0.002)	-0.002 (0.002)	-0.005** (0.003)	0.0005 (0.003)
Constant	-0.647*** (0.161)	-0.631*** (0.161)	-0.576** (0.230)	-0.571** (0.224)
Observations	6,243	6,243	3,091	3,153
Log Likelihood	-4,218.527	-4,212.630	-2,084.524	-2,121.259
Akaike Inf. Crit.	8,465.054	8,455.260	4,197.047	4,268.517
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01 Anos compreendidos: 2018-2022 Ano significativo: 2018 e 2019			

Fonte: A cara da democracia.

Gênero não é um preditor significativo para atitudes favoráveis à descriminalização do uso de drogas. A tabela 2 do modelo 7 apresenta que o autoritarismo também não é

significante. Variáveis que foram significativamente relacionadas a essa atitude foram: ideologia, evangélico e idade. Quanto mais à direita, evangélico e mais velho, menos favoráveis à descriminalização do uso de drogas.

A tabela 3 e 4, que apresenta os fatores importantes para homens e mulheres separadamente, indicam que a religião foi importante apenas para os homens ($B = -0.03$, $se = 0.01$, $p = .000$) serem menos propensos a descriminalização.

Os modelos no anexo 10 mostram que, para essa dimensão, o gênero era significativo a um nível de 10% quando controlados por idade, renda, escolaridade, status matrimonial, cor, situação ocupacional e autoritarismo. Quando é adicionado na equação estatística a ideologia e o partidarismo, o gênero perde significância.

Modelo 7. Modelo logístico para apoio a descriminalização das drogas (2018-2022)

=====				
Dependent variable:				
	Descriminalização das drogas		Apenas mulheres	Apenas homens
	(1)	(2)	(3)	(4)

Mulher	-0.037 (0.060)	-0.036 (0.060)		
Autoritárias/os		0.059 (0.127)	0.146 (0.191)	-0.001 (0.171)
Casadas/os	-0.063 (0.061)	-0.064 (0.061)	-0.128 (0.088)	-0.023 (0.087)
Donas de Casa	0.015 (0.118)	0.015 (0.118)	0.009 (0.123)	
Ideologia	-0.036*** (0.010)	-0.036*** (0.010)	-0.035** (0.014)	-0.037*** (0.014)
Partidárias/os	0.013 (0.071)	0.014 (0.071)	0.079 (0.103)	-0.048 (0.099)
Evangélicas/os	-0.156** (0.065)	-0.156** (0.065)	-0.083 (0.090)	-0.221** (0.093)
Branças/os	0.056 (0.061)	0.056 (0.061)	0.112 (0.087)	0.013 (0.086)
Escolaridade	0.015 (0.016)	0.016 (0.016)	0.013 (0.023)	0.020 (0.022)
Renda	0.036 (0.025)	0.036 (0.025)	0.002 (0.036)	0.062* (0.035)
Idade	-0.008*** (0.002)	-0.008*** (0.002)	-0.011*** (0.003)	-0.005* (0.003)
Constant	-0.658*** (0.176)	-0.660*** (0.176)	-0.554** (0.253)	-0.790*** (0.242)

Observations	6,243	6,243	3,091	3,153
Log Likelihood	-3,698.324	-3,698.218	-1,817.417	-1,877.361
Akaike Inf. Crit.	7,424.648	7,426.437	3,662.834	3,780.722
=====				
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01			
	Anos compreendidos: 2018-2022			
	Ano significante: 2018 e 2019			

Fonte: A cara da democracia.

As análises da tabela 1 do modelo 8 evidenciam que há um gap de gênero sobre as posições favoráveis a pena de morte. Em geral, mulheres, quando comparado aos homens, são menos prováveis a serem favoráveis a essa dimensão. A tabela 2 mostra que após a inclusão do autoritarismo, as diferenças continuam ($B = -0.23$, $se = 0.05$, $p = .000$).

O autoritarismo é um importante preditor das posições favoráveis a pena de morte ($B = 0.53$, $se = 0.11$, $p = .000$). Outros preditores com impacto positivo foram ideologia, cor e renda (a um nível de 10% de confiança). Ou seja, quanto mais a direita, branco e com rendas mais altas, mais prováveis de serem a favor da pena de morte. Preditores importantes com relação negativa foram partidarismo, evangélico e idade. Indivíduos que têm simpatia por um partido político, se declaram evangélicos e mais velhos são menos prováveis de serem favoráveis a pena de morte.

Os modelos das tabelas 3 e 4 responsáveis por exibir os fatores importantes para homens e mulheres separadamente indicam que embora o autoritarismo tenha um impacto positivo para ambas as atitudes, o nível de significância e os valores betas mudam de acordo com o gênero. Para as mulheres encontram-se resultados ($B = 0.34$, $se = 0.17$, $p = .05$) a um nível de significância é de 1%. Para os homens encontram-se resultados ($B = 0.67$, $se = 0.15$, $p = .000$) a um nível de significância é de 10%. Além disso, a ideologia também performa com diferentes betas para homens e mulheres.

Os modelos dispostos no anexo 11 mostram a consistência do gap de gênero para as atitudes favoráveis a pena de morte.

Modelo 8. Modelo logístico para apoio a pena de morte (2018-2022)

=====				
Dependent variable:				
	Pena de morte		Apenas mulheres	Apenas homens
	(1)	(2)	(3)	(4)

Mulher	-0.239*** (0.055)	-0.233*** (0.055)		
Autoritárias/os		0.534*** (0.118)	0.349* (0.178)	0.676*** (0.159)
Casadas/os	-0.016 (0.056)	-0.023 (0.056)	-0.087 (0.081)	0.014 (0.079)
Donas de Casa	0.029 (0.109)	0.028 (0.109)	0.042 (0.114)	
Ideologia	0.046*** (0.009)	0.046*** (0.009)	0.025* (0.013)	0.069*** (0.013)
Partidárias/os	-0.130** (0.066)	-0.122* (0.066)	-0.229** (0.097)	-0.031 (0.090)
Evangélicas/os	-0.207*** (0.059)	-0.204*** (0.059)	-0.166** (0.083)	-0.229*** (0.084)
Branças/os	0.111** (0.056)	0.113** (0.056)	0.099 (0.081)	0.133* (0.079)
Escolaridade	-0.014 (0.015)	-0.013 (0.015)	0.009 (0.021)	-0.036* (0.020)
Renda	0.039* (0.023)	0.041* (0.023)	-0.001 (0.034)	0.076** (0.032)
Idade	-0.007*** (0.002)	-0.007*** (0.002)	-0.010*** (0.003)	-0.005* (0.003)
Constant	-0.118 (0.161)	-0.140 (0.161)	-0.171 (0.232)	-0.346 (0.222)

Observations	6,243	6,243	3,091	3,153
Log Likelihood	-4,211.181	-4,200.795	-2,050.431	-2,139.347
Akaike Inf. Crit.	8,450.362	8,431.590	4,128.862	4,304.694
=====				
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01			
	Anos compreendidos: 2018-2022			
	Ano signficante: 2019			

Fonte: A cara da democracia.

As análises da tabela 1 do modelo 9 evidenciam que há um gap de gênero sobre as posições favoráveis à redução da maioridade penal. Em geral, mulheres, quando comparado aos homens, são menos prováveis a serem favoráveis a essa dimensão. A tabela 2 mostra que após a inclusão do autoritarismo, as diferenças continuam ($B = -0.30$, $se = 0.06$, $p = .000$).

O autoritarismo é um importante preditor das posições favoráveis a pena de morte ($B = 0.34$, $se = 0.15$, $p = .02$). De acordo com a tabela 2, ser casado, posicionado mais à direita, evangélico (a um nível de 10% de confiança), com maior escolaridade e mais velho têm impacto positivo na variável dependente, o que os torna com maior probabilidade de serem favoráveis à redução da maioridade penal. O partidarismo foi significativo e com uma relação positiva.

Os modelos das tabelas 3 e 4 responsáveis por exibir os fatores importantes para homens e mulheres separadamente indicam que o autoritarismo foi significativo apenas para as mulheres ($B = 0.42$, $se = 0.22$, $p = .06$). Partidarismo foi significante para as mulheres ($B = -0.29$, $se = 0.10$, $p = .00$), ou seja, mulheres que simpatizam com um partido político apresentam menos chance de serem favoráveis à redução da maioridade penal. A idade ($B = 0.00$, $se = 0.00$, $p = .09$) teve significância apenas para os homens a um nível de 10% de confiança. Homens mais velhos apresentam maior probabilidade de ser favorável à dimensão.

Os modelos dispostos no anexo 12 mostram que a inclusão da variável religião é importante para aumentar o gap de gênero para a redução da maioridade penal. O primeiro modelo onde são incluídos os controles de idade, renda, escolaridade, status matrimonial e cor, apresenta valores para a variável Mulher ($B = -0.26$, $se = 0.05$, $p = .000$). Já o último modelo que foi controlado com autoritarismo, ideologia, partidarismo e evangélicos apresenta valores para a variável Mulher ($B = -0.31$, $se = 0.06$, $p = .000$).

Modelo 9. Modelo logístico para apoio a redução da maioria penal (2018-2022)

=====				
Dependent variable:				
	Redução da maioria penal		Apenas mulheres	Apenas homens
	(1)	(2)	(3)	(4)

Mulher	-0.305*** (0.064)	-0.302*** (0.064)		
Autoritárias/os		0.340** (0.154)	0.423* (0.225)	0.234 (0.213)
Casadas/os	0.240*** (0.066)	0.236*** (0.066)	0.174* (0.090)	0.307*** (0.100)
Donas de Casa	-0.115 (0.120)	-0.117 (0.120)	-0.108 (0.124)	
Ideologia	0.064*** (0.010)	0.064*** (0.010)	0.039*** (0.014)	0.095*** (0.015)
Partidárias/os	-0.231*** (0.073)	-0.226*** (0.073)	-0.293*** (0.100)	-0.150 (0.107)
Evangélicas/os	0.113* (0.069)	0.117* (0.069)	0.013 (0.091)	0.262** (0.107)
Branças/os	0.105 (0.067)	0.106 (0.067)	0.070 (0.090)	0.155 (0.100)
Escolaridade	0.073*** (0.017)	0.073*** (0.017)	0.073*** (0.023)	0.066*** (0.025)
Renda	0.011 (0.027)	0.012 (0.027)	0.009 (0.038)	0.018 (0.040)
Idade	0.005** (0.002)	0.005** (0.002)	0.004 (0.003)	0.006* (0.003)
Constant	-0.096 (0.186)	-0.110 (0.186)	-0.147 (0.256)	-0.397 (0.269)

Observations	6,243	6,243	3,091	3,153
Log Likelihood	-3,354.142	-3,351.565	-1,776.711	-1,567.546
Akaike Inf. Crit.	6,736.284	6,733.130	3,581.422	3,161.093
=====				
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01			
	Anos compreendidos: 2018-2022			
	Ano significante: 2018 e 2019			

Fonte: A cara da democracia.

Gênero não é um preditor significativo para atitudes favoráveis à militarização das escolas públicas. A tabela 2 do modelo 10 apresenta que o autoritarismo é um preditor significativo ($B = 0.75$, $se = 0.21$, $p = .001$) e positivo. Indivíduos autoritários apresentam maior probabilidade de apoiarem a militarização das escolas. Outras variáveis que foram significativamente relacionadas a essa atitude foram: ideologia e evangélico. Ao apresentarem relação positiva com a variável dependente, mostram que ser mais à direita e ser evangélico aumentam as chances de apoiarem a militarização das escolas. A escolaridade também foi significativa e com impacto negativo, quanto maior a escolaridade, menor a chance de apoiarem a temática.

A tabela 3 e 4, que apresenta os fatores importantes para homens e mulheres separadamente, indicam que o autoritarismo está significativamente relacionado com a militarização das escolas públicas para ambos. Nesta temática, ter simpatia partidária foi importante apenas para as mulheres ($B = 0.75$, $se = 0.21$, $p = .001$).

Modelo 10. Modelo logístico para apoio a militarização das escolas públicas (2021 e 2022)

=====				
Dependent variable:				
	Militarização das escolas públicas		Apenas mulheres	Apenas homens
	(1)	(2)	(3)	(4)

Mulher	0.106 (0.081)	0.109 (0.081)		
Autoritárias/os		0.752*** (0.218)	0.918*** (0.329)	0.597** (0.293)
Casadas/os	0.104 (0.085)	0.095 (0.086)	0.020 (0.121)	0.187 (0.123)
Donas de Casa	-0.057 (0.214)	-0.049 (0.214)	-0.040 (0.223)	
Ideologia	0.168*** (0.014)	0.168*** (0.014)	0.135*** (0.019)	0.205*** (0.020)
Partidárias/os	-0.188* (0.100)	-0.182* (0.100)	-0.309** (0.140)	-0.023 (0.145)
Evangélicas/os	0.321*** (0.088)	0.331*** (0.088)	0.361*** (0.121)	0.299** (0.128)
Branças/os	0.048 (0.087)	0.055 (0.087)	0.123 (0.123)	-0.016 (0.123)
Escolaridade	-0.220*** (0.022)	-0.220*** (0.022)	-0.234*** (0.032)	-0.212*** (0.032)
Renda	-0.026 (0.039)	-0.022 (0.039)	-0.029 (0.055)	-0.019 (0.055)
Idade	0.002 (0.003)	0.001 (0.003)	0.002 (0.004)	0.001 (0.004)
Constant	0.940*** (0.230)	0.910*** (0.231)	1.344*** (0.324)	0.596* (0.327)

Observations	3,244	3,244	1,628	1,617
Log Likelihood	-1,958.742	-1,952.172	-987.015	-960.491
Akaike Inf. Crit.	3,941.483	3,930.345	1,998.030	1,942.981
=====				
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01			
	Anos compreendidos: 2021-2022			
	Ano significante: 2021			

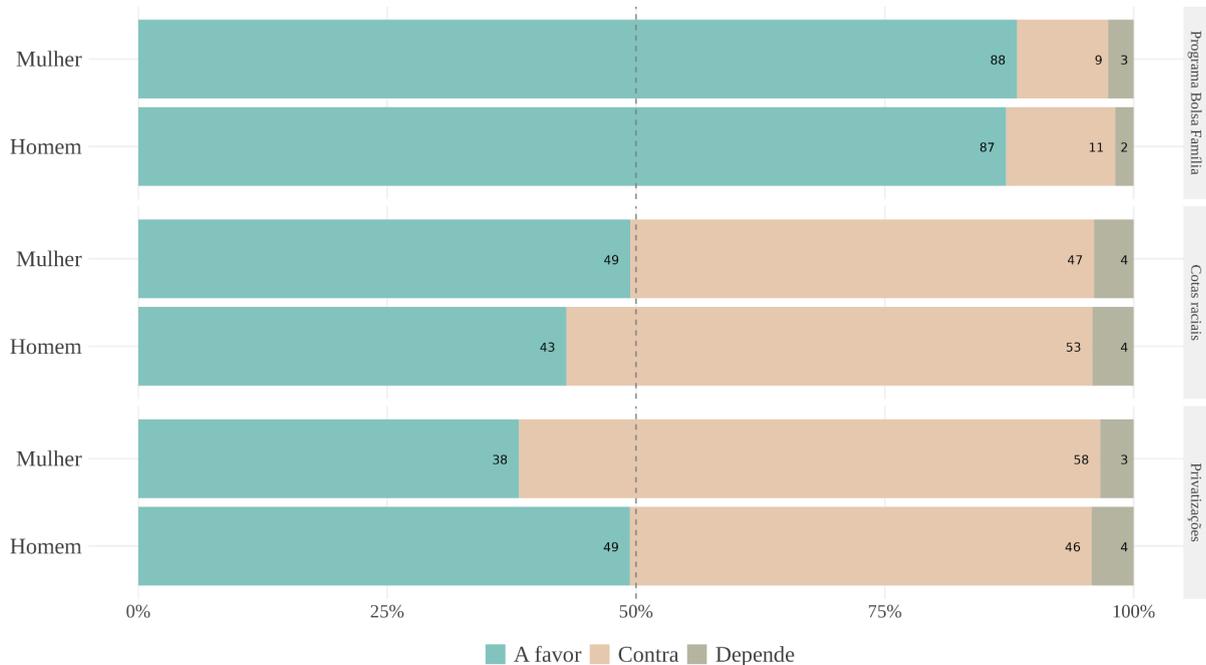
Fonte: A cara da democracia.

4.3 Temas sobre políticas sociais e posições econômicas

A terceira e última dimensão desta análise compreende os temas relativos às políticas sociais e posições econômicas. Esta seção é responsável por apresentar análises sobre a relação entre gênero e atitudes sobre o programa bolsa família, a política de cotas raciais e privatizações no setor público. Nesta dimensão, a relação entre atitudes políticas e gênero será controlada exclusivamente por igualitarismo. Compreende-se uma relação estreita entre a promoção da igualdade de oportunidades, redistribuição de renda e indivíduos que endossam valores igualitários.

Em geral, a temática mais apoiada pelos brasileiros é o programa Bolsa Família (87%), seguido da política de cotas raciais (46%), e, por último, as privatizações no setor público (43%). O maior gap de gênero é no apoio às privatizações (11 p.p), onde 38% das mulheres apoiam contra 49% dos homens. Em seguida, encontram-se as opiniões favoráveis à política de cotas raciais com um gap de 6 p.p. Não há nenhum gap relacionado ao programa do bolsa família.

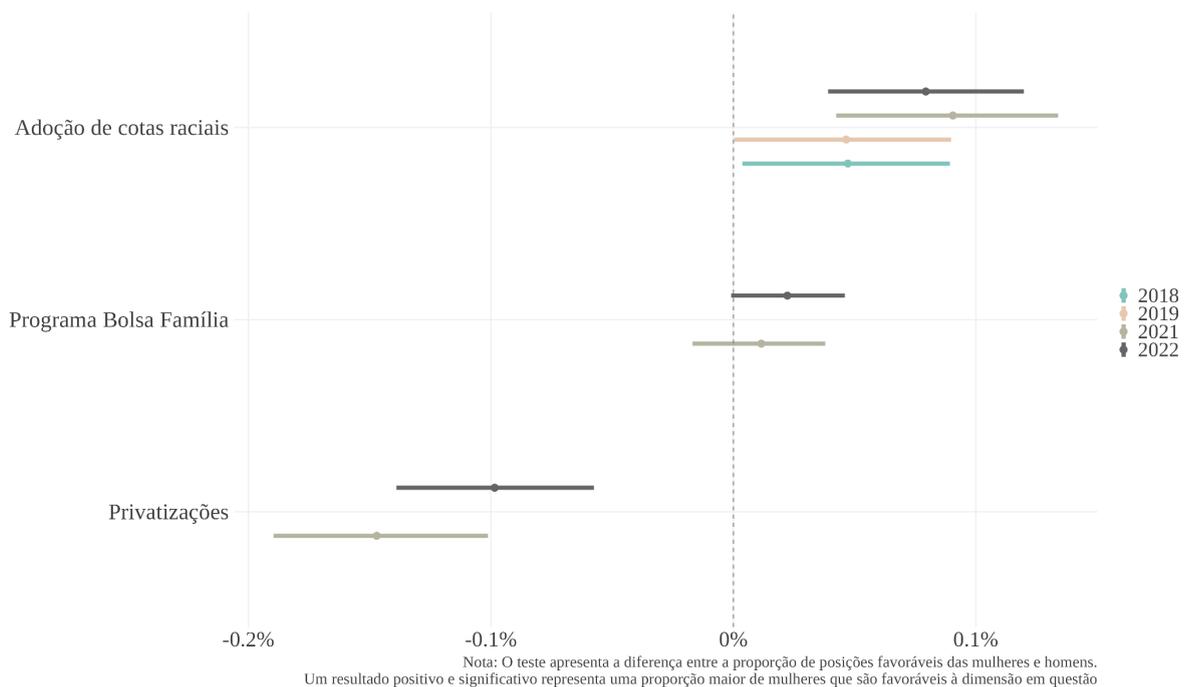
Gráfico 5. Posicionamentos nas dimensões do conservadorismo e gênero para todos os anos (2018-2022). Respostas a favor, contra e depende



Fonte: A cara da democracia.

Os testes de diferença de proporção apontam que mulheres, quando comparado aos homens, são mais favoráveis à adoção da política de cotas raciais. Mulheres são proporcionalmente menos favoráveis à privatizações no setor público em todas as sondagens em que essa pergunta é incluída. Não há gap nas posições sobre o programa bolsa família.

Gráfico 6. Diferença de proporção do apoio aos temas políticas sociais e posições liberais econômicas (2018-2022)



Fonte: A cara da democracia.

Nota: Número de casos/2018: Cotas (2121).

Número de casos/2019: Cotas (1722).

Número de casos/2021: Cotas (1826); Privatizações (1754); Bolsa Família (1949).

Número de casos/2022: Cotas (2245); Privatizações (2204); Bolsa Família (2475).

As análises da tabela 1 do modelo 11 evidenciam que há um gap de gênero sobre as posições favoráveis à adoção de cotas raciais. Ser mulher apresenta um coeficiente positivo ($B = 0.27$, $se = 0.05$, $p = .000$), o indica que as mulheres são mais propensas a esta política em comparação com os homens.

Na tabela 2, após a inclusão da variável "Igualitárias/os", os resultados indicam que, mesmo após ajustes para o endosso de valores igualitários, ainda há gap de gênero ($B = 0.27$, se

= 0.05, $p = .000$). Valor beta neste cenário permanecem praticamente os mesmos. Outros preditores importantes com impacto positivo são simpatia partidária e escolaridade. Indivíduos que possuem simpatia a um partido e com rendas mais altas apresentam maiores chances de apoiar a adoção de cotas raciais. Em contrapartida, indivíduos mais à direita do espectro ideológico, donas de casa, evangélicos e mais velhos apresentam menores chances de serem favoráveis a esse tema.

As tabelas 3 e 4 responsáveis por apresentar os modelos separados por homens e mulheres mostram que o igualitarismo desempenha um papel importante para os homens: homens que endossam valores igualitários apresentam maiores probabilidades de apoiarem a adoção de cotas raciais em comparação com aqueles que não endossam esse valor. O mesmo não acontece para as mulheres. Além disso, ser dona de casa apresentou relação significativa com essa temática. Mulheres que são donas de casa, apresentam menores chances de serem favoráveis à adoção de cotas quando comparado com mulheres que não se declararam donas de casa.

Os modelos do anexo 14 mostram que a inclusão da variável de religião (ser evangélico) é importante para aumentar o valor beta para a variável mulher. No primeiro modelo, apenas com a inclusão dos controles sociodemográficos os valores beta eram ($B = 0.21$, $se = 0.04$, $p = .000$), já nos últimos modelos, os valores foram ($B = 0.27$, $se = 0.04$, $p = .000$)

Modelo 11. Modelo logístico para apoio às cotas raciais (2018-2022)

	Dependent variable:			
	Adoção de cotas raciais (1)	(2)	Apenas mulheres (3)	Apenas homens (4)
Mulher	0.271*** (0.055)	0.272*** (0.056)		
Igualitárias/os		0.371** (0.166)	0.266 (0.235)	0.468** (0.235)
Casadas/os	-0.063 (0.056)	-0.065 (0.057)	-0.113 (0.080)	-0.0004 (0.082)
Donas de Casa	-0.299*** (0.110)	-0.297*** (0.110)	-0.284** (0.115)	
Ideologia	-0.066*** (0.009)	-0.065*** (0.009)	-0.060*** (0.013)	-0.071*** (0.013)
Partidárias/os	0.284*** (0.066)	0.275*** (0.066)	0.294*** (0.095)	0.263*** (0.092)
Evangélicas/os	-0.180*** (0.059)	-0.180*** (0.060)	-0.192** (0.082)	-0.172** (0.086)
Branças/os	-0.074 (0.057)	-0.071 (0.057)	-0.079 (0.081)	-0.069 (0.081)
Escolaridade	0.085*** (0.015)	0.083*** (0.015)	0.090*** (0.021)	0.076*** (0.021)
Renda	0.020 (0.023)	0.017 (0.023)	0.049 (0.034)	-0.013 (0.033)
Idade	-0.008*** (0.002)	-0.008*** (0.002)	-0.006** (0.003)	-0.010*** (0.003)
Constant	-0.316* (0.162)	-0.274* (0.164)	-0.239 (0.233)	-0.023 (0.228)
Observations	6,243	6,172	3,048	3,125
Log Likelihood	-4,142.149	-4,097.744	-2,042.515	-2,052.823
Akaike Inf. Crit.	8,312.299	8,225.488	4,113.030	4,131.646
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01 Anos compreendidos: 2018-2022 Ano significante: 2021			

Fonte: A cara da democracia.

As análises da tabela 1 do modelo 12 evidenciam que não há um gap de gênero sobre as posições favoráveis ao programa bolsa família. O igualitarismo também não foi importante para essa relação. Variáveis que se correlacionam com as posições favoráveis ao programa são status matrimonial, ideologia, simpatia partidária, religião, escolaridade, renda e idade. Ser cassado, mais à direita, com mais alta escolaridade e renda e mais velhos são menos propensos

a apoiar o programa bolsa família. Enquanto que simpatizar com um partido político e ser evangélico (a um nível de 10% de confiança) aumentam as chances.

As tabelas 3 e 4 responsáveis por apresentar os modelos separados por homens e mulheres evidenciam que a ideologia desempenha um papel importante para os homens: homens que se autodeclararam mais à direita apresentam menores probabilidades de apoiarem o programa. O mesmo não acontece para as mulheres. Para as mulheres, a renda está relacionada negativamente, ou seja, quanto maior a renda, menor é a chance de ser favorável ao programa bolsa família.

Modelo 12. Modelo logístico para apoio ao programa bolsa família (2021 e 2022)

	Dependent variable:			
	0 programa bolsa família (1)	Apenas mulheres (2)	Apenas mulheres (3)	Apenas homens (4)
Mulher	-0.006 (0.114)	0.009 (0.115)		
Igualitárias/os		0.128 (0.386)	0.539 (0.622)	-0.174 (0.497)
Casadas/os	-0.212* (0.116)	-0.204* (0.116)	-0.053 (0.168)	-0.395** (0.167)
Donas de Casa	0.101 (0.313)	0.077 (0.313)	0.049 (0.322)	
Ideologia	-0.051*** (0.020)	-0.050** (0.020)	-0.026 (0.028)	-0.075*** (0.029)
Partidárias/os	0.505*** (0.163)	0.514*** (0.165)	0.498** (0.235)	0.497** (0.232)
Evangélicas/os	0.230* (0.127)	0.231* (0.128)	0.221 (0.180)	0.264 (0.183)
Branças/os	-0.145 (0.117)	-0.135 (0.118)	-0.125 (0.170)	-0.150 (0.165)
Escolaridade	-0.183*** (0.031)	-0.183*** (0.031)	-0.190*** (0.045)	-0.175*** (0.044)
Renda	-0.141*** (0.054)	-0.137** (0.055)	-0.176** (0.078)	-0.085 (0.078)
Idade	-0.023*** (0.004)	-0.023*** (0.004)	-0.029*** (0.006)	-0.015*** (0.006)
Constant	5.047*** (0.346)	5.034*** (0.350)	5.290*** (0.492)	4.716*** (0.493)
Observations	3,320	3,259	1,644	1,616
Log Likelihood	-1,151.778	-1,131.815	-554.831	-575.320
Akaike Inf. Crit.	2,327.557	2,289.630	1,133.661	1,172.640

Note: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01
Anos compreendidos: 2021-2022
Ano significante: 2021

Fonte: A cara da democracia.

As análises da tabela 1 do modelo 13 evidenciam que há um gap de gênero sobre as posições favoráveis às privatizações no setor público. Ser mulher apresenta um coeficiente positivo ($B = -0.39$, $se = 0.07$, $p = .000$), o indica que as mulheres são mais propensas a esta política em comparação com os homens.

Na tabela 2, após a inclusão da variável "Igualitárias/os", os resultados indicam que, mesmo após ajustes para o endosso de valores igualitários, ainda há gap de gênero ($B = -0.40$, $se = 0.07$, $p = .000$). Valor beta neste cenário permanecem praticamente os mesmos. Outros preditores importantes com impacto positivo são ideologia, cor e idade. Indivíduos que se posicionam mais à direita, são brancos e mais velhos apresentam maiores chances de apoiar as privatizações. Em contrapartida, indivíduos igualitários e partidários apresentam menores chances de serem favoráveis às privatizações.

As tabelas 3 e 4 responsáveis por apresentar os modelos separados por homens e mulheres mostram que o igualitarismo, partidarismo, cor e idade desempenham um papel importante para os homens: homens que endossam valores igualitários e possuem simpatia por um partido político apresentam menores probabilidades de apoiarem o tema. Já os homens que são brancos e mais velhos têm maiores chances de serem favoráveis. Cor, idade, partidarismo e igualitarismo não importa para as mulheres. Mulheres com mais alta escolaridade possuem menores chances de serem favoráveis às privatizações no setor público do que as mulheres com mais baixa escolaridade.

Os modelos do [anexo 16](#) exibem que a inclusão da variável de religião (ser evangélico) é importante para aumentar o valor beta para a variável mulher. No primeiro modelo, apenas com a inclusão dos controles sociodemográficos os valores beta eram ($B = -0.38$, $se = 0.06$, $p = .000$), já nos últimos modelos, os valores foram ($B = -0.40$, $se = 0.07$, $p = .000$).

Modelo 13. Modelo logístico para apoio às privatizações no setor público (2021 e 2022)

	Dependent variable:			
	Privatizações no setor público (1)	Apenas mulheres (2)	Apenas mulheres (3)	Apenas homens (4)
Mulher	-0.390*** (0.077)	-0.402*** (0.078)		
Igualitárias/os		-0.781*** (0.283)	-0.577 (0.399)	-0.984** (0.401)
Casadas/os	0.061 (0.081)	0.067 (0.082)	-0.012 (0.119)	0.136 (0.116)
Donas de Casa	0.186 (0.208)	0.204 (0.210)	0.158 (0.217)	
Ideologia	0.136*** (0.013)	0.136*** (0.013)	0.097*** (0.019)	0.170*** (0.019)
Partidárias/os	-0.215** (0.098)	-0.223** (0.098)	0.0001 (0.141)	-0.389*** (0.137)
Evangélicas/os	-0.121 (0.083)	-0.102 (0.084)	-0.112 (0.119)	-0.094 (0.120)
Branças/os	0.205** (0.083)	0.192** (0.084)	0.084 (0.122)	0.301** (0.118)
Escolaridade	-0.020 (0.020)	-0.024 (0.021)	-0.104*** (0.030)	0.041 (0.029)
Renda	0.018 (0.037)	0.031 (0.038)	0.067 (0.055)	0.014 (0.053)
Idade	0.006** (0.003)	0.006** (0.003)	0.002 (0.004)	0.010** (0.004)
Constant	-0.987*** (0.224)	-0.972*** (0.227)	-0.425 (0.317)	-1.857*** (0.326)
Observations	3,112	3,068	1,493	1,576
Log Likelihood	-2,052.802	-2,016.259	-978.889	-1,021.078
Akaike Inf. Crit.	4,129.605	4,058.518	1,981.778	2,064.156
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01 Anos compreendidos: 2021-2022 Ano significante: -			

Fonte: A cara da democracia.

De modo a sintetizar todos os modelos analisados neste capítulo, abaixo apresenta-se um resumo dos efeitos de acordo com as dimensões, as variáveis dependentes e independentes. É possível notar que, a variável mulher apenas não apresenta significância estatística em três das treze variáveis dependentes. Ser dona de casa não apresentou relação com a maioria das dimensões, com exceção de uma. Ser dona de casa diminui as chances de ser favorável à adoção de cotas raciais.

Figura 2. Resumo dos efeitos por dimensão.

	Mulher	Igualitáras/os	Autoritários	Casadas/os	Donas de casa	Ideologia	Partidárias/os	Evangélicas/os	Branças/os	Escolaridade	Renda	Idade
Temas sociais e morais tradicionais												
Legalização do aborto*	Verde	Verde	Branca	Verde	Cinza	Vermelha	Cinza	Vermelha	Cinza	Verde	Cinza	Vermelha
Prisão de mulheres que abortam	Vermelha	Branca	Verde	Verde	Cinza	Verde	Cinza	Verde	Cinza	Vermelha	Vermelha	Vermelha
Discussão desigualdade de gênero	Verde	Cinza	Branca	Vermelha	Cinza	Vermelha	Cinza	Vermelha	Vermelha	Verde	Vermelha	Vermelha
Casamento civil igualitário	Verde	Verde	Branca	Vermelha	Cinza	Vermelha	Verde	Vermelha	Cinza	Verde	Cinza	Vermelha
Adoção de criança por um casal gay	Verde	Verde	Branca	Vermelha	Cinza	Vermelha	Cinza	Vermelha	Cinza	Verde	Cinza	Vermelha
Temas sobre lei e ordem												
Proibição de vendas de arma de fogo	Verde	Branca	Vermelha	Verde	Cinza	Vermelha	Verde	Vermelha	Cinza	Verde	Cinza	Vermelha
Descriminalização das drogas	Cinza	Branca	Cinza	Cinza	Cinza	Vermelha	Cinza	Vermelha	Cinza	Cinza	Cinza	Vermelha
Pena de morte	Vermelha	Branca	Verde	Cinza	Cinza	Verde	Verde	Vermelha	Verde	Cinza	Cinza	Vermelha
Redução da maioridade penal	Vermelha	Branca	Verde	Cinza	Cinza	Vermelha	Vermelha	Vermelha	Cinza	Verde	Cinza	Verde
Militarização das escolas públicas	Cinza	Branca	Verde	Cinza	Cinza	Verde	Vermelha	Verde	Cinza	Vermelha	Cinza	Vermelha
Temas sobre políticas sociais e posições econômicas												
Adoção de cotas raciais	Verde	Verde	Branca	Cinza	Vermelha	Vermelha	Verde	Vermelha	Cinza	Verde	Cinza	Vermelha
Programa Bolsa Família	Cinza	Cinza	Branca	Vermelha	Cinza	Vermelha	Verde	Verde	Cinza	Vermelha	Vermelha	Vermelha
Privatizações no setor público	Vermelha	Vermelha	Branca	Cinza	Cinza	Verde	Vermelha	Cinza	Verde	Vermelha	Cinza	Verde

Fonte: A cara da democracia.

Nota: Cor verde indica efeito positivo, vermelha indica efeito negativo, cinza ausência de significância estatística e branca quando a variável não é mensurada no modelo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto político e social do Brasil recente foi permeado por tensões em torno da agenda de gênero e de grupos LGBTQ+. As modificações e avanços em prol de uma nova estruturação do *status quo* a partir da expansão de direitos sexuais e reprodutivos mobilizou atores conservadores, especialmente religiosos, organizados para conter as transformações sociais e manter a hegemonia vigente.

O ressentimento dos eleitores com as elites e a política fez com que alcançasse a liderança do país personagens populistas à direita com discursos nacionalistas que alarmavam sobre a integridade econômica do país diante de uma ameaça comunista e aos problemas de estruturação social em um cenário de mudança de valores tradicionais. Da forma como o conservadorismo no Brasil foi consolidado, é possível caracterizá-lo a partir de múltiplas dimensões. Discussões em torno de agendas como segurança pública, corrupção, legalização do aborto, das drogas e a visibilidade sobre pautas LGBTQ+ foram responsáveis por gerar marcadas divergências entre os eleitores e consequências políticas.

Neste cenário, buscou-se investigar se e como os conflitos políticos refletiram na estruturação das opiniões de diferentes atores. Alguns questionamentos que guiaram a pesquisa foram embasados a partir da relação entre gênero e atitudes políticas: existe diferença de gênero nas dimensões do conservadorismo? Para qual direção aponta essa diferença? De qual maneira as disparidades de gênero se mantêm quando o modelo teórico abarca outras questões importantes para as dimensões do conservadorismo?

O gênero desempenha papel importante na formação da opinião pública. A bibliografia internacional articulada, como um todo, sugere que as diferenças e similaridades de gênero na opinião pública podem ser resumidas em três eixos principais. O primeiro, conclui que é limitado o conjunto de opiniões onde é possível encontrar padrões consistentes de diferenças de gênero. Mulheres tendem a se diferenciar dos homens em opiniões sobre a expansão de direitos para grupos LGBTQ+ como legislações que protejam direitos trabalhistas, direitos de se casar e adoção de crianças. Além disso, mulheres também tendem a manifestar visões divergentes sobre o papel do Estado como regulador da segurança pública do país a partir do controle de armas, pena de morte e em alguns aspectos da atuação em guerras e militarismo.

Segundo, as disparidades de gênero encontradas na opinião pública tendem a ser de tamanhos modestos. Os estudos apontam para gaps de gênero que circunscrevem, quando pequenos, patamares de 6, quando amplos, de 20 pontos percentuais. Uma análise de vinte anos de atitudes sobre o controle de armas e a pena o maior mostrou que o gap de gênero no apoio a

esses temas alcançou patamares máximos de 20 e 13 pontos, respectivamente (SAPIRO, 2002). Quando essas análises se voltam para mensurar as disparidades no voto, as pesquisadoras concluem que a maioria dos homens e mulheres, de modo geral, apoiam os mesmos candidatos, porém em graus diferentes (SAPIRO, 2003). Ainda assim, diferenças de gênero em atitudes políticas captam relevante interesse acadêmico devido seus potencial de incidir em resultados políticos.

Terceiro e por último, a existência do gap de gênero na opinião pública depende do contexto histórico e político de cada país. As investigações sobre as diferenças de gênero que almejam comparar diferentes países ou diferentes eleições falham ao encontrar padrões de comportamentos e atitudes ao longo do tempo. As disparidades de gênero flutuam de acordo com o contexto eleitoral, com as características das estruturas sociais em que mulheres e homens estão inseridos, com o ambiente em que ambos podem pensar sobre política e das circunstâncias econômicas que vão demandar de políticas públicas.

No contexto da América Latina, a presente pesquisa analisou a relação entre gênero e o fenômeno do conservadorismo multidimensional que perpassou a história política recente do país. Mais especificamente, o objetivo principal foi investigar as diferenças de gênero em um conjunto de atitudes e preferências. Além disso, almejou investigar como posições autoritárias e valores igualitários podem interferir em razão de diminuir o gap de gênero sobre essas temáticas. Foram agregadas treze questões do survey em três dimensões. São elas: (i) temas sociais e morais tradicionais; (ii) visões sobre lei e ordem; e, (iii) políticas sociais e posições econômicas.

Os resultados para a primeira dimensão, temas sociais e morais, indicam que quando controlado por religiosidade (frequência a cultos religiosos), mulheres são mais propensas a apoiarem a legalização do aborto. Evidenciam também que são as mulheres as menos prováveis a apoiar a prisão de outras mulheres que interrompem a gravidez. Além disso, são as mulheres as mais favoráveis aos direitos dos homossexuais em adotar uma criança e a se casarem. O igualitarismo não foi importante para diminuir as diferenças entre homens e mulheres a ponto de as deixarem sem significância estatística.

Ainda nessa dimensão, a discrepância percentual entre o apoio a legalização do aborto e a prisão de mulheres que interrompem uma gravidez pode sugerir novos caminhos de mensuração da opinião das brasileiras e dos brasileiros sobre a temática. Uma pequena variação entre a pergunta clássica sobre a possibilidade de legalização do aborto para a mensuração das opiniões sobre o tipo de punição que deve incorrer e casos de abortamento já demonstrou o tamanho da complexidade e multiplicidade do fenômeno. Outras técnicas, como experimento

em listas, e novas perguntas para mensurar a temática do aborto pode colher informações que ficam sem ser conhecidas.

Os achados para a segunda dimensão, temas relativos à regulação da ordem pública, mostram que as mulheres são mais propensas a apoiar o controle de armas, ou seja, são mais propensas a serem favoráveis à proibição da venda de armas de fogo. Mulheres e homens não se diferenciam em posições sobre o apoio da legalização das drogas e em posições favoráveis à militarização das escolas públicas. Mulheres também apresentam menor probabilidade de serem favoráveis a pena de morte e a redução da maioria penal. Traços de personalidade autoritárias também não foram importantes para diminuir as diferenças entre homens e mulheres a ponto de as deixarem sem significância estatística.

Por fim, a última dimensão evidenciou que as diferenças entre homens e mulheres em relação às políticas sociais e as posições econômicas se encontram nos temas sobre a adoção de cotas raciais e privatizações no setor público. Nessas temáticas, mulheres se mostraram mais prováveis a serem favoráveis a adoção de cotas raciais e menos propensas as privatizações no setor público. Mulheres e homens não se diferenciam nas atitudes favoráveis ao programa bolsa família.

Futuras propostas de pesquisa podem procurar investigar o papel de outras identidades como a maternidade, a paternidade e posições feministas sobre o gap de gênero nas atitudes políticas. Além disso, podem investigar as relações entre as semelhanças e diferenças em posições nos temas políticos e a decisão do voto.

REFERÊNCIAS

ABENDSCHON, S.; STEINMETZ, S. The Gender Gap in Voting Revisited: Women's Party Preferences in a European Context. **Social Politics: International Studies in Gender, State & Society**, v. 21, n. 2, p. 315–344, 1 jun. 2014.

ADORNO, T. W. et al. **The authoritarian personality**. The Norton Library, 1955.

ALLPORT, G. W. Attitudes. Em: MURCHISON, C. (Ed.). **A Handbook Of Social Psychology**. CLARK UNIVERSITY PRESS, 1935.

ALMEIDA, R. DE. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, p. 185–213, 2019.

ALMEIDA, R. D. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017.

ALMOND, G. A.; VERBA, S. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Princeton University Press, 1963.

ALTEMEYER, B. The other “authoritarian personality”. Em: **Advances in experimental social psychology**. Elsevier, 1998. v. 30p. 47–92.

ARCHENTI, N.; TULA, M. I. Cuotas de género y tipo de lista en América Latina. **Opinião pública**, v. 13, p. 185–218, 2007.

ARZHEIMER, K. Electoral Sociology—who Votes for the Extreme Right and Why—and When? Em: BACKES, U.; MOREAU, P. (Eds.). **The populist radical right: A reader**. 1. ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2016. p. 35–50.

AVRITZER, L.; RENNÓ, L. The pandemic and the crisis of democracy in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, v. 13, n. 3, p. 442–457, 2021.

BARDI, A.; SCHWARTZ, S. H. Values and Behavior: Strength and Structure of Relations. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 29, n. 10, p. 1207–1220, out. 2003.

BARTELS, L. M. Beyond the running tally: Partisan bias in political perceptions. **Political behavior**, v. 24, p. 117–150, 2002.

BENTANCUR, P. V. **La Política del Aborto Legal en América Latina**. Argentina: Universidad Torcuato Di Tella, 2019.

BENTANCUR, V. P.; CARPIUC, C. R. The postreform stage: Understanding backlash against

sexual policies in Latin America. **Politics & Gender**, v. 16, n. 1, 2020.

BERTHOLINI, F. Brazil: we are all going to die one day. Em: RINGE, N.; RENNÓ, L. (Eds.). **Populists and the Pandemic: How Populists Around the World Responded to Covid-19**. Taylor & Francis, 2022.

BIANCHI, S. M.; ROBINSON, J. P.; MILKIE, M. A. **Changing rhythms of American family life**. 1st paperback ed ed. New York: Russell Sage Foundation, 2007.

BIROLI, F. **The backlash against gender equality in Latin America: Temporality, Religious Patterns, and the erosion of Democracy**. Lasa Forum. *Anais*, 2020.

BIROLI, F.; CAMINOTTI, M. The conservative backlash against gender in Latin America. **Politics & Gender**, v. 16, n. 1, 2020.

BIROLI, F.; VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. DAS D. C. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. Boitempo Editorial, 2020.

BITTNER, A.; GOODYEAR-GRANT, E. Sex isn't Gender: Reforming Concepts and Measurements in the Study of Public Opinion. *Political Behavior*. 2017.

BOLSONARO, J. Bolsonaro: 'Mulheres estão praticamente integradas à sociedade'. 2022.

BORD, R.; O'CONNOR, R. The gender gap in environmental attitudes: The case of perceived vulnerability to risk. *Social science quarterly*. 1997.

BOX-STEFFENSMEIER, J. M.; DE BOEF, S.; LIN, T.-M. The dynamics of the partisan gender gap. **American Political Science Review**, v. 98, n. 3, p. 515–528, 2004.

BREWER, P. R. The shifting foundations of public opinion about gay rights. **The Journal of Politics**, v. 65, n. 4, p. 1208–1220, 2003.

BURNS, N. Finding gender. *Politics & Gender*. v. 1, 2005.

BUTLER, J. **Gender trouble: Feminism and the subversion of identity**. Routledge, , 1999.

CAMPBELL, A. et al. **The american voter**. 1. ed. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1960.

CARLSON, J. D. States, subjects and sovereign power: Lessons from global gun cultures. **Theoretical Criminology**, v. 18, n. 3, p. 335–353, ago. 2014.

CAROLL, S. J. Women's Autonomy and the Gender Gap: 1980 and 1982. Em: MUELLER, C. J. (Ed.). **The politics of the gender gap: The social construction of political influence**. Sage

Yearsbook, 1988.

CEJKA, M. A.; EAGLY, A. H. Gender-Stereotypic Images of Occupations Correspond to the Sex Segregation of Employment. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 25, n. 4, p. 413–423, abr. 1999.

CIUK, D. J.; LUPTON, R. N.; THORNTON, J. R. Values Voters: The Conditional Effect of Income on the Relationship Between Core Values and Political Attitudes and Behavior. **Political Psychology**, v. 39, n. 4, p. 869–888, ago. 2018.

CIZMAR, A. M. et al. Authoritarianism and American Political Behavior from 1952 to 2008. **Political Research Quarterly**, v. 67, n. 1, p. 71–83, mar. 2014.

CLARK, C.; CLARK, J. **Women at the polls: The gender gap, cultural politics, and contested constituencies in the United States**. Cambridge Scholars Publishing, 2009

CONNELL, R. W. **Masculinities**. Routledge, 2005.

CONOVER, P. J. Political Cues and the Perception of Candidates. **American Politics Quarterly**, v. 9, n. 4, p. 427–448, out. 1981.

CONOVER, P. J. Feminists and the Gender Gap. v. 50, n. 4, p. 985–1010, 1988.

CONOVER, P. J.; SAPIRO, V. Gender, Feminist Consciousness, and War. **American Journal of Political Science**, v. 37, n. 4, p. 1079, nov. 1993.

CONVERSE, P. E. The nature of belief systems in mass publics (1964). **Critical Review**, v. 18, n. 1–3, p. 1–74, 1964.

COOK, E. A.; WILCOX, C. Feminism and the Gender Gap--A Second Look. **The Journal of Politics**, v. 53, n. 4, p. 1111–1122, nov. 1991.

CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **cadernos pagu**, 2018.

COTT, N. F. **The grounding of modern feminism**. New Haven, Conn.: Yale Univ. Press, 1987.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

DIETZ, T.; KALOF, L.; STERN, P. C. Gender, Values, and Environmentalism. **Social Science Quarterly**, v. 83, n. 1, p. 353–364, mar. 2002.

DUCKITT, J. et al. A Tripartite Approach to Right-Wing Authoritarianism: The

Authoritarianism-Conservatism-Traditionalism Model. **Political Psychology**, v. 31, n. 5, p. 685–715, out. 2010.

DUNCAN, L. E.; PETERSON, B. E.; WINTER, D. G. Authoritarianism and gender roles: Toward a psychological analysis of hegemonic relationships. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 23, n. 1, p. 41–49, 1997.

DUVERGER, M. **The political role of women**. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 1955.

EAGLY, A.; CHAIKEN, S. **The psychology of attitudes**. Harcourt brace Jovanovich college publishers., 1993.

EAGLY, A. H.; DIEKMAN, A. B. Gender gaps in sociopolitical attitudes: a social psychological analysis. Em: JOHANNESSEN-SCHMIDT, M. C.; KOENIG, A. M. (Eds.). **Journal of personality and social psychology**. American Psychological Association, 2004.

EAGLY, A. H.; DIEKMAN, A. B. III. Examining Gender Gaps in Sociopolitical Attitudes: It's Not Mars and Venus. **Feminism & Psychology**, v. 16, n. 1, p. 26–34, fev. 2006.

EAGLY, A. H.; WOOD, W.; DIEKMAN, A. B. Social Role Theory of Sex Differences and Similarities: A Current Appraisal. Em: ECKES, T.; TRAUTNER, H. M. (Eds.). **The developmental social psychology of gender**. New York: Psychology Press, 2000.

EATWELL, R.; GOODWIN, M. **Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal**. Editora Record, 2020.

EISHBEIN, M.; A., A. **Belief, attitude, intention and behavior**. Addison Wesley, 1975.

ERIKSON, R. S.; TEDIN, K. L. **American public opinion**. Ninth edition ed. Boston: Pearson, 2015.

FARIA, C. F.; SILVA, V. P.; LINS, I. L. Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação? **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 249–284, 2012.

FELDMAN, S. Structure and Consistency in Public Opinion: the Role of Core Beliefs and Values. **American Journal of Political Science**, v. 32, n. 2, p. 416, maio 1988.

FELDMAN, S. Values, Ideology, and the Structure of Political Attitudes. Em: SEARS, D. O.; HUDDY, L.; JERVIS, R. (Eds.). **Oxford handbook of political psychology**. An International Society of Political Psychology book. Nachdr. ed. Oxford: Oxford Univ. Press, 2003.

FELDMAN, S.; STEENBERGEN, M. R. The Humanitarian Foundation of Public Support for

Social Welfare. **American Journal of Political Science**, v. 45, n. 3, p. 658, jul. 2001.

FELDMAN, S.; STENNER, K. Perceived threat and authoritarianism. **Political psychology**, v. 18, n. 4, p. 741–770, 1997.

FERNANDES, L. Muito barulho por nada? O realinhamento político-ideológico nas eleições de 1994. **Dados**, v. 38, n. 1, p. 107–144, 1995.

FERNANDEZ, B. P. M. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem? **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 26, p. 79–104, 2019.

FIGUEIREDO, A. L.; SILVA, C. N.; SANTOS, I. A. A. DOS. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual**. Ministério da Saúde, 2004.

FITE, D.; GENEST, M.; WILCOX, C. Gender Differences in Foreign Policy Attitudes: A Longitudinal Analysis. **American Politics Quarterly**, v. 18, n. 4, p. 492–513, out. 1990.

FOX, R. L.; LAWLESS, J. L. Entrando na arena?: gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 129–163, 2012.

FOX, R. L.; LAWLESS, J. L. Uncovering the origins of the gender gap in political ambition. **American Political Science Review**, v. 108, n. 3, p. 499–519, 2014.

FREEDEN, M. **Ideology: A very short introduction**. Oxford University Press, USA, 2003.

FRIEDMAN, E. J.; TABBUSH, C. Contesting the Pink Tide. Em: **Seeking Rights from the Left: Gender, Sexuality, and the Latin American Pink Tide**. Duke University Press, 2018.

GERRING, J. Qualitative methods. **Annual review of political science**, v. 20, p. 15–36, 2017.

GILENS, M. Gender and Support for Reagan: A Comprehensive Model of Presidential Approval. **American Journal of Political Science**, v. 32, n. 1, p. 19, fev. 1988.

HAIDER-MARKEL, D. P.; JOSLYN, M. R. Beliefs about the origins of homosexuality and support for gay rights: An empirical test of attribution theory. **Public opinion quarterly**, v. 72, n. 2, p. 291–310, 2008.

HEREK, G. M. Gender gaps in public opinion about lesbians and gay men. **Public opinion quarterly**, v. 66, n. 1, p. 40–66, 2002.

HOWELL, S. E.; DAY, C. L. Complexities of the Gender Gap. **The Journal of Politics**, v. 62, n. 3, p. 858–874, ago. 2000.

HTUN, M.; WELDON, S. L. When do governments promote women's rights? A framework for the comparative analysis of sex equality policy. **Perspectives on Politics**, v. 8, n. 1, p. 207–216, 2010.

HUDDY, L.; CASSESE, E.; LIZOTTE, M.-K. Gender, public opinion, and political reasoning. Em: WOLBRECHT, C.; BECKWITH, K.; BALDEZ, L. (Eds.). **Political women and American democracy**. Cambridge University Press, 2008. p. 31–49.

HUNTINGTON, S. P. Conservatism as an Ideology. **American Political Science Review**, v. 51, n. 2, p. 454–473, jun. 1957.

HUTCHINGS, V. L. et al. The compassion strategy: Race and the gender gap in campaign 2000. **Public Opinion Quarterly**, v. 68, n. 4, p. 512–541, 2004.

IMMERZEEL, T.; COFFÉ, H.; VAN DER LIPPE, T. Explaining the gender gap in radical right voting: A cross-national investigation in 12 Western European countries. **Comparative European Politics**, v. 13, n. 2, p. 263–286, fev. 2015.

INGLEHART, R. F.; NORRIS, P. Trump, Brexit, and the rise of populism: Economic have-nots and cultural backlash. 2016.

INGLEHART, R.; NORRIS, P. The Developmental Theory of the Gender Gap: Women's and Men's Voting Behavior in Global Perspective. **International Political Science Review**, v. 21, n. 4, p. 441–463, out. 2000.

ISMAY, C.; KIM, A. Y. **Statistical inference via data science: A ModernDive into R and the tidyverse**. CRC Press, 2019.

J. KESSLER, S.; MCKENNA, W. **GENDER: An Ethnomethodological Approach**. The University of Chicago Press, 1978.

JELEN, T. G.; THOMAS, S.; WILCOX, C. The gender gap in comparative perspective: Gender differences in abstract ideology and concrete issues in Western Europe. **European Journal of Political Research**, v. 25, n. 2, p. 171–186, fev. 1994.

JELEN, T. G.; WILCOX, C. Continuity and change in attitudes toward abortion: Poland and the United States. **Politics & Gender**, v. 1, n. 2, p. 297–317, 2005.

JOHNSTON, C. D.; WRONSKI, J. Personality dispositions and political preferences across hard and easy issues. **Political Psychology**, v. 36, n. 1, p. 35–53, 2015.

KANTHAK, K.; NORRANDER, B. Change and Continuity in the Gender Gap. **Typescript. University of Arizona**, 2002.

KAUFMANN, K. M.; PETROCIK, J. R. The changing politics of American men: Understanding the sources of the gender gap. **American Journal of Political Science**, p. 864–887, 1999.

KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, v. 4, n. 9, p. 103–117, out. 1998.

KLECK, G.; GERTZ, M.; BRATTON, J. Why do people support gun control?: Alternative explanations of support for handgun bans. **Journal of Criminal Justice**, v. 37, n. 5, p. 496–504, set. 2009.

KOIVU, K. L.; HINZE, A. M. Cases of convenience? The divergence of theory from practice in case selection in qualitative and mixed-methods research. **PS: Political science & politics**, v. 50, n. 4, p. 1023–1027, 2017.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

LAMAR, L.; KITE, M. Sex Differences in Attitudes toward Gay Men and Lesbians: A Multidimensional Perspective. **The Journal of Sex Research**, v. 35, n. 2, p. 189–196, 1998.

LIPSET, S. M. **Political man: The social bases of politics**. London: DoubleDay e Company, 1960.

LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. **Party systems and voter alignments: Cross-national perspectives**. New York: Free Press, 1967.

LIZOTTE, M. Gender, partisanship, and issue gaps. **Analyses of Social Issues and Public Policy**, v. 17, n. 1, p. 379–405, 2017a.

LIZOTTE, M.-K. The Abortion Attitudes Paradox: Model Specification and Gender Differences. **Journal of Women, Politics & Policy**, v. 36, n. 1, p. 22–42, 2 jan. 2015.

LIZOTTE, M.-K. Gender differences in support for torture. **Journal of Conflict Resolution**, v. 61, n. 4, p. 772–787, 2017b.

LIZOTTE, M.-K. Authoritarian Personality and Gender Differences in Gun Control Attitudes. **Journal of Women, Politics & Policy**, v. 40, n. 3, p. 385–408, 3 jul. 2019.

LIZOTTE, M.-K. **Gender differences in public opinion: Values and political consequences**. Temple University Press, 2020.

LUNA, J. P.; KALTWASSER, C. R. **The resilience of the Latin American right**. JHU Press, 2014.

LUTTIG, M. D. Authoritarianism and Affective Polarization. **Public Opinion Quarterly**, v. 81, n. 4, p. 866–895, 12 dez. 2017.

MACHADO, M. D. D. C. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7, p. 25–54, abr. 2012.

MACHADO, M. D. D. C.; VAGGIONE, J. M.; BIROLI, F. Conclusão. Em: **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. Boitempo Editorial, 2020.

MANZA, J.; BROOKS, C. The Gender Gap in U.S. Presidential Elections: When? Why? Implications? **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 5, p. 1235–1266, mar. 1998.

MAYER, L. C.; SMITH, R. E. Feminism and religiosity: Female electoral behaviour in Western Europe. **West European Politics**, v. 8, n. 4, p. 38–49, out. 1985.

MILLER, A. H. et al. Group Consciousness and Political Participation. **American Journal of Political Science**, v. 25, n. 3, p. 494, ago. 1981.

MUDDE, C. The populist zeitgeist. **Government and opposition**, v. 39, n. 4, p. 541–563, 2004.

NICOLAU, J. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

NORRANDER, B. The Independence Gap and the Gender Gap. 1997.

NORRANDER, B. The evolution of the gender gap. **The Public Opinion Quarterly**, v. 63, n. 4, p. 566–576, 1999.

NORRANDER, B. The History of the Gender Gaps. Em: WHITAKER, L. D. (Ed.). **Voting the Gender Gap**. University of Illinois Press, 2008. p. 9.

NORRANDER, B.; WILCOX, C. Introduction: The Diverse Paths to Understanding Public Opinion. Em: NORRANDER, B.; WILCOX, C. (Eds.). **Understanding Public Opinion**. CQ Press, 2002.

NORRIS, P. The Gender Gap: A Cross-National Trend? Em: M. MUELLER, C. (Ed.). **The politics of the gender gap**. SAGE PUBLICATIONS, 1988. v. 12.

O'LEARY, D. **The gender agenda: redefining equality**. Vital Issues Press Lafayette, 1997.

OLSON, L. R.; CADGE, W.; HARRISON, J. T. Religion and public opinion about same-sex

marriage. **Social Science Quarterly**, v. 87, n. 2, p. 340–360, 2006.

PAYNE, L. A.; DE SOUZA SANTOS, A. A. The right-wing backlash in Brazil and beyond. **Politics & Gender**, v. 16, n. 1, 2020.

PETERSON, B. E.; DOTY, R. M.; WINTER, D. G. Authoritarianism and Attitudes toward Contemporary Social Issues. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 19, n. 2, p. 174–184, abr. 1993.

PINHEIRO SIMÕES, L. et al. Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014. Nº 24. 2016.

PITANGUY, J. **Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes: 30 anos depois**. Editora Autonomia Literária LTDA-ME, 2018.

PNDH-3. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, , 2010.

RENNÓ, L. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, v. 36, p. 147–163, 2022.

RENNÓ, L. R. The Bolsonaro voter: issue positions and vote choice in the 2018 Brazilian presidential elections. **Latin American Politics and Society**, v. 62, n. 4, p. 1–23, 2020.

ROCHA, C. **‘Menos Marx, mais Mises’**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Doutorado em Ciência Política—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.

ROCHA, C. Cristianismo ou conservadorismo? O caso do movimento anti-aborto no Brasil. **Revista TOMO**, n. 36, p. 43–77, 1 fev. 2020.

ROUSSEAU, S. Antigender activism in Peru and its impact on state policy. **Politics & Gender**, v. 16, n. 1, 2020.

RUDDICK, S. Maternal Thinking. **Feminist Studies**, v. 6, n. 2, p. 342, 1980.

SALES, S. M.; FRIEND, K. E. Success and failure as determinants of level of authoritarianism. **Behavioral Science**, v. 18, n. 3, p. 163–172, 1973.

SAPIRO, V. It’s the Context, Situation, and Question, Stupid: The Gender Basis of Public Opinion. Em: NORRANDER, B.; WILCOX, C. (Eds.). **Understanding Public Opinion**. CQ Press, 2002.

SAPIRO, V.; JOHNSTON CONOVER, P. The Variable Gender Basis of Electoral Politics: Gender and Context in the 1992 US Election. **British Journal of Political Science**, v. 27, n. 4, p. 497–523, out. 1997.

SAPIRO, V.; SHAMES, S. L. The gender basis of public opinion. Em: NORRANDER, B.; WILCOX, C. (Eds.). **Understanding public opinion**. p. 21–40, 2010.

SCHEEFFER, F. Direita e esquerda hoje? **Revista Eletrônica Direito e Política**, v. 2, n. 1, p. 36–45, 2007.

SCHWARTZ, S. H. Universals in the Content and Structure of Values: Theoretical Advances and Empirical Tests in 20 Countries. Em: **Advances in Experimental Social Psychology**. Elsevier, 1992. v. 25p. 1–65.

SCHWARTZ, S. H.; CAPRARA, G. V.; VECCHIONE, M. Basic Personal Values, Core Political Values, and Voting: A Longitudinal Analysis: Basic Personal Values, Political Values and Voting. **Political Psychology**, v. 31, n. 3, p. 421–452, jun. 2010.

SCHWARTZ, S. H.; RUBEL, T. Sex differences in value priorities: Cross-cultural and multimethod studies. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 89, n. 6, p. 1010–1028, dez. 2005.

SCOTT, J. W. Gender: A useful category of historical analysis. **The American historical review**, v. 91, n. 5, p. 1053–1075, 1986.

SHAPIRO, R. Y.; MAHAJAN, H. Gender Differences in Policy Preferences: A Summary of Trends from the 1960s to the 1980s. **Public Opinion Quarterly**, v. 50, n. 1, p. 42–61, 1986.

SOLT, F. The Social Origins of Authoritarianism. **Political Research Quarterly**, v. 65, n. 4, p. 703–713, dez. 2012.

TIBSHIRANI, R. J.; EFRON, B. An introduction to the bootstrap. **Monographs on statistics and applied probability**, v. 57, n. 1, 1993.

TOLLESON RINEHART, S.; PERKINS, J. The intersection of gender politics and religious beliefs. **Political Behavior**, v. 11, n. 1, p. 33–56, mar. 1989.

VAGGIONE, J. M. Sexualidad, derecho y religión: entramados en tensión. Em: FAÚNDES, J. M. M.; SÁEZ, M. (Eds.). **Sexo, Delitos y Pecados: Intersecciones entre religión, género, sexualidad y el derecho en América Latina**. Center for Latin American and Latino Studies, 2016.

VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. D. D. C.; BIROLI, F. Introdução: Matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. Em: **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. Boitempo Editorial, 2020.

VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. DAS D. C. Religious patterns of neoconservatism in

Latin America. **Politics & Gender**, v. 16, n. 1, 2020.

WALTER, T.; DAVIE, G. The religiosity of women in the modern West. **British Journal of Sociology**, p. 640–660, 1998.

WOLFF, K. H. **From Karl Mannheim**. Routledge, 2017.

WOOD, W.; EAGLY, A. H. Gender identity. Em: LEARY, M. R.; HOYLE, R. H. (Eds.). **Handbook of individual differences in social behavior**. New York: Guilford Press, 2009.

ANEXOS

Anexo 1. Operacionalização das variáveis independentes

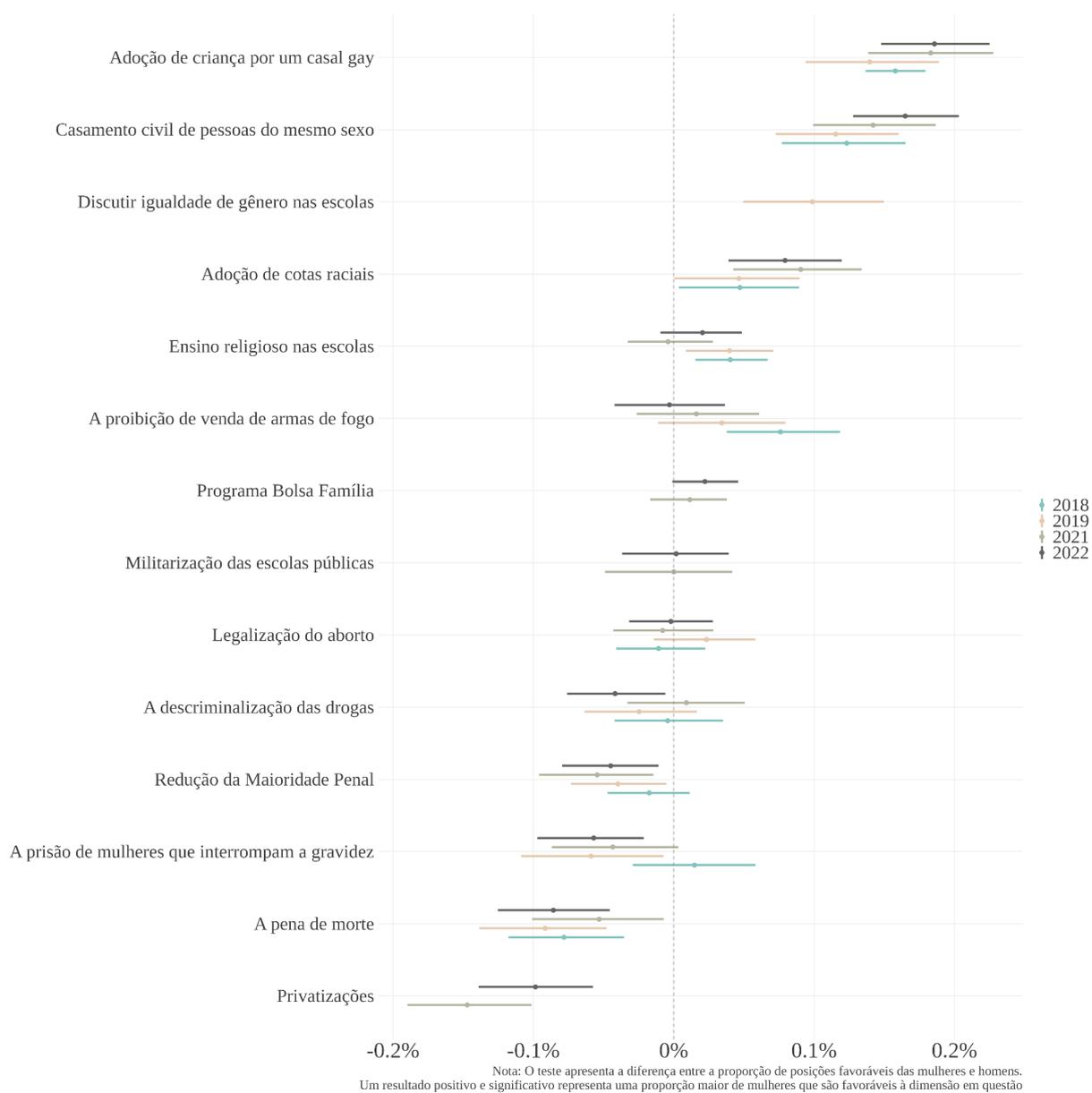
Variável	Código	No.survey
Mulher	1 = Mulher; 0 = Homem	Sexo
Autoritárias/os	1 = Autoritário; 0 = Não autoritário	Bloco de questões sobre atuação autônoma do presidente
Igualitárias/os	1 = Igualitário; 0 = Caso contrário	O maior problema enfratado no país. Todos que responderam ser a desigualdade
Casadas/os	1 = Casados; 0 = Caso contrário	Estado civil
Donas de casa	1 = Dona de casa; 0 = Caso contrário	Situação profissional
Ideologia*	1 = Esquerda a 10 = Direita	Autoposicionamento ideológico
Partidárias/os	1 = Tem partido; 0 = Sem partido	Simpatia ao menos um partido político
Evangélicas/os	1 = Evangélico; 0 = Caso contrário	Religião Pessoal
Frequência a cultos religiosos*	5 = +1 vez por semana; 0 = Nunca	Frequência a cultos religiosos
Branças/os	1 = Branco; 0 = Caso contrário	Cor ou Raça
Renda*	1 = 0 SM até 8 = + 20 SM	Renda familiar
Idade*	18 = 18 anos até 72 = 72 anos	Idade em anos
Escolaridade*	1 = Analfabetos a 10 = Pós-graduação ou mais	Ano/série que cursou na escola
Ano (2018)	1 = 2018; 0 = Caso contrário	Ano da sondagem
Ano (2019)	1 = 2019; 0 = Caso contrário	Ano da sondagem
Ano (2021)	1 = 2021; 0 = Caso contrário	Ano da sondagem
Ano (2022)	1 = 2022; 0 = Caso contrário	Ano da sondagem

Note:

*Variável contínua

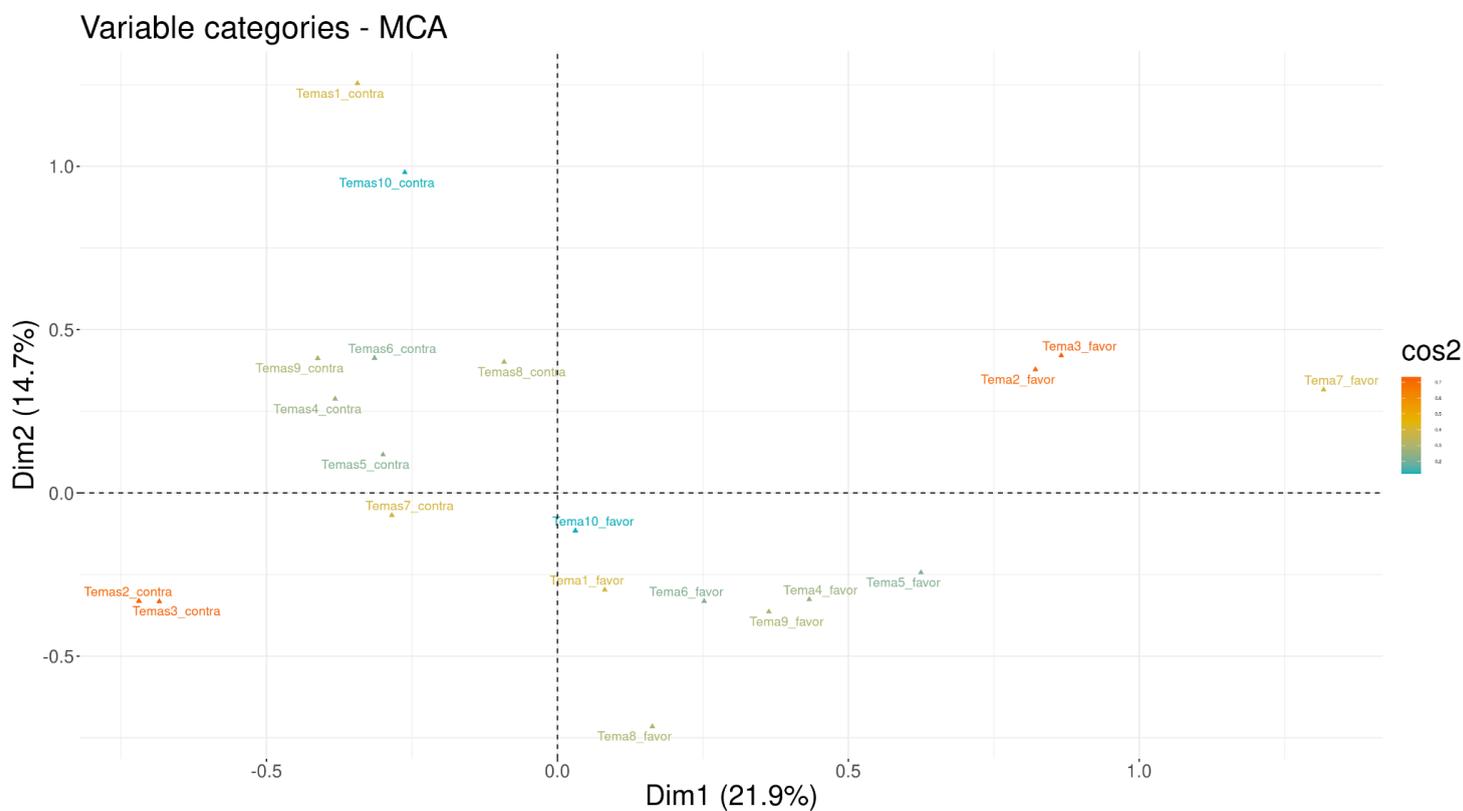
Fonte: elaborado com base nos dados, A cara da democracia.

Anexo 2. Quais são os temas que apresentam as maiores diferenças de proporção entre homens e mulheres?



Fonte: A cara da democracia, 2018-2022.

Anexo 3. Gráfico biplot de variáveis (MCA)



Fonte: A cara da democracia.

Nota: temas 1 = Redução da Maioridade Penal; temas 2 = Casamento civil de pessoas do mesmo sexo; temas 3 = Adoção de criança por um casal gay; temas 4 = A pena de morte; temas 5 = A descriminalização das drogas; temas 6 = A proibição de venda de armas de fogo; temas 7 = Legalização do aborto; temas 8 = A prisão de mulheres que interrompam a gravidez; temas 10= Que as escolas públicas ensinem as crianças a rezar e a acreditar em Deus.

Anexo 4. Modelo logístico aninhados para apoio a legalização do aborto (2018 e 2019)

	<i>Dependent variable:</i>				
	Legalização do aborto				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Mulher	0.0003 (0.062)	0.004 (0.063)	0.011 (0.071)	0.075 (0.076)	0.287** (0.115)
Idade	-0.010*** (0.002)	-0.010*** (0.002)	-0.007*** (0.003)	-0.007*** (0.003)	-0.008* (0.004)
Renda	0.049** (0.025)	0.048* (0.025)	0.050* (0.028)	0.055* (0.030)	0.029 (0.043)
Escolaridade	0.109*** (0.016)	0.106*** (0.017)	0.117*** (0.019)	0.099*** (0.020)	0.104*** (0.032)
Casadas/os	-0.355*** (0.067)	-0.348*** (0.067)	-0.326*** (0.076)	-0.270*** (0.080)	-0.222* (0.116)
Branças/os	0.149** (0.064)	0.146** (0.064)	0.157** (0.072)	0.114 (0.077)	-0.011 (0.112)
Donas de Casa	-0.154 (0.130)	-0.155 (0.131)	-0.060 (0.152)	-0.017 (0.155)	-0.124 (0.195)
Igualitárias/os		0.774*** (0.156)	0.644*** (0.174)	0.583*** (0.187)	0.689*** (0.257)
Ideologia			-0.110*** (0.012)	-0.095*** (0.013)	-0.061*** (0.019)
Partidárias/os			0.150* (0.083)	0.134 (0.088)	0.114 (0.130)
Evangélicas/os				-0.686*** (0.093)	-0.557*** (0.150)
Frequência cultos religiosos					-0.195*** (0.036)
Constant	-1.957*** (0.158)	-1.965*** (0.160)	-1.586*** (0.190)	-1.520*** (0.205)	-1.285*** (0.303)
Observations	8,799	8,666	6,546	6,172	2,889
Log Likelihood	-3,697.314	-3,640.318	-2,822.170	-2,532.522	-1,166.147
Akaike Inf. Crit.	7,412.629	7,300.635	5,668.340	5,091.045	2,360.295

Note:

* p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Tratam-se de coeficientes de regressões controlados por dummies de ano

Anos compreendidos: 2018-2019

Ano não é significativo

Os erros padrão são relatados entre parênteses.

Fonte: A cara da democracia.

Anexo 5. Modelo logístico aninhados para apoio prisão de mulheres que interrompem a gravidez (2018-2022)

	<i>Dependent variable:</i>			
	Prisão de mulheres que abortam			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Mulher	-0.111** (0.050)	-0.105** (0.050)	-0.074 (0.057)	-0.101* (0.059)
Idade	-0.009*** (0.002)	-0.009*** (0.002)	-0.010*** (0.002)	-0.011*** (0.002)
Renda	-0.048** (0.020)	-0.048** (0.020)	-0.060*** (0.023)	-0.063*** (0.024)
Escolaridade	-0.073*** (0.013)	-0.073*** (0.013)	-0.080*** (0.014)	-0.078*** (0.015)
Casadas/os	0.174*** (0.050)	0.170*** (0.050)	0.152*** (0.058)	0.152** (0.059)
Branças/os	-0.111** (0.051)	-0.112** (0.051)	-0.091 (0.059)	-0.067 (0.061)
Donas de Casa	0.047 (0.090)	0.046 (0.090)	0.103 (0.109)	0.078 (0.112)
Autoritárias/os		0.393*** (0.102)	0.432*** (0.116)	0.417*** (0.120)
Ideologia			0.062*** (0.009)	0.055*** (0.010)
Partidárias/os			0.059 (0.067)	0.070 (0.069)
Evangélicas/os				0.207*** (0.061)
Constant	0.255** (0.124)	0.237* (0.125)	-0.004 (0.152)	0.032 (0.160)
Observations	8,799	8,799	6,626	6,243
Log Likelihood	-5,357.709	-5,350.517	-4,066.740	-3,840.388
Akaike Inf. Crit.	10,733.420	10,721.030	8,157.480	7,706.776

Note:

* p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Tratam-se de coeficientes de regressões controlados por dummies de ano

Anos compreendidos: 2018-2019

Ano não é significativo

Os erros padrão são relatados entre parênteses.

Fonte: A cara da democracia.

Anexo 6. Modelo logístico aninhados para apoio a discussão sobre desigualdade de gênero nas escolas (2021 e 2022)

	<i>Dependent variable:</i>			
	Discutir desigualdade de gênero nas escolas			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Mulher	0.391*** (0.104)	0.382*** (0.104)	0.445*** (0.122)	0.449*** (0.124)
Idade	-0.005 (0.004)	-0.006 (0.004)	-0.007* (0.004)	-0.008* (0.004)
Renda	-0.076* (0.039)	-0.078** (0.039)	-0.091** (0.045)	-0.091** (0.046)
Escolaridade	0.094*** (0.029)	0.095*** (0.029)	0.104*** (0.034)	0.101*** (0.035)
Casadas/os	-0.252** (0.101)	-0.262*** (0.101)	-0.294** (0.117)	-0.267** (0.119)
Branças/os	-0.054 (0.101)	-0.065 (0.101)	-0.192 (0.117)	-0.224* (0.120)
Donas de Casa	-0.210 (0.160)	-0.205 (0.160)	-0.138 (0.191)	-0.147 (0.193)
Igualitárias/os		0.248 (0.235)	0.183 (0.269)	0.261 (0.276)
Ideologia			-0.073*** (0.018)	-0.071*** (0.018)
Partidárias/os			0.125 (0.129)	0.115 (0.131)
Evangélicas/os				-0.379*** (0.128)
Constant	0.035 (0.256)	0.051 (0.258)	0.556* (0.321)	0.676** (0.330)
Observations	1,822	1,809	1,383	1,350
Log Likelihood	-1,229.110	-1,219.132	-913.629	-887.757
Akaike Inf. Crit.	2,474.220	2,456.263	1,849.259	1,799.514

Note:

* p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Tratam-se de coeficientes de regressões controlados por dummies de ano

Anos compreendidos: 2018-2019

Ano não é significante

Os erros padrão são relatados entre parênteses.

Fonte: A cara da democracia.

Anexo 7. Modelo logístico aninhados para apoio ao casamento civil igualitário (2018-2022)

	<i>Dependent variable:</i>			
	Casamento civil de pessoas do mesmo sexo			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Mulher	0.510*** (0.048)	0.511*** (0.048)	0.531*** (0.056)	0.625*** (0.059)
Idade	-0.026*** (0.002)	-0.026*** (0.002)	-0.025*** (0.002)	-0.030*** (0.002)
Renda	0.035* (0.019)	0.035* (0.019)	0.033 (0.023)	0.029 (0.024)
Escolaridade	0.100*** (0.012)	0.101*** (0.012)	0.107*** (0.014)	0.092*** (0.015)
Casadas/os	-0.416*** (0.049)	-0.411*** (0.049)	-0.462*** (0.057)	-0.371*** (0.060)
Branças/os	0.111** (0.049)	0.114** (0.049)	0.081 (0.058)	0.0004 (0.061)
Donas de Casa	0.046 (0.087)	0.041 (0.087)	0.031 (0.108)	0.046 (0.113)
Igualitárias/os		0.388*** (0.147)	0.392** (0.167)	0.367** (0.178)
Ideologia			-0.093*** (0.009)	-0.080*** (0.010)
Partidárias/os			0.180*** (0.067)	0.143** (0.070)
Evangélicas/os				-1.097*** (0.066)
Constant	0.152 (0.118)	0.110 (0.119)	0.604*** (0.148)	1.033*** (0.160)
Observations	8,799	8,666	6,546	6,172
Log Likelihood	-5,591.850	-5,508.941	-4,105.906	-3,731.136
Akaike Inf. Crit.	11,201.700	11,037.880	8,235.812	7,488.271

Note: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01
 Tratam-se de coeficientes de regressões controlados por dummies de ano
 Anos compreendidos: 2018-2019
 Ano não é significativo
 Os erros padrão são relatados entre parênteses.

Fonte: A cara da democracia.

Anexo 8. Modelo logístico aninhados para apoio a adoção de uma criança por um casal gay (2018-2022)

	<i>Dependent variable:</i>			
	Adoção de criança por um casal gay			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Mulher	0.577*** (0.048)	0.577*** (0.048)	0.640*** (0.056)	0.736*** (0.059)
Idade	-0.023*** (0.002)	-0.023*** (0.002)	-0.023*** (0.002)	-0.027*** (0.002)
Renda	0.007 (0.019)	0.006 (0.019)	0.005 (0.023)	-0.003 (0.024)
Escolaridade	0.115*** (0.012)	0.116*** (0.012)	0.106*** (0.014)	0.095*** (0.015)
Casadas/os	-0.405*** (0.048)	-0.404*** (0.049)	-0.419*** (0.056)	-0.325*** (0.059)
Brancas/os	0.120** (0.049)	0.119** (0.050)	0.090 (0.057)	0.033 (0.060)
Donas de Casa	-0.065 (0.087)	-0.073 (0.087)	-0.093 (0.108)	-0.085 (0.112)
Igualitárias/os		0.472*** (0.149)	0.490*** (0.171)	0.490*** (0.182)
Ideologia			-0.087*** (0.009)	-0.073*** (0.010)
Partidárias/os			0.089 (0.066)	0.050 (0.070)
Evangélicas/os				-1.043*** (0.064)
Constant	0.165 (0.118)	0.140 (0.119)	0.726*** (0.148)	1.117*** (0.160)
Observations	8,799	8,666	6,546	6,172
Log Likelihood	-5,593.645	-5,509.743	-4,119.747	-3,765.352
Akaike Inf. Crit.	11,205.290	11,039.490	8,263.495	7,556.704

Note:

* p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Tratam-se de coeficientes de regressões controlados por dummies de ano

Anos compreendidos: 2018-2019

Ano não é significativo

Os erros padrão são relatados entre parênteses.

Fonte: A cara da democracia.

Anexo 9. Modelo logístico aninhados para apoio a proibição de venda de armas de fogo (2018-2022)

	<i>Dependent variable:</i>			
	A proibição de venda de armas de fogo			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Mulher	0.125*** (0.046)	0.120*** (0.046)	0.095* (0.053)	0.128** (0.055)
Idade	-0.003** (0.002)	-0.003** (0.002)	-0.003* (0.002)	-0.004** (0.002)
Renda	0.068*** (0.018)	0.068*** (0.018)	0.051** (0.021)	0.055** (0.022)
Escolaridade	0.032*** (0.011)	0.031*** (0.012)	0.042*** (0.013)	0.036*** (0.014)
Casadas/os	0.053 (0.046)	0.057 (0.046)	0.080 (0.054)	0.103* (0.056)
Branças/os	-0.028 (0.047)	-0.028 (0.047)	0.019 (0.054)	0.020 (0.056)
Donas de Casa	-0.026 (0.084)	-0.026 (0.084)	-0.019 (0.104)	-0.021 (0.106)
Autoritárias/os		-0.414*** (0.102)	-0.474*** (0.118)	-0.420*** (0.122)
Ideologia			-0.038*** (0.009)	-0.035*** (0.009)
Partidárias/os			0.177*** (0.062)	0.154** (0.064)
Evangélicas/os				-0.111* (0.058)
Constant	-0.578*** (0.114)	-0.559*** (0.114)	-0.395*** (0.141)	-0.367** (0.148)
Observations	8,799	8,799	6,626	6,243
Log Likelihood	-6,018.879	-6,010.434	-4,501.466	-4,239.574
Akaike Inf. Crit.	12,055.760	12,040.870	9,026.931	8,505.149

Note:

* p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Tratam-se de coeficientes de regressões controlados por dummies de ano

Anos compreendidos: 2018-2019

Ano não é significativo

Os erros padrão são relatados entre parênteses.

Fonte: A cara da democracia.

Anexo 10. Modelo logístico aninhados para apoio a descriminalização das drogas (2018-2022)

	<i>Dependent variable:</i>			
	A descriminalização das drogas			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Mulher	-0.094* (0.051)	-0.093* (0.051)	-0.066 (0.058)	-0.036 (0.060)
Idade	-0.010*** (0.002)	-0.010*** (0.002)	-0.009*** (0.002)	-0.008*** (0.002)
Renda	0.065*** (0.020)	0.065*** (0.020)	0.049** (0.023)	0.051** (0.024)
Escolaridade	0.022* (0.013)	0.022* (0.013)	0.014 (0.015)	0.006 (0.015)
Casadas/os	-0.081 (0.052)	-0.082 (0.052)	-0.054 (0.059)	-0.064 (0.061)
Branças/os	0.047 (0.052)	0.047 (0.052)	0.078 (0.059)	0.062 (0.061)
Donas de Casa	0.045 (0.095)	0.044 (0.095)	0.030 (0.114)	0.047 (0.117)
Autoritárias/os		0.078 (0.108)	0.013 (0.123)	0.064 (0.127)
Ideologia			-0.046*** (0.009)	-0.037*** (0.010)
Partidárias/os			0.033 (0.068)	0.018 (0.071)
Evangélicas/os				-0.159** (0.065)
Constant	-0.796*** (0.126)	-0.800*** (0.126)	-0.494*** (0.153)	-0.532*** (0.162)
Observations	8,799	8,799	6,626	6,243
Log Likelihood	-5,175.884	-5,175.625	-3,971.412	-3,700.123
Akaike Inf. Crit.	10,369.770	10,371.250	7,966.825	7,426.246

Note:

* p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Tratam-se de coeficientes de regressões controlados por dummies de ano

Anos compreendidos: 2018-2019

Ano não é significante

Os erros padrão são relatados entre parênteses.

Fonte: A cara da democracia.

Anexo 11. Modelo logístico aninhados para apoio a pena de morte (2018-2022)

	<i>Dependent variable:</i>			
	A pena de morte			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Mulher	-0.291*** (0.046)	-0.283*** (0.046)	-0.248*** (0.053)	-0.234*** (0.055)
Idade	-0.007*** (0.002)	-0.007*** (0.002)	-0.005*** (0.002)	-0.007*** (0.002)
Renda	0.022 (0.018)	0.022 (0.018)	0.022 (0.021)	0.028 (0.022)
Escolaridade	0.002 (0.012)	0.003 (0.012)	-0.004 (0.013)	-0.006 (0.014)
Casadas/os	-0.008 (0.047)	-0.016 (0.047)	-0.041 (0.054)	-0.024 (0.056)
Branças/os	0.091* (0.047)	0.091* (0.047)	0.119** (0.054)	0.104* (0.056)
Donas de Casa	-0.045 (0.086)	-0.046 (0.087)	0.007 (0.106)	0.003 (0.108)
Autoritárias/os		0.670*** (0.099)	0.613*** (0.114)	0.539*** (0.117)
Ideologia			0.048*** (0.009)	0.046*** (0.009)
Partidárias/os			-0.137** (0.064)	-0.137** (0.065)
Evangélicas/os				-0.199*** (0.059)
Constant	-0.036 (0.115)	-0.067 (0.115)	-0.324** (0.142)	-0.196 (0.149)
Observations	8,799	8,799	6,626	6,243
Log Likelihood	-5,927.084	-5,904.101	-4,461.952	-4,204.067
Akaike Inf. Crit.	11,872.170	11,828.200	8,947.904	8,434.134

Note:

* p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Tratam-se de coeficientes de regressões controlados por dummies de ano

Anos compreendidos: 2018-2019

Ano não é significativo

Os erros padrão são relatados entre parênteses.

Fonte: A cara da democracia.

Anexo 12. Modelo logístico aninhados para apoio a redução da maioria penal (2018-2022)

<i>Dependent variable:</i>				
Redução da maioria penal				
	(1)	(2)	(3)	(4)
Mulher	-0.264*** (0.053)	-0.260*** (0.053)	-0.247*** (0.061)	-0.301*** (0.064)
Idade	0.002 (0.002)	0.002 (0.002)	0.004* (0.002)	0.004* (0.002)
Renda	0.058*** (0.021)	0.059*** (0.021)	0.045* (0.025)	0.042 (0.026)
Escolaridade	0.044*** (0.013)	0.044*** (0.013)	0.037** (0.015)	0.055*** (0.016)
Casadas/os	0.292*** (0.055)	0.289*** (0.055)	0.284*** (0.064)	0.237*** (0.066)
Branças/os	0.069 (0.055)	0.070 (0.055)	0.073 (0.064)	0.122* (0.067)
Donas de Casa	-0.008 (0.094)	-0.010 (0.094)	-0.050 (0.116)	-0.050 (0.118)
Autoritárias/os		0.405*** (0.131)	0.301** (0.145)	0.343** (0.154)
Ideologia			0.072*** (0.010)	0.063*** (0.010)
Partidárias/os			-0.229*** (0.070)	-0.209*** (0.073)
Evangélicas/os				0.109 (0.069)
Constant	0.482*** (0.132)	0.464*** (0.133)	0.107 (0.162)	0.102 (0.173)
Observations	8,799	8,799	6,626	6,243
Log Likelihood	-4,841.636	-4,836.455	-3,626.043	-3,358.391
Akaike Inf. Crit.	9,701.271	9,692.911	7,276.085	6,742.783

Note:

* p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Tratam-se de coeficientes de regressões controlados por dummies de ano

Anos compreendidos: 2018-2019

Ano não é significativo

Os erros padrão são relatados entre parênteses.

Fonte: A cara da democracia.

Anexo 13. Modelo logístico aninhados para apoio a militarização das escolas públicas (2021 e 2022)

	<i>Dependent variable:</i>			
	Militarização das escolas publicas			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Mulher	0.098 (0.068)	0.101 (0.068)	0.177** (0.076)	0.107 (0.081)
Idade	0.005** (0.002)	0.005** (0.002)	0.002 (0.003)	0.002 (0.003)
Renda	-0.044 (0.031)	-0.044 (0.031)	-0.052 (0.035)	-0.046 (0.038)
Escolaridade	-0.200*** (0.018)	-0.199*** (0.018)	-0.216*** (0.020)	-0.205*** (0.022)
Casadas/os	0.186*** (0.072)	0.180** (0.072)	0.170** (0.081)	0.096 (0.086)
Branças/os	0.020 (0.073)	0.028 (0.073)	-0.039 (0.082)	0.052 (0.087)
Donas de Casa	0.005 (0.179)	-0.002 (0.180)	-0.085 (0.205)	-0.134 (0.212)
Autoritárias/os		0.821*** (0.192)	0.792*** (0.205)	0.718*** (0.218)
Ideologia			0.183*** (0.013)	0.169*** (0.014)
Partidárias/os			-0.202** (0.095)	-0.163 (0.100)
Evangélicas/os				0.335*** (0.088)
Constant	1.514*** (0.176)	1.485*** (0.176)	0.777*** (0.205)	0.734*** (0.221)
Observations	4,176	4,176	3,569	3,244
Log Likelihood	-2,688.599	-2,678.292	-2,165.764	-1,955.850
Akaike Inf. Crit.	5,393.199	5,374.584	4,353.529	3,935.700

Note:

* p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Tratam-se de coeficientes de regressões controlados por dummies de ano

Anos compreendidos: 2018-2019

Ano não é significativo

Os erros padrão são relatados entre parênteses.

Fonte: A cara da democracia.

Anexo 14. Modelo logístico aninhados para apoio às cotas raciais (2018-2022)

	<i>Dependent variable:</i>			
	Cotas raciais			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Mulher	0.215*** (0.046)	0.220*** (0.047)	0.251*** (0.054)	0.271*** (0.056)
Idade	-0.010*** (0.002)	-0.010*** (0.002)	-0.009*** (0.002)	-0.009*** (0.002)
Renda	0.029 (0.018)	0.025 (0.019)	0.034 (0.022)	0.027 (0.022)
Escolaridade	0.081*** (0.012)	0.079*** (0.012)	0.082*** (0.014)	0.076*** (0.014)
Casadas/os	-0.111** (0.047)	-0.110** (0.048)	-0.082 (0.055)	-0.065 (0.057)
Branças/os	-0.040 (0.048)	-0.042 (0.048)	-0.053 (0.055)	-0.069 (0.057)
Donas de Casa	-0.260*** (0.087)	-0.261*** (0.087)	-0.276** (0.107)	-0.273** (0.109)
Igualitárias/os		0.521*** (0.141)	0.458*** (0.159)	0.378** (0.166)
Ideologia			-0.071*** (0.009)	-0.066*** (0.009)
Partidárias/os			0.287*** (0.064)	0.271*** (0.065)
Evangélicas/os				-0.182*** (0.059)
Constant	-0.551*** (0.116)	-0.545*** (0.117)	-0.220 (0.144)	-0.159 (0.151)
Observations	8,799	8,666	6,546	6,172
Log Likelihood	-5,866.580	-5,780.972	-4,349.417	-4,099.712
Akaike Inf. Crit.	11,751.160	11,581.940	8,722.833	8,225.424

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Tratam-se de coeficientes de regressões controlados por dummies de ano

Anos compreendidos: 2018-2019

Ano não é significante

Os erros padrão são relatados entre parênteses.

Fonte: A cara da democracia.

Anexo 15. Modelo logístico aninhados para apoio ao programa bolsa família (2021 e 2022)

	<i>Dependent variable:</i>			
	Programa Bolsa Família			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Mulher	0.008 (0.098)	0.023 (0.099)	0.013 (0.108)	0.005 (0.115)
Idade	-0.024*** (0.003)	-0.025*** (0.003)	-0.023*** (0.004)	-0.022*** (0.004)
Renda	-0.209*** (0.045)	-0.208*** (0.045)	-0.160*** (0.050)	-0.166*** (0.053)
Escolaridade	-0.132*** (0.025)	-0.130*** (0.025)	-0.152*** (0.028)	-0.166*** (0.030)
Casadas/os	-0.217** (0.099)	-0.214** (0.100)	-0.181* (0.110)	-0.206* (0.116)
Branças/os	-0.201** (0.101)	-0.198* (0.101)	-0.171 (0.111)	-0.139 (0.118)
Donas de Casa	0.202 (0.277)	0.159 (0.277)	0.033 (0.299)	-0.004 (0.311)
Igualitárias/os		0.100 (0.317)	0.214 (0.364)	0.125 (0.386)
Ideologia			-0.041** (0.019)	-0.049** (0.020)
Partidárias/os			0.580*** (0.156)	0.537*** (0.164)
Evangélicas/os				0.231* (0.128)
Constant	4.645*** (0.265)	4.631*** (0.268)	4.738*** (0.311)	4.830*** (0.337)
Observations	4,341	4,245	3,583	3,259
Log Likelihood	-1,543.186	-1,514.960	-1,264.756	-1,134.313
Akaike Inf. Crit.	3,102.372	3,047.920	2,551.511	2,292.625

Note:

* p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Tratam-se de coeficientes de regressões controlados por dummies de ano

Anos compreendidos: 2018-2019

Ano não é significante

Os erros padrão são relatados entre parênteses.

Fonte: A cara da democracia.

Anexo 16. Modelo logístico aninhados para apoio às privatizações (2021 e 2022)

	<i>Dependent variable:</i>			
	Privatizações			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Mulher	-0.384*** (0.067)	-0.390*** (0.068)	-0.377*** (0.075)	-0.402*** (0.078)
Idade	0.007*** (0.002)	0.008*** (0.002)	0.007*** (0.003)	0.006** (0.003)
Renda	0.042 (0.031)	0.056* (0.032)	0.036 (0.035)	0.030 (0.037)
Escolaridade	-0.025 (0.017)	-0.029* (0.017)	-0.032* (0.019)	-0.024 (0.020)
Casadas/os	0.131* (0.070)	0.135* (0.071)	0.063 (0.078)	0.067 (0.082)
Brancas/os	0.242*** (0.072)	0.233*** (0.073)	0.185** (0.080)	0.192** (0.084)
Donas de Casa	0.100 (0.178)	0.115 (0.180)	0.092 (0.201)	0.199 (0.208)
Igualitárias/os		-0.848*** (0.240)	-0.885*** (0.270)	-0.782*** (0.283)
Ideologia			0.140*** (0.013)	0.136*** (0.013)
Partidárias/os			-0.271*** (0.094)	-0.222** (0.098)
Evangélicas/os				-0.102 (0.084)
Constant	-0.435** (0.173)	-0.441** (0.175)	-1.085*** (0.204)	-0.981*** (0.218)
Observations	3,965	3,899	3,383	3,068
Log Likelihood	-2,675.922	-2,621.851	-2,206.077	-2,016.270
Akaike Inf. Crit.	5,367.844	5,261.703	4,434.153	4,056.540

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Tratam-se de coeficientes de regressões controlados por dummies de ano

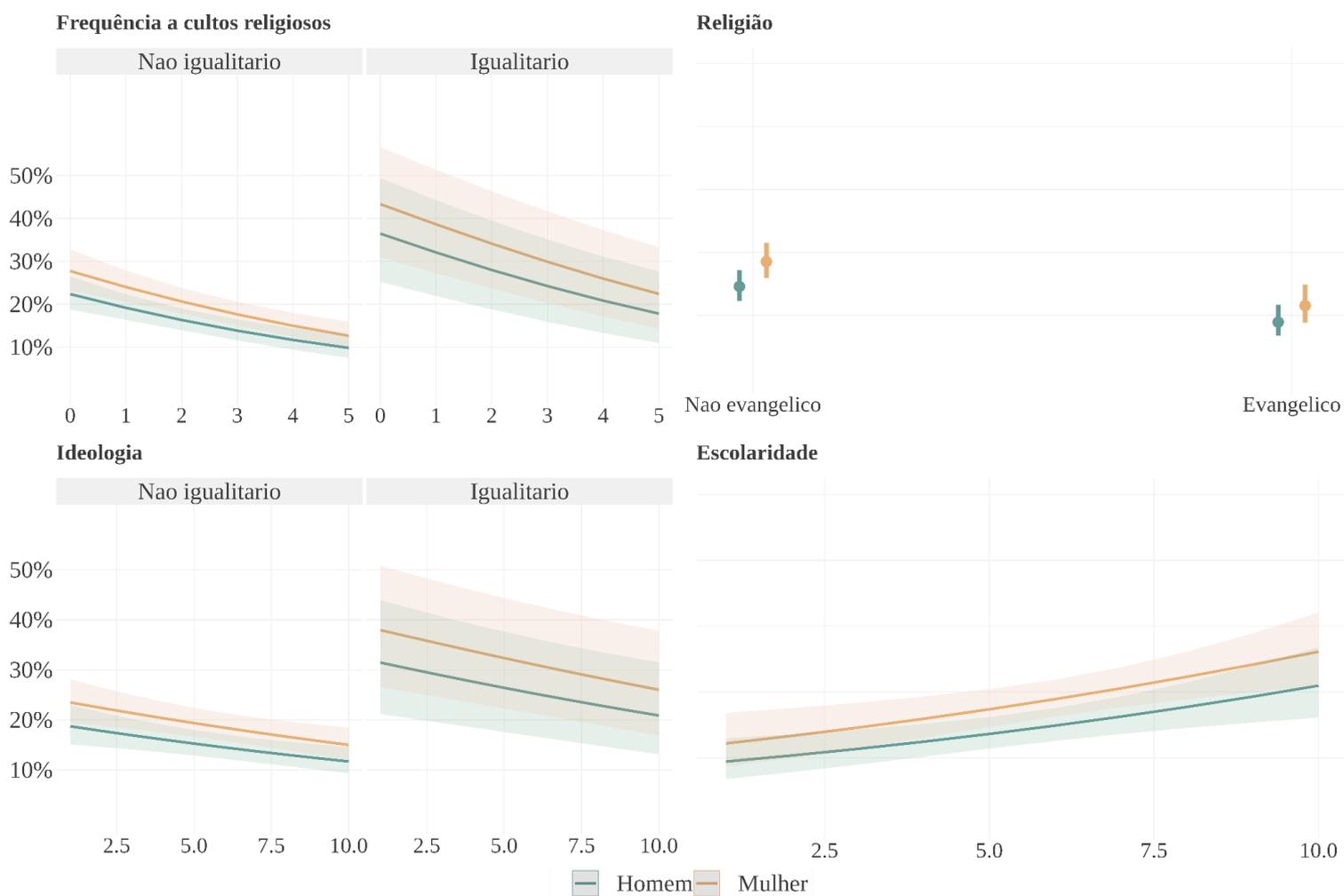
Anos compreendidos: 2018-2019

Ano não é significativo

Os erros padrão são relatados entre parênteses.

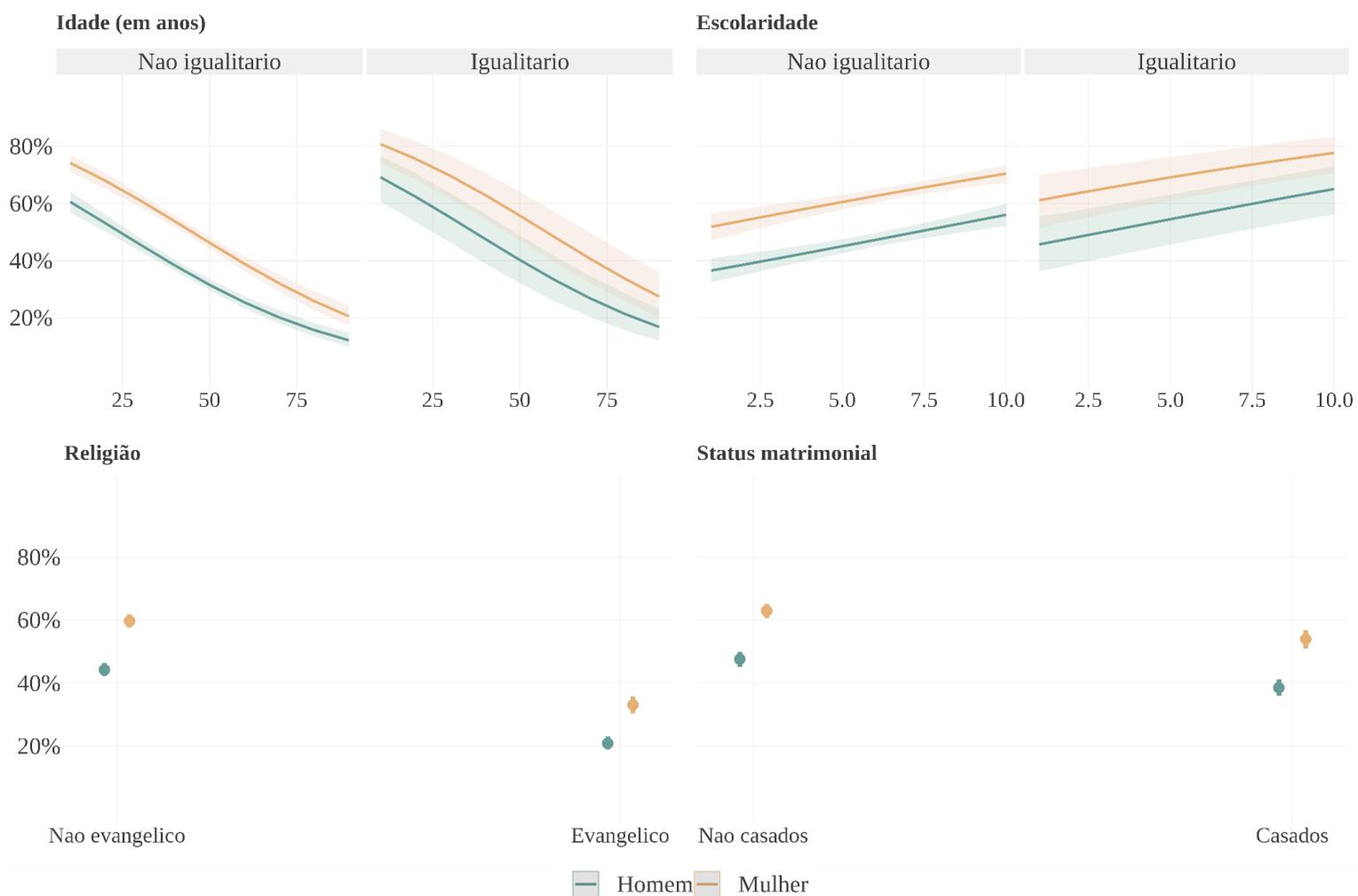
Fonte: A cara da democracia.

Anexo 17. Probabilidades previstas: legalização do aborto



Fonte: A cara da democracia.

Anexo 18. Probabilidades previstas: casamento civil igualitário



Fonte: A cara da democracia.